

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”: estudo de caso do MTST
(Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia
entre identidade e estratégia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, para obtenção do grau de
Mestre, elaborada por Cibele Maria Lima Rodrigues,
sob a orientação do Prof. Dr. Breno Augusto Souto
Maior Fontes

Recife,
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”: estudo de caso do MTST
(Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), para além da dicotomia
entre identidade e estratégia

Cibele Maria Lima Rodrigues

Recife,
2002

Aos meus pais,
A Igor,
A Rivelino,
E a todos que lutam
por um teto,
por um pedaço de pão,
pelo socialismo.

Resumo

Nosso estudo sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto procura conectar as célebres questões “como” e “por que” os sujeitos se mobilizam, para empreender tal ação coletiva; num diálogo estabelecido com o modelo analítico proposto por Melucci. O objetivo geral é perceber o processo de formação de sua identidade coletiva, considerando tal mobilização como um indicador das contradições do sistema capitalista, em termos de reprodução da força de trabalho e acumulação de capital, a partir da renda fundiária, mediada pela ação do Estado. Analisando, inclusive, as especificidades dessas contradições na urbanização brasileira e de Recife, em particular. A emergência do movimento é condicionada por estas questões estruturais e por uma conjuntura política favorável. Isto significa, do ponto de vista interno, as questões relativas ao processo de formação da identidade coletiva. O mesmo envolve as concepções em torno do projeto político, dos processos organizativos e da motivação dos indivíduos para a participação. O discurso construído pelas lideranças em torno da “ocupação de terrenos vazios” e da resistência como única forma de obter uma casa, estrutura as motivações, concepções e rumos do movimento. Destaca-se a estreita relação com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e o Partido dos Trabalhadores, referências para o projeto político e articulação estratégica.

Abstract

Our research about the Homeless Workers' Movement (MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) aims to connect the famous questions “how” and “why” the actors take part in this collective action, in a dialogue with the Melucci's analytical model. The general objective is point out the formation of collective identity, inside in the contradictions of the capitalist society, in terms of labour power reproduction and capital accumulation, from the land rent, with the interference of the State. In this way, we analyse the urbanization process in Brazil e in the city of Recife, in particular. The emergence of the movement is conditioned by the structural factors, internal process and the political context. The internal process shapes the collective identity. It involves the conceptions about politics project, organizative process and motivations of the individuals for the participation. The leadership's discourse, that to occupy waste lands and the resistance as the only way to obtain a house, gives shape to the motivations, conceptions and goals of the movement. We observed the relationship with the Landless Workers Movement (MST, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) and Labour Party (Partido dos Trablhadores, PT) as reference to the a political project and articulation strategic.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Introdução.....	7
Capítulo 1 – Construindo o Referencial Teórico	10
1 – Discutindo o conceito de movimento social.....	11
1.1. – Paradigma Marxista	11
1.2. – Teoria da Mobilização de Recursos.....	14
1.3. – Teoria dos Novos Movimentos Sociais	16
2 – Marco Referencial Teórico	17
2.1 – As “contradições sociais” e o processo de mobilização	25
2.2 – A identidade coletiva e suas dimensões	32
3 – Problema de Pesquisa e Hipóteses	40
Capítulo 2 – Metodologia	44
Capítulo 3 – As contradições estruturais: a Habitação, o Estado e os Movimentos Sociais	52
3.1 – A questão habitacional: entre o Estado e a participação.....	52
3.2 – O Estado em tempos de neoliberalismo.....	56
3.3 – A política habitacional no Brasil: a criação dos “sem-teto”.....	59
3.4 – Recife e a urbanização: um cenário de segregação e mobilizações	69
Capítulo 4 – Ocupar, resistir e construir: uma identidade em movimento	75
4.1 – Raízes históricas e identitárias do MTST	77
4.2 – As dimensões da identidade coletiva	91
4.2.1 – Identidade como reconhecimento: entrecruzando o pessoal e o coletivo	93
4.2.2 – Identidade enquanto projeto político: concepções e lutas	104
4.2.3 – Identidade enquanto estratégias interativas: ocupar, resistir e construir	121
Considerações Finais	137
Referências Bibliográficas	142
Anexos	145

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma verdadeira “mobilização de recursos” no sentido teórico do termo – desde o momento da inscrição no mestrado (que o diga Breno, Ailton, Nira, Marcondes, Eliane, Salete). Muitos agradecimentos. Desde Dona Zuleika e Ceres, pela sua atenção e compreensão até familiares em geral, sobretudo minha mãe por tudo e sempre. E meu pai de longe perguntando sempre: “e aí terminou ?” Um estímulo velado pela preocupação. Agradeço e dedico a eles e a Igor todo essa árdua tarefa. Agradecendo também a Janaína e Luís, Nando e Renato, pelo empréstimo do computador que achou de quebrar na reta final.

Um agradecimento muito especial ao povo do MTST, lideranças e moradores das ocupações, pela gentileza, presteza e até algumas refeições partilhadas.

Sem o recurso financeiro da bolsa da CAPES ficaria mais complicada tal ação. Meus agradecimentos à CAPES e à PROPESQ - os recursos liberados para pesquisa de campo foram fundamentais.

O processo de construção da minha identidade e o objeto de estudo perpassa minha relação com a Pastoral Universitária, meus muitos amigos e amigas que agradeço também, sobretudo Walter e Geó – os inspiradores da minha entrada no curso de Ciências Sociais, mas porque não dizer Adriana, Evelyne, Odilon, Eduardo e Alcivam. Com também vêm as raízes dos companheiros e companheiras do PT, sobretudo do Coletivo Florestan Fernandes, e do inesquecível movimento estudantil que teve a militância interrompida pela chegada de Igor – minha eterna inspiração e estímulo. As Mobilizações do ME, como é carinhosamente chamado, deixavam-me intrigadas, mas a relação era por demais umbilical para se tornar objeto de estudo. Ao povo do ME agradeço a inspiração, sobretudo a um certo grupo “Mandando Brasa” que ganhou as eleições, reabrindo o DCE, sob a ajuda de um grande companheiro – Giovanni. São tantos, que melhor nem citar para não correr o risco de esquecer alguém. Outros amigos e amigas do curso, como Fábio, Neide (mamão), Marcinho. E professores então melhor nem citar para não esquecer alguém, sempre incentivando, sobretudo um certo José Luiz Ratton.

Entrecruzando o ME com a turma do mestrado está Cristiano, companheiro petista “com distinção”. Mas surpreendente foi o reencontro com Wilma e o

inesperado encontro com Marcelo, Suzana e Lia. Sobretudo Marcelo e Suzana, meus novos irmãos.

Mas não poderia deixar de fora Breno, paciente orientador, contundente quando necessário, estimulando e criticando, como poucos. E compreensivo sempre. Desde a graduação lidando com meus atrasos. Como poderia deixar de fora “minha equipe de pesquisa”: Rogério, Paulo, Luciana, Andréia e Corina. Amigos e amigas que “quebraram meu galho”, e com a ajuda imprescindível dos recursos da PROPESQ, via coordenação do mestrado e pelas mãos do Professor José Carlos Wanderley, a quem também agradeço.

Mas não vou me esquecer de agradecer aos companheiros da “faixa de gaza” pela amizade e estímulo: Targino, Elcy, Jailson, Ricardo, o papa, o guru, Dr. Guido, Roberval, Brasinha, Eleno, Bel, a dupla Ígia e Lígia.

Por fim, agradeço à banca examinadora que teve tanta compreensão com os contratempos surgidos, e pelas profícuas sugestões, um agradecimento especial ao professor Jean Bitoun por sua fineza e presteza.

Ao querido amigo distante que sempre me ajuda de “alguma forma”, como aquele rio vai passando em nossas vidas.

E aos que por conta do nervosismo e pressas finais tenha esquecido meu muito obrigada.

INTRODUÇÃO

O final da década de 90 foi marcado, entre outras coisas, pela invasão (ou ocupação) de prédios públicos e pela visibilidade das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Em Recife, a invasão do prédio do INSS deu visibilidade ao conflito por moradia – fruto de um déficit habitacional que já se perpetua a décadas. Resultando em inúmeras outras ocupações de terras. O MUST (Movimento Urbano dos Sem-Teto) liderava essas ocupações, a princípio, mas houve uma dissidência resultando na emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, o MTST. Tal cenário chamou nossa atenção para o recém criado movimento.

Através da dissertação de Fontes (1986) percebemos que a história de Recife é marcada pelas ocupações de terras e expulsão das populações pobres para a periferia, resultando numa segregação espacial. Mas este processo não se deu de forma pacífica. Então quais seriam as novidades agora?

O déficit habitacional não é um problema recente, remonta o processo acelerado de urbanização das metrópoles brasileiras. A existência de tal movimento nos indica que o Estado organizado continua não respondendo a demanda por habitação para a população pobre. Esse é um problema político que não se resolve via mercado imobiliário. As reivindicações dos “sem-teto” são fruto da falta de políticas públicas de habitação destinadas a pessoas de baixa renda (a chamada habitação de interesse social), inserida na engrenagem das contradições do capitalismo. As carências criam a possibilidade de existência do movimento.

Nosso objetivo é perceber porque essa carência foi “criada” e como a mesma se traduz em um movimento, a partir do processo de formação da sua identidade coletiva. Daí se desdobram dois aspectos específicos da ação coletiva: identificar os fatores

externos e internos que contribuíram para a emergência e mobilização do movimento, compreendendo que existe uma relação dinâmica entre os mesmos. Isto significa, do ponto de vista interno, levantar as questões relativas ao processo de formação da identidade coletiva em consonância com seu projeto político, seus processos organizativos e a motivação dos indivíduos para participação. Conectando, na medida do possível, com a compreensão das contradições da política urbana em que suas reivindicações estão inseridas, bem como a conjuntura favorável à sua emergência.

No primeiro capítulo, delimitamos nossa perspectiva de análise, discutindo o conceito de movimento social, procurando conectar as célebres questões “como” e “por que” os sujeitos se mobilizam para empreender tal ação coletiva; num diálogo estabelecido com o modelo conceitual proposto por Melucci. Articulando a perspectiva de Melucci com as análises de Lojikine e Borja quando tratam da questão urbana. No segundo capítulo delineamos a metodologia da pesquisa a partir desses pressupostos.

Concordando com Castells(1983), quando ele justifica seu foco nos Movimentos Sociais Urbanos como ações coletivas buscando a transformação dos interesses e valores sociais na conformação das cidades. O processo de formação da cidade, da definição dos espaços, a direção dos investimentos públicos (os interesses implícitos neste direcionamento), a relação entre o Poder Público e as reivindicações populares, entre outras coisas, formam o cenário para compreendermos os chamados movimentos sociais urbanos.

Nesta perspectiva, a análise do MTST não pode prescindir do processo histórico de formação da cidade do Recife, marcada pela segregação espacial e invasões. Articulando essa especificidade com o desenvolvimento do Estado capitalista e da política urbana no Brasil, revelando a lógica do modo de produção

capitalista. Tal análise foi feita no capítulo 3, incluindo nossa concepção de política habitacional

Tendo a compreensão desta realidade, anterior à emergência do movimento, optamos, no capítulo 4, por explicitar a visão dos atores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Analisamos, prioritariamente, os discursos das lideranças na tentativa de compreender as concepções, interações e estratégias de ação do movimento. Permeando essa “voz das lideranças” com informações obtidas com um questionário amostral com os moradores e uma observação assistemática e por cerca de três meses. Partindo do princípio que a própria existência do movimento denuncia o conflito em torno da moradia. Buscando delinear a identidade coletiva do movimento com base em suas motivações, projeto político e estratégias interativas – nossas categorias. Essas categorias estão postas como dimensões e momentos do processo de formação dessa identidade. Essas dimensões referem-se à definição de metas, padrões de liderança e organização, percepção do ambiente da ação, e entrecruzamento entre motivações e orientações individuais e coletivas, conformando a unidade. Percebendo também as nuances e matizes existentes.

Vale ressaltar, que o MTST, segundo suas lideranças, tem atuado no estado de Pernambuco, mas nessa pesquisa, por questões de viabilidade, restringimos o estudo à sua atuação na Região Metropolitana do Recife. Tratando-se de uma realidade altamente dinâmica, com mudanças a todo instante, de forma que nosso trabalho não poderia dar conta, ocupações, reintegrações e, uma divisão interna no movimento. Como estas ocorreram na finalização do trabalho de campo, então vamos focalizar apenas o período determinado na metodologia. O essencial é compreender essas mobilizações como mais um capítulo na história das lutas urbanas da cidade do Recife.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO

Numa época de crescente complexidade das sociedades, as Ciências Sociais passam por incertezas paradigmáticas e as propostas de sínteses tentam dar conta da análise de uma realidade que se torna cada vez mais plural e fragmentada. A discussão de movimentos sociais não poderia fugir a esse debate. Em estudos anteriores (Rodrigues, 1999) percebemos que existem algumas divergências notórias no conceito de movimentos sociais, mas também que algumas teorias estão estabelecendo diálogos entre si, na tentativa de dar conta da crescente complexidade da ação coletiva.

Foweraker (1995), por exemplo, enumera duas grandes correntes de estudo dos movimentos pós-60, sendo as demais tentativas de aproximação entre elas. Uma é a escola norte-americana da Mobilização de Recursos (MR) e a outra é a europeia dos Novos Movimentos Sociais (NMS). A primeira focaliza o “como” as pessoas se mobilizam e a segunda quer saber “por que” as pessoas se mobilizam. Além dessa classificação, consideramos que as abordagens marxistas possuem contribuições importantes a serem consideradas. Nosso marco referencial partirá do modelo proposto por Melucci que busca articular aspectos da teoria da Mobilização de Recursos e da teoria dos Novos Movimentos Sociais. Entretanto, como nosso objeto de estudo está inserido num contexto diferenciado de mobilizações que se distancia da ideia de “Novo Movimento Social” travaremos um debate entre o modelo proposto por Melucci e algumas abordagens marxistas que tratam dos movimentos urbanos.

Nosso foco será o estudo da ação coletiva, traduzida no MTST, mas este processo é, na nossa concepção, indissociável dos fatores estruturais e conjunturais que geram as reivindicações e as mobilizações do movimento, partindo do princípio

que a própria existência do movimento aponta novidades, na medida em que denuncia um conflito existente.

1 – DISCUTINDO O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

Antes de delimitarmos o nosso marco referencial teórico, vamos sistematizar algumas abordagens acerca da concepção de movimento social, tendo em vista que nossa abordagem pretende ser multidimensional.

1.1 - Paradigma Marxista

O estudo dos movimentos sociais, sob a ótica do marxismo, é visto como parte do processo das lutas das classes sociais subordinadas, com o objetivo de superar a opressão e a desigualdade social. É preciso entender também que o marxismo possui muitas correntes, com estudos mais ligados a fatores políticos (ideologia, alienação, hegemonia) e outras correntes que retomam os aspectos econômicos da estrutura social (a formação social, as forças produtivas, as relações de produção etc.). Para Gohn (1997:173), o marxismo além de teoria explicativa, também é “*uma teoria orientadora para os próprios movimentos*”, produzindo, às vezes, análises que se parecem com guias de ação, porque se referem também a uma reflexão da prática, considerada práxis histórica.

A práxis tem o significado de ação transformadora do social, que se concretiza na conjunção entre a atividade teórica e a atividade produtiva gerando a ação política. Esta práxis política pode acontecer sob a forma de movimentos sociais.

O paradigma marxista é usado para refletir sobre a origem dos participantes dos movimentos sociais, seu programa ideológico e os aspectos organizacionais tendo como referência a consciência da opressão para sua libertação. Os estudos mais recentes apontam para a conclusão de que os movimentos não surgem

espontaneamente – as ações práticas dos sujeitos históricos levam a formação de um movimento. Nesse processo, a consciência e a organização têm um papel fundamental. A organização também é frisada pela teoria da Mobilização de Recursos, como pressuposto para a emergência do movimento.

Na perspectiva marxista, os conflitos sociais se dão devido às contradições engendradas pelo modo de produção. Isto faz com que os marxistas se preocupem com as questões estruturais relacionando os conflitos com as mudanças sociais. A estrutura gerada pelo modo de produção capitalista e suas contradições são reveladas através das lutas. Mas a verdadeira luta a ser travada é a luta das classes trabalhadoras contra a classe detentora dos meios de produção. As outras lutas são ilusórias porque encobrem as disparidades entre as classes. Lojiline (1981) frisa, que a análise de Marx se refere ao estágio inicial do capitalismo e que o próprio método proposto por ele indica o estudo das variações e gradações que só poderiam ser percebidas pela análise empírica. A análise dos movimentos se referia às organizações operárias cujas reivindicações estavam inseridas numa formação social em que a indústria moderna ainda estava nos seus primórdios, convivendo com capital mercantil. Seguindo este raciocínio conclui que os movimentos devem estar voltados para a conscientização das classes trabalhadoras e para a solidariedade entre os diversos setores do trabalho (no campo e na cidade), em cada país e, no mundo. A categoria de solidariedade é fundamental para entender que relação Marx propunha entre os movimentos da classe subordinada. A solidariedade seria uma relação social a ser construída em torno do objetivo comum: a emancipação dos trabalhadores. Esta categoria de solidariedade é retomada nos estudos dos movimentos sociais como condição para a ação coletiva, no sentido de se

perceberem iguais na construção de uma identidade. O debate é se a identidade é de classe ou se existem identidades.

Dada a fragmentação da realidade existente não podemos afirmar que a luta de classes é a única verdadeira. Mas é interessante perceber a análise marxista das contradições inerentes ao capitalismo, como caminho para a compreensão do “por que” os movimentos surgem – um dos nossos objetivos. A análise da exclusão provocada pelo sistema capitalista pode nos dar um arcabouço dos fatores estruturais e conjunturais que facilitam o surgimento do movimento e que podem restringir, em alguns aspectos, sua atuação.

Um autor marxista importante é Gramsci. Ele é uma referência básica para os estudos dos movimentos populares na América Latina. Por ter uma obra fragmentada é o autor que tem gerado as mais diversas interpretações. Na interpretação de Gohn (1997:187), as reivindicações das massas urbanas estão inseridas na discussão da contra-hegemonia popular, incluindo ainda a cultura popular e as tradições.

Outro aspecto da elaboração teórica de Gramsci é sua concepção de Estado que inclui a sociedade política e a sociedade civil, isto implica no reconhecimento de que a luta de classes perpassa o aparelho estatal. Sendo a conquista e a democratização dos espaços políticos dentro dos aparelhos estatais um aspecto importante. O que nos interessa é a concepção de que a mudança social como um processo gradual, a partir de uma transformação da sociedade civil em seus valores e práticas a partir do desenvolvimento de uma contra-hegemonia. Os movimentos sociais seriam os agentes catalisadores das mudanças. A relação entre o governo e os movimentos é dialética, conflituosa e contraditória, mas gera as mudanças. A cada pressão dos movimentos, surgem respostas positivas ou negativas.

Lojikine (1981) retoma alguns aspectos de Gramsci direcionando para o estudo da questão urbana, na década de 70, na França. Esta abordagem sobre o “urbano” nos interessa devido às semelhanças entre as políticas urbanas e as reivindicações analisadas por Lojikine e a realidade brasileira. Ele afirma que Gramsci não aprofundou o conceito de Estado e propõe o acréscimo da análise do “urbano” e da política urbana como forma de validar a conclusão marxista da dominação de classe sobre o aparelho do Estado. A questão crucial é o que vem a ser uma “política”, que, para ele, não se restringe a instrumento de classe, mas “lugar da luta de classes”. A política urbana então é a decisiva no crescimento capitalista, levando a compreender a essência da contradição principal entre capital e trabalho, trabalho morto e trabalho vivo. Tendo na segregação urbana o indicador da divisão do trabalho; de um lado as zonas centrais de produção intelectual e de outro as zonas periféricas na execução e reprodução da força de trabalho – mutilada no seu desenvolvimento intelectual no direito à cidade. Nesse sentido, os movimentos sociais urbanos representam o aparecimento de uma contra-hegemonia das classes dominadas (nos termos de Gramsci). E seu alcance histórico será definido pela análise de sua relação com o poder político e do conteúdo ideológico e político de suas reivindicações, bem como da relação entre propostas e práticas. Ressaltando ainda, que as transformações não ocorrem espontaneamente, são fruto da ação política de uma organização de classe e de uma base social com volume e objetivos claros para ter força no desafio à lógica dominante. Nesta análise aparecem duas dimensões dos movimentos sociais que também estão presentes em outras abordagens: a relação com o poder político, a análise da natureza das reivindicações e a necessidade de organização.

1.2 - Teoria da Mobilização de Recursos (MR)

Nesta teoria, os movimentos são considerados grupos de interesses que podem ser analisados sob o aspecto dos seus processos organizativos. Eles surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como, quando facilidades e líderes estão em disponibilidade. Organização e liderança são fundamentais, porque o movimento é orientado para certos fins e precisa fazer escolhas estratégicas para poder atingir seus objetivos.

A premissa que nos interessa da MR é que o descontentamento coletivo é universal, mas não é suficiente para gerar a ação coletiva. Isto porque as carências são percebidas distintamente pelos indivíduos. A organização de um movimento social pressupõe a aquisição de recursos - humanos, econômicos e de infra-estrutura, sobretudo os de comunicação. Por isso, acreditamos ser importante saber quais as estratégias desenvolvidas pelos atores para mobilizar os recursos numa ação coletiva, ou seja, como eles agem. Para a MR, os movimentos competem entre si pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades. Inclusive o protesto político também é um recurso que pode ser trocado num mercado de bens políticos.

A principal crítica feita à MR é que ela é baseada em modelos econômicos de escolha racional. Isto cria dois problemas, segundo Foweraker (1995). O primeiro é que os atores sociais são vistos como guiados somente pela lógica dos meios/fins. Conseqüentemente, a outra crítica importante se situa no tocante à exclusão dos aspectos culturais na definição da escolha feita pelos atores sociais. Para os defensores de uma teoria da identidade coletiva um movimento social supõe, antes de tudo, solidariedade e reconhecimento mútuo porque a ação coletiva não é baseada apenas no cálculo custo-benefício, senão como explicar as ações solidárias. Esse debate supõe um dilema: o que influencia a escolha do ator social? Tais críticas têm ocasionado um

movimento de reformulação em alguns aspectos desta teoria incorporando a dimensão política e a construção da identidade.

1.3 - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais surge como resposta ao marxismo estrutural e como crítica à lógica utilitarista do paradigma norte-americano. Também como consequência do surgimento de movimentos na década de 60, na Europa, que não se enquadravam no modelo marxista de desafio ao sistema capitalista, os chamados “Novos Movimentos Sociais”.

Gohn (1997:146) e Foweraker (1995:11) destacam que esta teoria sofre influência da teoria da ação social de Max Weber. A influência pode ser vista na preocupação dos autores com o sentido da ação dos atores sociais e, na relevância dada ao conceito de relações sociais. Ao invés de considerar o movimento social como um “ator de classe”, esses autores usam “*ator coletivo, adversário social e relações de poder*” (Nascimento, 1999:24). Os sujeitos são considerados enquanto atores sociais, criticando a visão utilitarista da Mobilização de Recursos.

As mudanças estruturais são condensadas por Touraine (1985) na noção de transição da sociedade industrial para a pós-industrial. Insatisfação com os efeitos da industrialização, frustração com a falha no Estado de Bem-Estar e novas preocupações como a preservação do meio-ambiente, levam a um desejo por comunidade, pela realização pessoal mais que profissional. Nesse sentido, a análise do social perpassa os movimentos e seus conflitos, desafiando os mecanismos de controle e produção dos valores sociais, dentro de uma perspectiva cultural. Essas lutas por valores supõem a construção de uma identidade comum a um grupo em oposição a outros; descartando a

noção de classe social, na medida em que o grupo pode agir a partir de outros valores (religiosos, étnicos) que não estão relacionados com sua situação ou consciência de classe. Ainda mais, nas chamadas sociedades pós-industriais o campo cultural é o locus das principais contestações, de uma sociedade no ápice do seu individualismo, na busca pela identidade pessoal e coletiva (Scherer-Warren, 1987). E os movimentos sociais são a expressão das formas específicas de opressão, miséria, desigualdade e as possibilidades de mudanças históricas. Os ícones, dessa luta por novos valores, são os movimentos feministas, ecológicos e étnicos, pois neles se percebe claramente a contestação do poder estabelecido e de uma relação de dominação a partir da afirmação de uma identidade (que não pode separar o aspecto pessoal do coletivo; o público do privado). Assim, torna-se central, para os movimentos sociais, a questão da identidade coletiva. Touraine (1985) deixa bem clara sua definição:

*“O tipo de conflito que chamarei de Movimento Social é definido pela inter-relação entre atores em conflito e obstáculos de seu conflito. Três componentes como a definição da identidade (I) do ator, (II) definição do oponente e os obstáculos que é a (III) totalidade cultural que define o campo de conflito, pertencem ao mesmo universo, eles expressam o conflito central de um tipo de sociedade”.**

Identidade é um conceito escorregadio. Atores individuais precisam juntos formar identidades coletivas. Resta o dilema: mas o que leva eles a se envolverem no primeiro momento? Essa identidade já está posta antes das mobilizações? Como se dá esse processo?

2 - MARCO REFERENCIAL TEÓRICO

Tentando responder às questões deixadas em aberto pelas teorias dos Novos Movimentos Sociais e da Mobilização de Recursos, Melucci (1989) propõe um modelo

* Tradução pessoal

de análise do que ele chama de “movimentos contemporâneos” – substituindo o termo “Novos Movimentos Sociais”. Colocando-se como “discípulo” de Touraine não lhe poupa as devidas críticas. A principal crítica está na dicotomia entre “porque” e “como” o movimento é estabelecido e se mantém. Para ele (ibid:22), as duas perspectivas não são excludentes. Neste sentido, também está posto nosso problema de pesquisa, nossas hipóteses e as devidas críticas a Melucci. A concepção dele rechaça a concepção de ação coletiva como um dado ou considerada apenas do ponto de vista das mobilizações aparentes. E busca perceber “*a pluralidade de significados, relações e perspectivas cristalizadas numa dada ação coletiva*”(ibid:22)*. Analisando as diversas dimensões e possibilidades da ação coletiva que são construídas num processo anterior à mobilização aparente – o nível intermediário da ação coletiva.

O conceito proposto por Melucci tem semelhanças com o conceito de movimento social proposto por Touraine, destacando os aspectos da solidariedade, conflito e mudança. A solidariedade se refere ao reconhecimento como membros da mesma unidade social – similar à concepção de identidade coletiva de Touraine. A diferença da proposta de Melucci é que ele vai tratar essa identidade como um processo contínuo e re-negociável que passa pelo confronto entre as expectativas individuais e as possibilidades oferecidas pelo ambiente no qual ocorre a ação. O conflito se refere ao controle de recursos, mas passa também pelas estratégias consensuais desenvolvidas para a obtenção dos recursos – idéia tomada da Teoria da Mobilização de Recursos.

Foweraker (1995:42), Touraine(1985:261) e Melucci (ibid.) insistem que uma característica dos NMS é seu caráter mais sócio-cultural do que sócio-político. Isto se dá devido à pluralidade crescente da realidade; existindo mobilizações tanto na classe

média, quanto em grupos marginais em relação ao mercado de trabalho (jovens desempregados, donas de casa, estudantes). As mobilizações são as mais diversas possíveis, denunciando conflitos no sistema, mas admitindo que os movimentos que buscam uma mudança histórica estrutural ainda existem. Concordamos com alguns aspectos do seu modelo de análise da ação coletiva, porém está claro que nosso objeto não está entre os “Novos Movimentos” que questionam os valores culturais.

A situação de grande exclusão social nos países periféricos, como o Brasil, faz com que a pluralidade dos conflitos seja ainda maior do que na Europa, produzindo mobilizações marcadas pelo cunho político, dirigindo-se ao Estado; coexistindo movimentos sócio-culturais e sócio-políticos – utilizando os termos dos autores supracitados. Foweraker (1995) afirma que na América Latina os movimentos atuam no processo de democratização da sociedade, ou seja, sem deixar de lado a dimensão sócio-política. E alerta para a lacuna, na maioria das teorias, de uma análise dos movimentos que inclua seus impactos no processo político. Os indicativos desta análise seriam as formulações de demandas e as relações com outros atores políticos, especialmente com agências e aparatos do Estado. Essa questão foi colocada por Lojikine (1981:298), com o fim de perceber o alcance histórico real do movimento a partir da sua relação com o poder político, bem como a análise das reivindicações e ações propostas e realizadas. O que difere é o intuito de Lojikine em perceber se o movimento pode produzir uma verdadeira mudança no sistema sócio-econômico.

Sendo assim, um movimento que luta pela moradia se dirige, necessariamente, a agências e aparatos do Estado. O objetivo desta ação coletiva passa direta e obrigatoriamente pelo campo político, por se tratar de uma reivindicação por uma política urbana. O aspecto sócio-político se revela na relação com as políticas

convencionais, partidos e processos eleitorais – daí a peculiaridade do nosso objeto de estudo que exige uma re-leitura da análise de Melucci.

Nossa convergência com o modelo de Melucci parte da compreensão de movimento social como denúncia de um conflito existente e anúncio da mudança. Mudança que, na concepção de Touraine (1985, 262), está posta no sentido do direito à vida *“para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais”*. Compreendemos que o movimento por moradia é uma expressão desse desejo por mudança, contendo, internamente, variações sobre o que seja essa mudança. A percepção das diferenças internas do movimento está bem delineada no modelo de Melucci (1989).

Nosso ponto de partida comum passa pela análise interna do movimento, sobretudo sua definição analítica que tenta desvendar os diversos aspectos da ação coletiva. Essa análise não pode prescindir da sua teoria de identidade coletiva. Compreendida como fruto de um processo envolvendo as dimensões estratégicas, motivacionais e os objetivos do movimento face à realidade posta. Os objetivos ou metas do movimento são dimensionados a partir da compreensão que os atores têm da ambiente da ação e da ampla variedade de interações negociadas. Na nossa análise vamos considerar essa dimensão através do discurso das lideranças.

Estas dimensões serão incorporadas partindo do pressuposto do autor, comungado por nós, de que a ação coletiva não é homogênea. Apenas a parte visível da ação aparece como uma unidade, no entanto, ela é fruto de interação, negociação e conflito, construída numa estrutura de ação subjacente. A ênfase na unidade existe, por parte dos atores coletivos, para dar sentido e organizar seu comportamento.

Sendo processual, a análise da ação, portanto, não pode se restringir aos atos públicos, quantificáveis – estes são resultados da ação, de interações, uma rede de relações, anterior e posterior aos eventos. Não significa que aquela não seja uma forma legítima de pesquisa, porém é reducionista no sentido de não dar conta dos processos de produção da ação coletiva, os quais envolvem criações de modelos culturais e desafios simbólicos inerentes aos movimentos sociais.

As novidades da ação coletiva contemporânea são resumidas em quatro aspectos (1989:74): os recursos e energias envolvidos na construção da identidade coletiva (o sentido do “nós”), como uma parte essencial da ação; os recursos de informação, como sendo o centro dos conflitos coletivos com o objetivo de mudar os códigos dominantes (a partir da capacidade auto-reflexiva dos sistemas complexos); a forma auto-reflexiva de ação; a interdependência global da ação, alterando as condições ambientais (constrangimentos e possibilidades).

A teoria da identidade está inserida na teoria de ação coletiva que distingue analiticamente: metas a serem atingidas; recursos a serem utilizados e o ambiente em que acontece a mesma. Essas dimensões são re-negociáveis, mas existem padrões de liderança e organização estabelecidos com o intuito de propiciar uma ordem mais durável e previsível.

Desta forma, movimento social é definido, analiticamente, como um tipo de ação coletiva que contém as três dimensões mais ou menos estáveis: metas sob a forma de objetivos de quebra dos limites de um sistema; engajamento num conflito com adversários que reivindicam os mesmos bens ou valores; solidariedade (reconhecimento da unidade, sobretudo quando dirigida ao ambiente externo). Concordamos com sua ressalva que o termo é incapaz de abranger a realidade múltipla

e complexa de um movimento. Então para ajudar a mapear tal pluralismo surge a necessidade de uma definição analítica, que se tornará mais robusta e delineada a partir da pesquisa empírica.

Seguindo este modelo, vamos considerar o movimento desde o processo anterior que provocou seu surgimento até sua ação efetiva. Esse momento Melucci denomina de processo de formação da identidade coletiva ou nível intermediário da ação coletiva, o qual é influenciado por “condições sociais” (fatores estruturais e conjunturais externos ao movimento) e pela auto-reflexão dos atores (envolvendo suas expectativas, necessidades). Essa identidade coletiva possui aspectos de escolhas e decisões individuais, mas que levam em consideração suas relações com o mundo externo, partindo da realidade concreta.

Os movimentos operam como signos na medida em que traduzem sua ação em desafios simbólicos que sobrepõem os códigos culturais dominantes. Os conflitos tornam visível o poder escondido atrás da racionalidade de procedimentos burocráticos ou os aspectos do “show-business” da política. Acrescentamos ainda, que no caso das mobilizações por moradia, através das invasões, existe o desafio ao código cultural da propriedade privada e de uma racionalidade excludente das políticas urbanas, priorizando obras faraônicas em detrimento da inclusão social. A ação coletiva torna possível a negociação com esse poder e, o estabelecimento de consensos públicos e transitórios que são uma condição para uma democracia política protegida do autoritarismo.

E, antes de tudo, os movimentos sociais transmitem mensagens, tornando públicos os conflitos existentes na sociedade, em tempo e lugar específicos – espécies de indicadores ou sintomas dos problemas estruturais do sistema (ibid: 56). Os

primeiros grupos a se mobilizarem são os mais diretamente atingidos. Contudo, não se trata de estabelecer uma relação entre certas “condições sociais” e formas específicas de ação. Mais ainda, na análise dele, não importa o alcance histórico do movimento no embate com o poder dominante (nos termos de Lojikine, 1981) porque os movimentos contemporâneos não possuem um projeto histórico universal, sua mobilização é limitada a tempo, lugar e conflito específicos - por isso a idéia de nômades do presente. São múltiplas formas de ações coletivas antagônicas, com diversos e temporários objetivos, baseados em diferentes organizações e centrados na solidariedade, mas que não se limitam a um só plano histórico. Esses diferentes movimentos não se restringem a um objeto de estudo, mas um caminho pelo qual os problemas mais gerais da ação podem ser abordados (Melucci,1994:155). Este direcionamento traduz uma preocupação notória em não cair no determinismo, ou estabelecer a priori em relação aos conflitos estabelecidos pelos movimentos.

Mesmo com as críticas ao paradigma marxista percebemos algumas dimensões comuns também encontradas num modelo com bases marxistas (Scherer-Warren,1987), tais como, a ação em direção a uma transformação implicando num conflito e no estabelecimento de metas, objetivos; a existência de uma identidade e de certos padrões de liderança e organização. Ao que parece, as noções de conflito, objetivo, reconhecimento mútuo e organização são dimensões dos movimentos que as teorias não podem prescindir. Outra dimensão explorada por essas perspectivas, mesmo que sob pressupostos diferentes, é a relação entre a estrutura social e a emergência do movimento. É neste aspecto estrutural que vai se localizar a nossa crítica. O conflito posto pelo movimento dos sem-teto expõe as contradições da política urbana e do capitalismo como foi colocado por Lojikine (1981) e Borja

(1975). Sendo assim, o que Melucci chama de “condições sociais” nós percebemos como “contradições sociais” inerentes ao sistema capitalista. O movimento dos “sem-teto” sinaliza a contradição na política urbana que revela a contradição principal entre capital e trabalho. As condições atuais de desenvolvimento do capitalismo no Brasil produzem as possibilidades de movimentos sociais que se distinguem das lutas específicas dos Novos Movimentos Sociais (Lojicine, 1981:303). O capitalismo se modificou, o rápido desenvolvimento das forças produtivas revela isso, mas o núcleo da relação de dominação continua o mesmo. Os códigos culturais desenvolvidos dentro da lógica do sistema são fundamentais. Para Melucci, o movimento está relacionado e condicionado pelos limites do sistema e ambiente em que a ação ocorre.

Sua concepção de mudança também nos parece restrita, na medida em que trata apenas da ação dentro dos limites colocados pelo sistema, como se também não pudessem existir ações coletivas que modifiquem as estruturas, ou que pelo menos desejem isso. O conceito de movimento social está inserido numa teoria da ação coletiva concebida como “*formas de atuação situadas no limite do sistema de relações sociais no qual a ação está inserida*”. Tais limites são “*definidos pelo alcance de variações que podem ser toleradas sem modificar sua estrutura*”(ibid:28). Essa afirmação se contradiz quando mais adiante (ibid: 39) ele afirma que devemos deixar em aberto as questões relativas aos tipos de conflitos sistêmicos, para, desta forma, alargar nosso entendimento sobre as mudanças na sociedade contemporânea. A própria investigação empírica pode nos levar a movimentos que se definam pelo ideal de modificar a estrutura do sistema¹.

¹ Atualmente temos o exemplo do Movimento Internacional contra o neo-liberalismo que é uma rede de movimentos com propostas de mudanças na estrutura do sistema (Seoane & Tadei, 2001).

Depois dessa definição rápida dos pilares de nossa abordagem, vamos aprofundar os aspectos conceituais.

2.1 - As “contradições sociais” e o processo de mobilização

No modelo de Melucci, os conflitos contemporâneos traduzidos pelos movimentos sociais revelam crises no sistema e possibilidades de alternativas significativas (1989:60). Existe uma preocupação com uma análise estrutural no estabelecimento das raízes estruturais dos movimentos sociais (os porquês) que vai rebater na questão do “*significado dos fenômenos sociais em relação às mudanças estruturais das nossas sociedades*” (Melucci, 1994:159), ressaltando a importância de uma análise estrutural e conjuntural na definição da novidade dos conflitos contemporâneos – o novo por si é transitório.

Mesmo fazendo sua análise das sociedades complexas contemporâneas e a ação coletiva ele insiste que, analiticamente, não se deva fechar questão sobre a existência de uma lógica societária dominante e os tipos de conflito, mas descobrir pela pesquisa empírica. Simultaneamente, a pesquisa deve se concentrar na análise do “modo de produção” das sociedades complexas para elaborar um novo modelo de interpretação das mudanças estruturais que, atualmente, afetam essas sociedades, diferente do capitalismo monopolista ou industrial (1989:40) – as reservas dele se dirigem às definições do marxismo e da teoria da escolha racional, consideradas taxativas. Questiona a existência de uma lógica do sistema diante da constante diferenciação das sociedades contemporâneas. Mas não acredita que devemos abandonar toda análise ao nível de sistema de nossas sociedades, esta deve ser coadunada com a análise dos componentes históricos de cada sociedade (1994:164). Tal sistema possui diferentes fronteiras do conflito que geram um leque diverso de atores e lugares. Por isso, a

análise das mudanças estruturais nas sociedades complexas possui dimensões sociais e culturais com grande significado para a ação coletiva contemporânea. (1989:44) – a partir da produção de novos códigos culturais nas redes subjacentes à ação visível.

No seu modelo analítico, Melucci distingue fatores estruturais e conjunturais como pré-condições da ação, revelando os limites do sistema e ajudando a explicar as feições dos movimentos (1989:52). Essa distinção está presente na dialética marxista quando propõe a análise das variações de uma formação social articulada com a invariante estrutural do modo de produção capitalista Lojikine (1981). No nosso caso, trata-se de focalizar a especificidade da política urbana no Brasil nos detendo nas condições sociais objetivas que representam a totalidade de suas relações.

Para Melucci, as estruturas das sociedades complexas são marcadas pela substituição da produção material pela produção de signos e relações sociais. E, conseqüentemente, os conflitos aparecem nas áreas cruciais para a produção de informação e recursos simbólicos. Analisando a estrutura destas sociedades ele ressalta os modelos de crescimento, educação, produção e mundo da vida, apontando alguns aspectos críticos de cada modelo. O modelo de crescimento baseado na representação corporativa, excluindo os setores desorganizados. Os processos produtivos mais centrados na informação afetando o mundo do trabalho e a vida cotidiana. O aumento da importância e finalidade do sistema educacional (como a inclusão da habilidade de resolver problemas), desenvolvendo uma cultura altamente reflexiva. Como também o aumento da população além da estrutura educacional gerando uma juventude marginal em termos de tempo, recursos e mercado. O modelo de mundo da vida produz uma crescente diferenciação individual da vida diária e distanciamento da família, gerando

uma variedade de identidades culturais e estilos de vida diferenciados por idade, território.

No Brasil, essas mudanças na produção - deslocando-se da produção material para a produção de signos - convivem com uma realidade de extrema pobreza e carências básicas. A necessidade de desenvolvimento intelectual do trabalho vivo entra em contradição com a lógica de acumulação do trabalho morto. A segregação espacial urbana (centros e periferias) demonstra a forma mais desenvolvida de divisão do trabalho material e intelectual. Nas zonas periféricas estão as atividades de execução e os locais de reprodução da força de trabalho. Reprodução que não se dá de forma completa porque está circunscrita na lógica de reprodução do capital (acumulação) (Lojikine, 1981:321) e da não-rentabilidade do financiamento dos meios de consumo coletivos (ibid 328), gerando o financiamento diferenciado dos equipamentos de consumo coletivo, sendo a menor parcela para a periferia. Essa reprodução da força de trabalho também é afetada, contraditoriamente, pelas necessidades criadas pelo desenvolvimento da produção e da divisão do trabalho - em termos de educação, transporte coletivo e equipamentos coletivos. A demanda por habitação se dá também devido à expansão urbana e imigração. A relação antagônica é gerada entre a necessidade de acumulação e a satisfação das necessidades de consumo da população, ambas crescentes (Borja, 1975:13).

A análise da política urbana, em termos da construção histórica dessa segregação espacial, abre o caminho para a compreensão do Estado capitalista inserido na contradição entre valor de uso e valor de troca. A dimensão simbólica, neste caso, está relacionada com o fetichismo da mercadoria (habitação) produzido pela interferência do Estado na dotação diferenciada de equipamentos públicos, tais como

saneamento, drenagem, calçamento. Mesmo a planificação funcionalista, que se propõe a ser um instrumento de regulação das desigualdades, age no sentido de tornar mais agudo o conflito estrutural subjacente.

A partir do conhecimento da estrutura se delineiam os fatores conjunturais. Para Melucci, estes fatores se referem às variações mais temporárias que apontam mais diretamente os limites do sistema, que podem ser econômicos e políticos. Os fatores econômicos expõem os custos sociais resultantes da modernização técnica e econômica e da penetração desses processos na vida cotidiana, estão relacionados com crises em geral, geradas pelo mercado internacional ou nacional, ou crises urbanas, ou ainda o aumento das clivagens sociais. Os aspectos políticos estão ligados à falta de resposta do sistema político para com necessidades e interesses emergentes (Melucci apud Nascimento, 1999:72). Mais especificamente, refere-se à relação entre as demandas e a rigidez do acesso às instituições de decisão, bem como, a inadequação da resposta dada pelo sistema em termos de qualidade e efetividade (como por exemplo, o uso da repressão e a ineficiência do planejamento e das decisões).

Dentro desses processos estruturais e conjunturais, os atores coletivos e suas demandas surgem nas áreas mais diretamente afetadas pelos problemas estruturais e conjunturais supracitados. Inclusive os investimentos organizacionais, criados pelos atores, são condicionados pelos fatores estruturais - sobretudo os modelos de educação e produção (Melucci, 1989: 61). Desta forma, no caso da Europa, a mobilização destes atores torna visível e problematiza o poder que se tornou impessoal e agregado a meros procedimentos burocráticos, poder este presente no estabelecimento dos códigos culturais dominantes reguladores do fluxo de informações.

Para o nosso estudo, vale ressaltar os aspectos políticos que afetam diretamente o conflito por moradia ocasionado pela falta de resposta do sistema político em relação à carência habitacional. Compreendendo, diferente de Melucci, que os aspectos econômicos da crise urbana e aumento da desigualdade social estão intimamente relacionados com os aspectos políticos, no tocante ao posicionamento do Estado capitalista frente às carências da população. Isto não significa que seja uma característica imutável, estando, porém, manifesta ainda hoje na realidade brasileira – sobretudo em se tratando de habitação de interesse social. Percebemos a crise urbana como fruto da apropriação desigual dos “*lugares de concepção e de difusão das informações*” (Lojicine, 1981:322). A renda fundiária é o mecanismo que determina a ocupação do espaço, com base na definição dos locais mais valorizados. A urbanização se dá prioritariamente para atender as necessidades de aglomeração dos meios de produção, em detrimento do financiamento da aglomeração dos meios de reprodução da força de trabalho (moradia, transporte coletivo, saneamento, etc). Para entender melhor esse processo cabe uma análise da evolução da estrutura da política urbana, destacando seus novos conteúdos, articulando os diversos atores envolvidos. Nesta ótica, a crise urbana está inserida na lógica econômica dos interesses do capital imobiliário tendo sua base de sustentação no direcionamento dos recursos públicos priorizando a acumulação de capital – imobiliário, especulativo, comercial e industrial. Mas essa contradição pode ser percebida de diferentes maneiras na reflexão das camadas populares que estão sendo excluídas. Apesar do MTST se identificar como um movimento de trabalhadores, não, necessariamente pode perceber a relação do mundo do trabalho, cabe à pesquisa empírica desvendar a concepção que os atores possuem das suas reivindicações e do ambiente da ação.

Lojikine postula que a maioria da população envolvida nas mobilizações por habitação, em Paris, não teria a consciência dos mecanismos de exclusão. Borja (1975:15) complementa que todo movimento requer um mínimo de consciência e organização, essa consciência é proveniente de uma situação inaceitável e o vislumbamento de possibilidades de modificá-la ou se opor através de um processo de organização – ambos concordam que a mudança não surge espontaneamente. O processo exige a existência de um grupo que tome iniciativas, bem como de um movimento com poder de convocação e representatividade que reúna a população para manifestar sua reivindicação. A experiência deste grupo, segundo Lojikine (1981:299), vai propiciar a possibilidade de se “*libertar da servidão ideológica*”, tendo sua duração e seu alcance histórico condicionados pela natureza da reivindicação. A reivindicação pode ser mais pontual ou uma proposta de mudança estrutural se tornando mais explícita na relação com o Estado - o que Lojikine (1981:298) chama de “desafio político”. Além disso, a definição do “desafio real” se dá a partir da análise “do conteúdo ideológico e político das reivindicações” e a comparação entre “as ações propostas e as ações realizadas” pelo movimento.

A novidade da abordagem de Meluccci é o destaque dado às redes sociais ativas, de alta densidade e recursos humanos disponíveis, que eram tratados como a base social do movimento. Este enfoque é ressaltado na ação dos “grupos marginalizados”, considerando a agudização do processo de crise e ao surgimento de ondas de mobilização usadas como canais para sua reação, dando, também, um destaque especial à existência de lideranças. Ressaltando sempre que os movimentos não são homogêneos e o nível de envolvimento também é variável, ele ainda observa que o núcleo de ativistas pode ser encontrado no grupo da nova classe média.

Entretanto, o mais importante na análise é compreender a questão colocada pelo movimento dentro do contexto histórico e político para perceber a direção do conflito em determinada sociedade (1994:162).

Melucci articula a discussão entre as condições sociais, o potencial de individualização (controle da identidade) e a ação auto-reflexiva, verificando que a crescente diferenciação estabelece uma necessidade de maior controle social e integração. Esse contexto justifica a ênfase analítica nos códigos da vida social ao invés do conteúdo; bem como, nas pré-condições da ação ao invés do comportamento porque a ação se baseia nestes aspectos. E certos grupos são mais sensíveis às exigências contraditórias do sistema, por serem mais afetados, como também devido à influência de circunstâncias conjunturais e ao acesso diferencial a recursos para a ação. Mesmo assim, eles são submetidos a formas de poder que restringem suas possibilidades. Daí o paradoxo da ação: o indivíduo percebe as opções possíveis para a ação consciente, mas essas possibilidades são bloqueadas pelos mecanismos de controle. Então como e por que ocorre a ação coletiva ?

Sua hipótese central é que o controle dos indivíduos sobre a ação é uma condição necessária para a formação da mobilização coletiva e da mudança. Cresce a necessidade de controle dos indivíduos sobre as condições da existência pessoal devido a sua crescente auto-reflexividade possibilitada pela ciência moderna, como diria Habermas (apud Melucci, 1989:47).

O controle da identidade passa pela reapropriação do significado (condições sociais e objetivos) da ação individual e social. A centralidade da identidade se dá devido a esse conceito refletir a capacidade da ação de transformar o ambiente através do conflito. Neste sentido, todo conflito é um conflito de identidade, na medida em que

alguns atores querem levar outros a reconhecer o que eles reconhecem e a identidade se forma a partir da transgressão das regras de distribuição de recursos materiais e simbólicos. Sendo assim, o processo de individualização (ou de construção da identidade) implica no “*potencial de controle dos indivíduos sobre as condições e níveis da ação que torna necessária (e acarreta) a expropriação destas fontes de auto-reflexão e auto-produção da sociedade em si*”(1989:48). Esse processo requer também uma ação auto-reflexiva, é em si uma forma pura, que demanda uma mediação simbólica – a reapropriação do símbolo. A ação coletiva anuncia e nega esta forma pura. A ação não tem um significado apenas de satisfazer necessidades porque movimentos sociais são, antes de tudo, movidos por paixões, uma “*forma apaixonada de ação*” (1994:160) importante para a mudança social. Dentre eles, existem grupos cujo objetivo é o desenvolvimento da solidariedade do grupo e também um compromisso a partir de necessidades pessoais como caminho para mudar o mundo e criar alternativas significativas.

2.2 – A Identidade Coletiva e suas dimensões

Considerando a importância do controle da identidade para a ação coletiva, seu foco está no aspecto intencional e consciente (a auto-definição) o qual se desenvolve a partir da avaliação do ambiente em que acontece a ação coletiva (expectativas, custos, benefícios). Para Touraine (apud Nascimento, 1999:60), o confronto real com o adversário e o reconhecimento do objetivo da luta define a identidade do ator. Também para Melucci (apud Nascimento,1999:64), as noções de reconhecimento e de conflito são de fundamental importância na construção da identidade por parte do ator. Dentro desta perspectiva, ele chega a hipótese de que uma situação de conflito reforça a solidariedade do grupo e garante sua identidade.

Melucci insiste que a identidade não deve ser tratada como algo dado, para não reificá-la. A identidade coletiva é construída, negociada através das relações que vinculam os indivíduos entre si. Propõe assim, a análise do “*nível intermediário da ação coletiva*”, ou seja, o processo no qual as identidades são moldadas – “*os indivíduos reconhecem que partilham certas orientações comuns e sob essas bases decidem agir juntos*” (Melucci, 1989:30). Tal análise vai no sentido de superar a dicotomia ação (manipulação) e estrutura (privação relativa ou de classe). E de entender com o movimento chegou a se tornar uma organização e se relacionar com o sistema político. É o que Melucci destaca como fase de latência do movimento – a fase da ação não visível que propicia a mobilização visível.

O processo de construção da identidade coletiva incorpora o conceito de expectativas. Tais expectativas são socialmente construídas e dependem de como os atores reconhecem o ambiente (avaliando as privações, possibilidades, resultados e constrangimentos). Estes serão capazes de escreverem sua história e comparar expectativas e resultados se reconhecerem sua coerência e continuidade enquanto atores (se definirem). Contudo, o reconhecimento pode provocar variadas reações e respostas, incluindo sublimação ou criação de uma desculpa convincente, um bode expiatório².

Assim, a identidade coletiva é processual, baseada numa definição interativa e compartilhada por indivíduos, em constante interação, que estão conscientes das orientações da ação, incluindo as oportunidades e constrangimentos da mesma (ibid:34). O processo de formação requer contínuos investimentos não aparentes, podendo chegar a uma institucionalização de formas organizacionais, regras formais e

padrões de liderança. Duas dimensões ficam claras: as interações e o reconhecimento individual.

Para Melucci (1989:35, 1996), as interações passam por redes de recrutamento, constituindo um nível intermediário crucial para o entendimento de como os indivíduos se envolvem na ação coletiva. Nestas redes, indivíduos interagem, influenciam-se, negociam e conseqüentemente estabelecem modelos conceituais e motivacionais para a ação. Esse incentivo, advindo da interação dos indivíduos, exerce influência sobre a motivação – em termos do cálculo de custo-benefício e do reconhecimento emocional.

O processo de construção da identidade coletiva pode ser distinguido em três dimensões analíticas: uma cognitiva, uma emotiva e uma relacional ou interativa. Esta divisão é apenas analítica para facilitar a explicação. A dimensão cognitiva se relaciona com a capacidade dos atores de avaliarem o meio ambiente, os custos e benefícios das ações e traçarem suas metas. A dimensão emotiva está relacionada com capacidade dos indivíduos em se reconhecerem e se sentirem parte de uma unidade – o reconhecimento emocional. A dimensão interativa corresponde à rede de relações entre atores na qual eles interagem, influenciam-se e tomam decisões. Essas redes dizem respeito às *“formas de organização e modelos de liderança, canais comunicativos e tecnologias de comunicação”*(Melucci apud Nascimento, 1999:63).

Os atores individuais fazem investimentos cognitivos e emocionais no processo de construção da identidade coletiva e da ação coletiva. A tendência dos indivíduos de se envolverem em ações coletivas depende do seu acesso a recursos (informações, redes, habilidades profissionais ou comunicativas) que fazem com que eles participem

² Esse ponto é uma crítica ao paradigma da frustração/agressão e teorias baseadas nas expectativas

no processo de construção de sua identidade. Tal acesso é diferenciado, influenciando assim, distinções na motivação, expectativas, intensidade de participação e duração do envolvimento. Como exemplo, temos a diferença entre os chamados militantes e os outros indivíduos. Os militantes são geralmente mais integrados numa estrutura social, tendo um papel central na mobilização coletiva e possuindo à sua disposição recursos cognitivos e sociais substanciais.

Todavia os indivíduos não são levados a reconhecerem seus interesses pelos líderes, como pensava Lênin, nem tão pouco, agem apenas a partir das necessidades, como no modelo luxemburgiano. É na interação coletiva que os atores definem (e redefinem) as orientações da ação coletiva, bem como o leque de oportunidades e constrangimentos da mesma.

O indivíduo possui, em tese, uma capacidade de auto-reflexão (aos moldes do tipo ideal de Weber), essa reflexão, passa, necessariamente, por uma mediação simbólica. A participação coletiva envolve grupos em busca da solidariedade, mas também um reconhecimento da ação coletiva como resposta às necessidades pessoais. Tais necessidades podem ser vistas como meio para mudar o mundo e para criar significados alternativos (ibid:49).

O aspecto que tomaremos como preponderante será o constante processo de construção da identidade coletiva, ressaltando como os atores se constituem e se definem, a partir da idéia do seu projeto político coletivo, englobando a definição dos seus opositores, aliados e estratégias de ação e os padrões de organização.

Analicamente, de acordo com o modelo de Melucci (1989:35) e, dialogando com o mesmo, temos:

quando afirmam que os atores ao identificarem suas carências reconhecem os benefícios como possíveis

a . dimensão cognitiva – *“formulações modelos cognitivos concebendo metas, meios e ambiente da ação”*(ibid:35), o que chamamos de “projeto político” (incluindo opositores e aliados no ambiente da ação, bem como objetivos e reivindicações);

b. dimensão emotiva – *“investimentos emocionais que permitem aos indivíduos reconhecerem-se entre si”*(ibid), reconhecimento como parte do todo, incluímos a motivação coadunando a trajetória anterior à entrada no movimento com as práticas em direção à coesão e à solidariedade;

c. dimensão interativa – *“ativação das relações entre os atores, que comunicam, negociam e tomam decisões”*(ibid), formas de organização, liderança, comunicação (internamente e externamente), recrutamento, processos de tomada de decisão, que denominaremos de “estratégias interativas”.

Traduzindo esse esquema definimos algumas categorias para análise: projeto político, motivação e estratégias interativas.

A . Projeto Político

Nesta categoria vamos abordar como os atores produzem modelos cognitivos comuns sobre o ambiente em que atuam, definindo, conjuntamente, suas metas. Mas também, como eles avaliam as metas e possibilidades de ação para tomar as decisões. Essa dimensão engloba a visão que os atores têm da ação coletiva, envolvendo seus objetivos, planos, lutas, opositores e aliados.

Em Scherer-Warren (1987) também há um destaque para o projeto que passa pela auto-definição do movimento e superação da condição de existência. A definição dos objetivos do movimento se dá a partir da consciência da situação de opressão e/ou necessidade e do desejo de mudança. Desta forma, o projeto se refere ao que o

movimento quer modificar na sua realidade: uma utopia de transformação da sociedade, uma situação atual e/ou objetivos mais imediatistas. Vale ressaltar que a consciência do processo de dominação está submetida às estruturas e suas contradições, existindo, portanto, formas de consciência de acordo com a situação social e interesses do grupo. A abrangência dos objetivos e o nível de consciência também definem os que são considerados opositores e os possíveis aliados.

B. Motivação

A motivação está relacionada à pergunta: “como” os indivíduos se envolvem numa ação coletiva e “como” se mantêm? Para a Teoria da Mobilização de Recursos, a motivação é função dos custos e benefícios, sendo perpassada pela interação que envolve conflitos, negociação e cooperação. Quanto mais existirem recursos disponíveis para adeptos conscientes maior a probabilidade do desenvolvimento de organizações de movimentos sociais (Klandermas & Tarrow apud Nascimento, 1999:35). Os interesses individuais predominam sobre os coletivos na busca de um bem coletivo – permanecendo o problema do *free rider*³. McCarthy e Zald destacam a importância dos incentivos seletivos no processo de engajamento. Tilly (apud Nascimento, 1999:38) propõe uma nova solução para o problema do *free rider*: a interação frequente faria as partes egoístas reconhecerem que a cooperação adequa-se mais aos seus interesses.

Por sua vez, Melucci (1996:31) acredita, que “*a motivação para a participação não pode ser considerada apenas um fenômeno individual*”. Os critérios estabelecidos pelo indivíduo são construídos a partir de sua interação com as redes de recrutamento. Nesse processo, ele avalia os incentivos – inclusive o incentivo para agir. Por isso que

³ Ator racional que busca usufruir do bem coletivo sem os custos da participação.

as redes de recrutamento possuem um papel fundamental na compreensão de como os indivíduos se envolvem na ação coletiva. As redes se caracterizam pela participação em vários movimentos, pela militância parcial e pela exigência de envolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condição para a participação. As redes relacionais têm o papel de estimular a definição de identidades coletivas. E podem, inclusive, tornar menos custoso o investimento individual na ação coletiva.

Tal motivação esta inserida na dimensão emotiva que é fundamental para a existência dos movimentos sociais, já que, para Melucci os movimentos são movidos pela paixão. A dimensão emotiva envolve os sentimentos e emoções que fomentam o desejo de participação, mais especificamente a descoberta de outras pessoas que viveram ou estão vivendo experiências semelhantes. É o reconhecimento emocional a partir das interações, necessidades que podem ser percebidas na trajetória anterior à entrada no movimento e nos elementos de coesão do grupo. Essa solidariedade interna é baseada num compromisso, não necessariamente, estável, inclusive as próprias estruturas organizacionais podem ser temporárias e as lideranças serem múltiplas.

C . Estratégias interativas

Em relação ao estudo das estratégias a questão mais importante foi colocada pela Teoria da Mobilização de Recursos: como são recrutados os participantes no processo de emergência de um movimento social. E como eles agem para mobilizar os recursos materiais (e não materiais) que facilitam a estrutura organizativa do movimento. Além disso, é fundamental perceber quais as práticas institucionalizadas de organização, liderança, os processos de tomada de decisões e comunicação.

Nascimento (1999:107) ressalta o modelo de MacAdam (1996), que propõe articular os conceitos de identidade e de estratégias através da análise dos significados

produzidos pelo agir estratégico na construção e fortalecimento das identidades coletivas. Nesse sentido, também entram nessa concepção as relações estabelecidas com outros atores coletivos (movimentos, partidos), como também a relação e a visão dos meios de comunicação de massa que estão relacionados com o projeto político do movimento; fortalecendo o mesmo.

A questão central posta por Melucci diz respeito ao enfoque que as formas organizacionais não são apenas instrumentais às suas metas, mas são as metas em si. Isso faz com que a eficácia não seja central, pois os padrões organizacionais exprimem o significado e objetivos da ação, desafiando os códigos culturais dominantes. No caso do Movimento dos Sem-Teto, temos como exemplo o uso do termo “ocupação” que desafia o código dominante da propriedade privada que coloca como “invasão”.

Mas não basta focalizar as mobilizações, já que a organização conduz às ações manifestas. O pressuposto é que os investimentos organizacionais, condicionados pelas contradições estruturais, também se inserem na discussão do conjunto auto-reflexivo de relações que podem ser (re)modeladas de acordo com o processo de aprendizagem dos membros envolvidos na ação. A estrutura organizacional temporária, coadunada com o compromisso mutável, e as lideranças múltiplas são os pilares da solidariedade interna.

O que não significa que os efeitos não possam ser identificados. Para Melucci (1994:156), é importante distinguir os níveis de influência dos movimentos sociais sobre estruturas políticas e instituições. A influência da ação coletiva pode afetar direta ou indiretamente o sistema político, podendo ampliar os limites da política, provocar uma mudança nas regras e procedimentos políticos e/ou uma mudança nas formas de participação no interior dos sistemas políticos. A importância da relação política, o

alcance das mudanças, depende do grau de abertura dos sistemas políticos e da relação entre sistema político e Estado – as formas efetivas de representação e os processos tomada de decisão.

Os efeitos indiretos são mais difíceis de se perceber: uma mudança na vida das organizações e uma transformação na cultura e na moral. A mudança na vida das organizações se traduz pela criação de novos modelos organizacionais incorporados por diversas organizações públicas e privadas, criando novas elites aptas a estas instituições e organizações. As mudanças culturais são institucionalizadas em hábitos e linguagem que, contraditoriamente são reapropriados pelo discurso dos grupos dominantes.

Os efeitos provocados pela ação do movimento podem ser identificados, mas não serão centrais na nossa pesquisa devido ao pouco tempo de existência do movimento e dos limites do nosso trabalho de campo. Na análise vamos ressaltar alguns efeitos percebidos e mudanças culturais que se sobressaíram.

3 - PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES

A partir das definições e do modelo propostos (re)colocamos a questão:

“como” e “por que” indivíduos constituem o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto ?

A hipótese de Lojikine, que iremos adotar, é que as atuais condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil criam as “*possibilidades para a emergência de movimentos sociais urbanos*”, entendendo o urbano no sentido amplo, incluindo a reivindicação por moradia. Borja (1975) inclusive vai situar esses movimentos como ações coletivas para evitar a degradação das condições de vida. Neste sentido, os

movimentos sociais representam a própria manifestação das contradições geradas pelo desenvolvimento das sociedades, especialmente na formação social capitalista.

Nossa hipótese geral articula as concepções marxistas apontadas e o modelo proposto por Melucci. Sendo assim, postulamos que a atual falta de moradia para as populações menos favorecidas, teria criado as possibilidades iniciais para a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, manifestando as contradições do sistema capitalista. Mas sua emergência e mobilização só foi possível graças a um processo de construção da identidade coletiva (auto-definição como trabalhadores sem-teto).

Afirmar que a emergência de um movimento social é a manifestação da existência de contradições estruturais, sendo, simultaneamente condicionada por estas, significa que a luta pela moradia surge em primeiro lugar da contradição fundamental, o conflito entre a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho. E ao mesmo tempo tem seus limites nessa relação. Esse conflito essencial aparece com conteúdo específico na questão da falta de moradia. No caso da Região Metropolitana de Recife, a questão da exploração pela terra evidencia a segregação espacial, gerando uma metrópole marcada por um alto déficit habitacional e crescente favelização. Destaca-se, por um lado, a falta de resposta do sistema político diante da necessidade de habitação da população de baixa renda como fator estrutural. Por outro lado, no cenário político de mobilização Recife possui uma história marcada por conflitos territoriais (entre a classe trabalhadora e os proprietários) em que os "sem-teto" obtiveram alguns ganhos. Além disso, destacam-se as ações empreendidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e o apoio deste à formação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto).

- Sendo assim, nossa hipótese é que a emergência do MTST revela e ao mesmo tempo é condicionada pelas contradições estruturais do sistema que se tornam aparentes na falta de moradia para as camadas populares, esse processo é mediado por um contexto político de mobilizações.

Isto posto, compreendemos que o “processo de construção da identidade coletiva” do movimento envolve a definição das motivações e metas (porquê) pelo conjunto dos membros, bem como as formas organizacionais (como) adotadas por este.

De maneira mais detalhada, o processo é definido a partir da construção do seu projeto político (1), da motivação em direção à coesão (2) e da definição das estratégias interativas (3).

- (1) o movimento possui um projeto político que se define pelas suas concepções da luta pela moradia, seus objetivos, bem como a definição dos opositores e aliados.
- (2) A existência dos recursos é condição necessária, mas não é suficiente para gerar a mobilização. Os indivíduos precisam reconhecer que partilham certas orientações (necessidades e desejos) comuns e sob essas bases decidir agir juntos. A hipótese de Melucci é que uma situação de conflito reforça a solidariedade do grupo e garante sua identidade.
- (3) Os atores se definem também a partir dos seus processos organizativos, padrões de liderança, de tomadas de decisão e de comunicação.

As dimensões da identidade são momentos diferentes de concentração de recursos e dimensões que podem inclusive se modificar conforme a situação. Compreendendo que a identidade de um movimento social vai sendo construída a partir do fluxo e interação entre projetos pessoais e coletivos, com base em uma realidade concreta. Mische (1997:6) coloca que a formação da identidade se dá a partir

da relação dinâmica entre “o ciclo de vida da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época”. Nesse sentido, a identidade, além de ser uma auto-definição dos grupos, é vista como direcionando projetos e ações. Nesse sentido, Foweraker (1995:47) completa que a identidade apesar de ser construída no nível interpessoal de relações, consolida-se na luta política. São essas relações que criam redes sociais que compõem o que Melucci chama de redes submersas – são compostas pelos ativistas e agem no nível cultural, ligando a experiência da vida individual com a organização e estratégia do movimento. No caso do MTST, o conflito político exposto se relaciona em certo grau com o conflito de classes, já que, como vimos, a carência habitacional se conforma a partir da não possibilidade de acesso à moradia por parte das populações pobres. Mische (1997:7) coloca “não é apenas o atributo ou a posição de classe que determina a identidade, mas também as experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento” - em constante de negociação. E Foweraker (1995) complementa que as lutas políticas dos movimentos sociais estão situadas num espaço intermediário entre a vida cotidiana e os processos sócio-políticos, incluindo as diversas instituições. As mobilizações podem ter um caráter mais expressivo, instrumental ou político. A relação entre a formação da identidade e as estratégias passam pelo impacto destas sobre o meio político, como também pela influência do maior ou menor grau de lealdade à causa e coesão do grupo. Na América Latina, a crença no movimento e na causa está permeada por aspectos da cultura política: paternalismo, clientelismo e corporativismo (Foweraker, 1995:65).

2. Metodologia

Dentro do modelo analítico proposto por Melucci percebemos uma preocupação em analisar as condições estruturais das sociedades complexas, percebendo as fronteiras de conflito existentes e como os atores definem essa realidade. Essa preocupação assumida como pressuposto vai desencadear conseqüências metodológicas para o estudo dos movimentos sociais no sentido de uma análise que articule causalmente a realidade social, o conflito e a ação coletiva - a partir da percepção que os atores possuem sobre o ambiente da ação e suas relações. Vale enfatizar, que a questão estrutural é analisada sem a prioris que impeçam de ver os conflitos próprios das sociedades complexas e os componentes históricos particulares da sociedade brasileira e de Recife, bem como a forma como se articulam com a emergência do movimento. Não se trata de assumir uma atitude fenomenológica, mas de estabelecer conexões causais com base na realidade, dando voz aos atores, percebendo como eles definem seu mundo e sua ação.

O pressuposto é que a percepção das mudanças estruturais produz significados na produção de novos códigos culturais nas redes subjacentes. No nosso (estudo de) caso, a carência habitacional da população de baixa renda é estrutural e tem sido fonte de conflitos constantes (mesmo que não sejam contínuos). Essa carência pode ser processada a partir dos códigos culturais criados pelos movimentos sociais. A mudança desses códigos na sociedade não se percebe em curto prazo, mas dentro dos participantes das ocupações já se percebe uma mudança na forma de ver os movimentos de luta pela terra/moradia. E o fato dessas pessoas estarem nessa ocupação desafia o código cultural do direito da propriedade privada como intocável – um traço reforçado pela cultura capitalista.

A conexão causal estabelecida nas hipóteses e, conseqüentemente na construção dos instrumentos de coleta de dados e análise, é que dentro de uma determinada conjuntura de mobilizações, a ser analisada, os atores perceberam tal carência e o ambiente e relações propícias ao surgimento do movimento. Desta forma, os atores se incorporaram (e se incorporam porque as mobilizações continuam) a essa ação coletiva de acordo com as suas percepções da necessidade, do conflito e das possibilidades de desafiar os códigos culturais da propriedade privada, bem como dos ganhos (materiais e/ou simbólicos).

Partindo dessa relação causal, na nossa análise partimos de uma breve reconstrução histórica das raízes desse “déficit” no Brasil, destacando causas e conseqüências, dando um enfoque especial na cidade de Recife e na . Seguida de uma contextualização do cenário sócio-econômico e político em que surgiu o movimento como pano de fundo para sua mobilização e crescimento. Nesse contexto sócio-econômico damos ênfase a relação entre o déficit habitacional, o mercado imobiliário e o Poder Público por compreendermos ser a fronteira de conflito em que o movimento se coloca mais diretamente.

Por se tratar de apenas um movimento nossa metodologia, segundo Babbie (1979:227), pode ser melhor definida como um estudo de caso, compreendendo o mesmo como um método para pesquisas que buscam a explicação dos fenômenos (Richardson, 1999). Considerando também que nosso objetivo não é construir uma generalização para todos os movimentos sociais, mas realizar a análise do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, na Região Metropolitana do Recife. Este modelo de pesquisa qualitativa é especialmente indicado para o estudo de sutis nuances de atitudes e comportamentos de processos sociais ao longo de um determinado período

de tempo. Neste tipo de metodologia, observação, processamento de dados e análises estão interligados (Babbie, 1979:230). Tem como vantagem principal a possibilidade de um aprofundamento das questões colocadas como problemas de pesquisa. Partimos do princípio que a análise de um movimento social não se restringe apenas aos eventos visíveis, mas também a forma como os atores as constituem e as concebem. Não pretendemos analisar o movimento a partir de dados quantitativos de suas mobilizações já que dentro dos nossos pressupostos está a concepção da construção da identidade coletiva como um processo, para além das mobilizações aparentes. Nosso foco é articular a realidade concreta com a perspectiva dos atores do movimento, percebendo as concepções e mudanças.

O Estudo de Caso tem sido criticado porque sua singularidade não permite extrapolação dos resultados já que a representatividade não é o centro das observações. O que podemos perder em termos de abrangência ganharemos em termos de profundidade. Neste sentido, as conclusões são mais sugestivas do que definitivas ou afirmativas. Castells (1983) defende que o valor de uma observação depende do propósito da pesquisa. E ainda, que, do ponto de vista histórico, todas as situações sociais são únicas. Ele argumenta que o estudo dos Movimentos Sociais Urbanos trata necessariamente de fenômenos singulares, no seu tempo e espaço.

O movimento possui ocupações na Região Metropolitana do Recife (RMR) e no interior do estado, estas últimas mais articuladas com o MST. Tendo em vista a viabilidade da pesquisa decidimos nos concentrar nas ocupações da RMR, entrevistando as lideranças de cada ocupação, bem como fazer uma amostra estratificada de todas as ocupações, no período de outubro de 2001 a janeiro de 2002. É importante salientar que a amostra foi baseada em dados gentilmente cedidos pelas

lideranças do movimento e se refere às ocupações existentes até o início de outubro de 2001. Esta delimitação se fez necessária porque nesse universo a realidade é muito dinâmica ocorrendo muitas mudanças no número das ocupações, nas lideranças, inclusive registrando uma separação dentro do movimento – um racha - durante o processo de coleta de dados. Mesmo depois do racha ambos os grupos permanecem até o presente momento utilizando-se da mesma sigla.

Através de diversos instrumentos de pesquisa – todos em anexo - pretendemos é dar voz aos atores na sua percepção da realidade e da sua ação. Utilizando um formulário, aplicado por ocupação, nos propusemos a resgatar a própria história do grupo, dentro do cenário sócio-econômico e político, como um ator na sua relação com outros atores. Para “coletar os dados” utilizamos entrevistas semi-estruturadas com as lideranças (locais e estaduais) visando perceber diversos motivos que os levaram a se envolverem neste movimento e as diferentes definições sobre o movimento - em termos de práticas, relações, lutas e projetos. Tratando-se de um movimento que reúne um universo de centenas de famílias utilizamos o instrumento do questionário amostral em todas as ocupações da Região Metropolitana do Recife, existentes até o início de outubro, com o intuito de aprofundar ainda mais o conhecimento deste grupo. Trata-se de um perfil sócio-econômico, incluindo trajetória urbana, recrutamento e motivação, percepção do movimento (atividades), participação nas atividades políticas, identificação como integrante do movimento e a percepção de mudanças após entrar no movimento. Além desses instrumentos, fizemos algumas observações simples, anotadas em diário de campo, em reuniões e conversas informais que nos permitiram melhor compreender o discurso dos atores (incluindo base e liderança) e possíveis contradições entre discurso e prática.

O uso desses diferentes instrumentos se justifica pela concepção de que dados quantitativos e qualitativos podem se complementar na explicação de um mesmo fenômeno. A utilização dessas ferramentas objetiva testar as hipóteses pré-estabelecidas através da reconstituição da história do movimento, da percepção dos seus processos organizativos, suas lutas e o significado delas para os atores e dentro do contexto analisado.

O cálculo da amostra dos questionários seguiu a metodologia proposta por Richardson (1999), tratando-se de ocupações com um número diferenciado de famílias, fizemos uma amostra estratificada como se segue no quadro abaixo:

Amostra Estratificada

Ocupação		Percentual da População (Ocup X 100 / 3058)	Amostra (% x 354 / 100)
1º) Iputinga	40	1.3	4.6 5
2º) Nobre	327	10.69 11	37.84 38
3º) CAIC	228	7.45	26
4º) Lagoa da Conquista	1000	32.7 33	115.76 116
5º) Terra Nossa	913	29.8 30	105.49 105
6º) Rio Doce	198	6.47	22.9 23
7º) Campo Grande	292	9.54	33.8 34
8º) Fundão	60	1.96	6.9 7
	3058		354

Cálculo da Amostragem

FÓRMULA

Nível de confiança = 95%

Erro de estimação permitido = 5%

$$N = \frac{t^2 \cdot p \cdot q \cdot n}{E^2 \cdot (n-1) + t^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

N – tamanho da amostra

t – nível de confiança em número de desvios padrões (sigma)

p – proporção de características pesquisadas no universo, calculada em percentagem

q – proporção de características do universo que não possui a característica pesquisada

(q = 1 – p)

n - tamanho da população

E – erro de estimação permitido

$$N = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 3058}{5^2(3058 - 1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50}$$

$$N = 30580000 / 76425 + 10000$$

$$N = 353,8 \text{ aproximadamente } 354$$

Cumpramos ressaltar que a realidade do movimento é como uma teia onde as dimensões se complementam, para tentar desvendar o mapa dessa realidade utilizamos alguns conceitos para nos orientar, percebendo-os sempre como partes de um todo. Nossas hipóteses se complementam nessa direção. Assumindo esse a priori vamos destacar os conceitos utilizados nas hipóteses e seus indicadores nas entrevistas com as lideranças e na observação:

1 - a visão do projeto político foi definida a partir dos objetivos, programa e planos do movimento, concepção da luta pela moradia, definição dos opositores, visão das relações com aliados (sobretudo com o MST, CMP, Partidos e Igrejas; prioridade definida na fase exploratória da pesquisa), bem como a relação com os governos estaduais e municipais, judiciário, imprensa e polícia (atores do Poder Público que mais interagem com o MTST, também definidos na pesquisa exploratória), bem como na observação de músicas, gritos de guerra, discursos, símbolos.

2 – a motivação foi analisada pela trajetória política dos líderes, pela visão do conflito e coesão, mundo dos sonhos e práticas em direção à coesão.

3 – as estratégias interativas se traduziram nos processos organizativos, incluindo as formas de recrutamento, de tomar decisões, padrões de liderança, comunicação interna e interação com outros atores como a imprensa.

De uma forma transversal analisamos como os atores percebem a influência do movimento na sua relação com o Poder Público (sobretudo as vitórias obtidas junto ao judiciário e aos governos), os efeitos da participação nos “ocupantes” e como definem sua relação com imprensa, vizinhos e sociedade.

A análise se deu tentando responder as questões colocadas inicialmente, articulando dados e referencial teórico. Os conceitos são articulados entre si no sentido

de desnudar a realidade do grupo em questão (suas concepções e práticas) relacionando com as condições ou contradições estruturais em que este se insere. Das respostas dos atores surgiram as categorias específicas e as conclusões. Na certeza que tais conclusões, como em todas pesquisas, são sempre aproximadas e provisórias.

Capítulo 3

As contradições estruturais: a Habitação, o Estado e os Movimentos Sociais

3.1 - A questão habitacional: entre o Estado e a participação

Como já afirmamos anteriormente, os movimentos sociais denunciam conflitos existentes no sistema e anunciam novas formas de pensar o problema. E tais conflitos estão relacionados com condições estruturais e conjunturais que favorecem seu surgimento. Ao colocar na agenda política o protesto pelo "teto", o MTST, expõe uma realidade submersa e contraditória que tem existido em Recife (região metropolitana), mas também na maioria das cidades brasileiras, a existência da "cidade ilegal" (Maricato,2000). Ilegal não apenas no sentido jurídico do termo, mas também a cidade esquecida pelo planejamento urbano e políticas públicas em geral. Essa dicotomia entre cidade legal e ilegal, empregada por Maricato, revela a fronteira de conflito onde se encontra o movimento dos "sem-teto", que se utiliza de ocupações ou invasões ilegais de terrenos para atender a uma necessidade. O delineamento dessas questões estruturais e conjunturais e, posteriormente, do contexto em que surgiu o movimento está posto no sentido de responder, parcialmente, ao nosso problema de pesquisa: por que surgiu o MTST ? Que situação estrutural e conjuntural propiciou sua emergência ? Assumindo a hipótese que o surgimento de um movimento reivindicando o “teto” está condicionado à falta de moradia, este, por sua vez, tendo suas raízes nas contradições do sistema capitalista.

A questão habitacional envolve, sobretudo, dois problemas: a urbanização de áreas consolidadas (favelas) e os que não têm onde morar ou estão em áreas de risco de

vida e/ou insalubridade. Para entender como chegamos a essa situação de falta de moradia e compreender as especificidades deste protesto, vamos remontar, brevemente, o histórico da política habitacional no Brasil e sua lógica, articulando essas condições estruturais com a conjuntura política em que surgiu o movimento. Antes disso, porém cumpre ressaltar como definimos os conceitos de estrutura urbana e política habitacional.

Dentro da concepção marxista, a configuração espacial urbana passa pela relação com a produção/reprodução do capital. Inicialmente, a relação entre o excedente agrícola, o produtor e o consumidor se modifica – há uma dissociação entre a propriedade do capital e o processo produtivo, gerando uma divisão do trabalho diferente (Forti, 1979). Essa divisão social do trabalho tem reflexo nos processos de sociabilidade mediados pelo capital. Lefebvre (1999) ressalta que a associação entre as cidades modernas e a divisão social do trabalho demonstra sua relação com a acumulação capitalista e a exploração da propriedade do solo desde o início (vide a Inglaterra). Sendo a cidade o local da reprodução da força de trabalho, o solo urbano passa a representar um valor de uso importante para os habitantes, incrementando o valor dos imóveis. O valor de uso quando inserido no conjunto das relações capitalistas entra em conflito com o valor de troca definido pelos que se beneficiam economicamente da propriedade do solo, sobretudo como renda exclusiva - os agentes do mercado imobiliário. A exploração do solo urbano se dá dentro da lógica de exploração do sistema capitalista, re-criando a realidade dos proprietários e não-proprietários. A forma da cidade é determinada, entre outras coisas, pelas diferentes configurações do conflito entre o valor de uso e o valor de troca, historicamente re-

construído. A formação deste espaço está ligada ao processo histórico de formação de cada cidade, mas ele é cotidianamente re-construído pelos sujeitos (Castells, 1983).

Nesta perspectiva, a dinâmica urbana envolve diversos atores que propiciam as mudanças. O Estado é um ator peculiar a esta vida “urbana” e capitalista. O Estado exerce o controle social, regula as questões de interesse comum - incluindo as questões econômicas e militares. E deveria funcionar como mediador do bem comum, produzindo os bens públicos. Mas esse Estado é o locus do poder das elites dominantes, fazendo com que as políticas públicas sejam direcionadas a partir de seus interesses. Assim, compreendemos que as políticas urbanas se dão a partir de coalizões de elites, entre elas, a que detém a propriedade imobiliária e seus derivados, expandindo a economia local e aumentando sua riqueza (Arantes, 2000). Entretanto, o Estado não é o único ator na produção dessas políticas. Os movimentos sociais também atuam, pressionando pela elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades geradas pelas contradições do sistema. Os movimentos por moradia revelam a relação intrínseca entre a acumulação capitalista e a exploração da propriedade do solo. É nesse sentido que se vincula o estudo dos movimentos sociais à dinâmica urbana.

Em termos de política habitacional, compreendemos a mesma envolvendo a construção da moradia junto a condições de habitabilidade em termos de infraestrutura básica (equipamentos coletivos), de lazer e formas de geração de renda. A própria concepção da moradia deve ser pensada como local apazível. Essa política não se restringe a uma questão de financiamento, apesar de ser a mola propulsora. Ela também não pode prescindir da participação da população no seu delineamento. Uma participação que não seja apenas dar voz aos atores, mas também qualificá-los para o

debate e criar mecanismos de co-gestão. A habitação para a população de baixa renda torna-se uma carência que necessita estar presente no planejamento global da cidade, da região e do país. Isto requer uma dotação orçamentária efetiva e relevante, pensada como um conjunto nas diversas instâncias do Estado - nacional, estadual e municipal. Como também uma intervenção não apenas nas terras públicas, modificando a estrutura fundiária, utilizando-se da lei da função social da propriedade. Ao nosso ver, a questão habitacional no Brasil é um problema estrutural, o que significa afirmar que não depende de soluções apenas no campo da política habitacional. Celso Furtado (apud Arantes, 2000:33) observou, que no caso das sociedades subdesenvolvidas, o processo de habilitação através de aquisição de propriedade ou inserção qualificada nos processos produtivos se encontra bloqueado. A privação de populações rurais e urbanas do acesso à propriedade da terra e da moradia é a origem da pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento. A concentração da propriedade e valorização das terras urbanas é um processo monitorado por instituições legais que causam esta situação estrutural de carência, tendo como conseqüência a grande miséria da população brasileira. Sendo assim, a intervenção tem que ser no sentido de mudança de estrutura de distribuição, do contrário vai ser mais um paliativo para o problema.

Mesmo tendo rompido com a perspectiva marxista estruturalista Castells (1983) afirma que a ação social na formação do espaço urbano se dá, principalmente, em dois níveis: no nível político da intervenção estatal e no nível da intervenção dos movimentos de protesto urbano. A intervenção estatal se torna necessária na medida em que existe um aumento de bens e serviços de consumo coletivo não lucrativos ao setor privado. Por outro lado, os movimentos representariam a procura por identidade

cultural, espaços significativos, lutando “*contra valores culturais e instituições políticas dominantes, por melhores serviços públicos e pela exploração de novos significados sociais para as cidades*”.

Sendo assim, o conflito por habitação para a população de baixa renda é um conflito político que não se resolve pelos mecanismos do mercado. Aliás, tais mecanismos têm contribuído para o agravamento da situação, necessitando da intervenção do Estado para regulação.

3.2 – O Estado em tempos de neoliberalismo

Segundo Perry Anderson (1995), o papel do Estado tem tomado novos rumos que vão influenciar, sobretudo, o investimento nas políticas sociais. Esse novo modelo surgiu a partir da crise do petróleo na década de 70 e provocou um re-direcionamento das políticas que vinham sendo implementadas pelo Estado de Bem-Estar. Já na década de 60, os chamados novos movimentos sociais questionavam a ordem funcionalista, pela impessoalidade e desconsideração das relações cotidianas (Maricato, 2000:132); instalando assim a crise daquele modelo, levando a uma reflexão sobre o papel do Estado. Nesse contexto, foi gestado o modelo neoliberal que se centraliza na busca por estabilidade monetária com diminuição nos gastos sociais. O discurso de “*descentralização e afirmação do poder local*” e das “*parcerias e auto-gestão dos serviços coletivos*” na prática, trata-se de um desmonte daquele estado keynesiano, inserido nas mudanças no mundo do trabalho e nas políticas neoliberais. Anderson (1995) aponta também a estratégia de desmobilização dos sindicatos a partir da repressão estatal tendo por objetivo acabar com o pleno emprego. Isto porque o exército de reserva de mão-de-obra e a desigualdade social deveriam ser “*dinamizadoras*” da economia. O argumento principal é que, o Estado estava sendo

muito generoso, destruindo a responsabilidade individual. Com o fim do socialismo real este modelo se consolidou como única alternativa possível.

Seguindo esta linha, o chamado Consenso de Washington determinou algumas diretrizes para os países da América Latina que influenciaram direta e indiretamente no papel do Estado. Diretamente deveriam ser feitos os cortes nos gastos sociais, a privatização das empresas estatais e o controle do déficit fiscal, bem como a abertura à entrada de produtos estrangeiros. Além disso, agindo indiretamente, deveria se realizar o que ficou conhecida como “flexibilização dos direitos trabalhistas” – baseada no contrato temporário e na prestação de serviços. O Brasil tem cumprido todas as regras que se iniciaram com o governo Collor e têm se consolidado nas reformas do Estado realizadas pelo governo de Fernando Henrique (Oliveira, 1999). Estas reformas têm provocado o deslocamento das esferas de legitimação e o desengajamento do Estado em relação às políticas sociais. Há uma transferência de poderes para as cidades, sem a necessária transferência de recursos. Várias empresas estatais foram privatizadas, a despeito de protestos em todo o país e, várias denúncias de irregularidades nos processos. A própria funcionalidade do Estado-Nação é posta em xeque devido à crescente autonomização das cidades. No tocante aos movimentos sociais, o Estado tem se mostrado repressor em relação às ações de protesto em vários países da América Latina (Seoane & Tadei, 2001). A repressão, combinada com os conflitos sociais já existentes, a recessão e os ajuste econômicos têm gerado uma crescente instabilidade política e deslegitimação dos governos.

A raiz da mudança está na transformação do processo produtivo. O taylorismo é substituído pelo chamado toyotismo, dentro de uma nova organização do trabalho em redes globais, com descentralização da produção. As “cidades globais” concentram

decisões, com autonomia para além dos Estado-nação. As grandes corporações definem o processo de produção, incluindo também o não-investimento na mesma, gerando capital volátil e dolarizado (US\$ 15 trilhões, segundo Gómez, 2000). Grande parte do capital está flutuando nas bolsas de valores ao invés de investidos na produção e conseqüente geração de empregos. Dinheiro que se move virtualmente, com a ajuda da tecnologia, em busca de juros altos, gerando alta instabilidade no mercado mundial, num processo gerenciado pelos EUA e Inglaterra - agindo como Estados apesar de propalar o fim do Estado. Isso tem gerado as crises das bolsas nacionais como o caso de México, onde os EUA injetaram 52 bilhões em troca da dependência (Gómez, 2000). Este mecanismo favorece a existência de paraísos fiscais (sem controle dos governos) e a fusão de grandes empresas para competir no mercado internacional (como exemplo, a fusão de duas grandes fábricas de cerveja na AMBEV). E provoca quebras nas pequenas empresas que não conseguem competir com este dito mercado.

O Estado se torna mais vulnerável ao mercado e a fragmentação das lutas é maior, gerando também uma nova estruturação identitária, ainda mais complexa. A estruturação dessa sociedade informacional, ou sociedade em rede, também permeia a organização dos movimentos - como exemplo temos os protestos contra o neoliberalismo. As reivindicações que eram colocadas como parte da crise urbana da década de 70 na Europa, estão muito fortes nestes países até hoje porque os problemas da falta de moradia e serviços públicos se mantêm. No caso brasileiro, se tomarmos o mercado habitacional menos de 50% da população brasileira tem acesso ao mercado formal (Maricato, 2000: 134). Esse processo é fruto da combinação contraditória dos princípios liberais (racionalismo, individualismo e universalismo) com outros

princípios que visavam manter a exclusão social e política em sociedades hierarquizadas e injustas (Alvarez, 2000), o que Schwarz (apud Alvarez, 2000) chamou das “idéias fora do lugar”. A não priorização de políticas sociais proposta pelo neo-liberalismo tem o apoio das elites locais e se baseia numa concepção oligárquica de política, fruto das práticas do latifúndio, nas quais os poderes pessoal, social e político se sobrepõem – tornando as relações de favor, práticas políticas comuns. Consequentemente, os grupos excluídos vêem a política como “negócio privado” das elites. Essas práticas clientelistas são, muitas vezes, incorporadas pelos movimentos, agravando a dificuldade de autonomia. A lacuna em relação às políticas sociais tem gerado convergências de diferentes movimentos que transcendem as reivindicações setoriais, chegando a questionar a política econômica e o próprio sistema capitalista – como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). No caso do movimento por moradia, a origem da reivindicação surge de uma falta de política habitacional direcionada para a população de baixa renda. Cabendo uma análise desse processo histórico.

3.3 - A política Habitacional no Brasil : a "criação" dos sem-teto

Maricato (2000), de maneira sintética e profunda, analisa a política de habitação no Brasil, desde a criação de leis até os planejamentos urbanos¹, explicando assim como o processo de urbanização desencadeou o surgimento do que ela, apropriadamente, chama a “cidade ilegal”(ocupações e favelas). Essa “criação” esta inserida no contexto contraditório de uma “modernização excludente” dentro da racionalidade burguesa que assume o discurso da “ordem para todos” com uma prática excludente. Um discurso de qualidade de vida e cidadania, excluindo, na prática, a

¹ Incluindo a legislação urbanística que define normas e códigos da produção no ambiente urbano, dentro dos padrões da cidade legal.

maioria da população de equipamentos públicos básicos como o saneamento, transporte público e drenagem, por exemplo. Um indicador de tal processo é o fato de a “cidade das invasões” ser excluída dos planos urbanísticos modernos, ficando à mercê das práticas e relações clientelistas – servindo, desta forma, à manutenção do poder das elites. Além disso, essa (não)-realidade também mantém o baixo custo de reprodução da força de trabalho e relações de trabalho autoritárias.

Francisco Oliveira (apud Maricato, 2000:134) aponta que tal desigualdade se mantém devido à falta de indivíduos com capacidade de escolha no seio das relações sociais. A ditadura militar, segundo Oliveira (ibid), foi o único momento em que caíram as máscaras do conflito e se teve a construção de sujeitos autônomos. A emergência das lutas dos sindicatos urbanos e dos estudantes provocou o desgaste do governo militar. Um dos fatores que tem “suavizado” o conflito entre as classes no Brasil (e na América Latina) é o populismo, conjugado com práticas de cooptação dos movimentos populares (Chauí, 1994). No caso da política urbana, os “Planos”, como as leis no Brasil, têm cumprido seu papel de mascarar a máquina do capital imobiliário e empreiteiras, através da discrepância entre discurso e prática.

Comparando a realidade da Europa com o Brasil vemos que nem tudo foi copiado. Na Europa existiu o chamado “Estado do Bem-Estar Social” – fruto da relação entre “o processo de acumulação capitalista e as lutas dos trabalhadores” (Forti apud Maricato, 2000:126). Naquele contexto, as políticas públicas tinham a função de evitar as disfunções provocadas pelo mercado (Lojiline, 1981). Nessa época, o direito à habitação foi garantido aos operários, diante das suas crescentes reivindicações. Assim, se fez uma Reforma Urbana com produção em massa de moradia, financiamento subsidiado com infra-estrutura básica, nas periferias e uma política

salarial de aumento do seu poder de compra em relação ao preço das moradias. Para Lefèbvre (1999), essas políticas garantiram o direito à moradia, mas não o direito à cidade. Isto porque as condições de moradia nem sempre consideravam as relações de vizinhança, ou a proximidade com os locais de trabalho e lazer.

Nem esse modelo foi copiado no Brasil, apenas alguns aspectos considerados interessantes foram levados em conta, deixando de lado as melhorias nas condições de vida dos trabalhadores de baixa renda. O discurso dos governos na ditadura militar seguia a “teoria do bolo” - é preciso que os ricos fiquem mais ricos para depois haver a distribuição das riquezas. Incutindo na população que políticas redistributivas só iriam gerar crises econômicas e conflitos sociais (Fortes, 2000:42). O regime militar elaborou uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com seu respectivo Plano (PND). O rápido processo de industrialização e êxodo rural intenso causaram o inchaço das cidades, sobretudo entre as décadas de 50 e 70. Numa época de grande e desordenado crescimento das cidades e seus consequentes problemas, os Planos vieram como a solução mágica, mais uma vez escondendo os reais conflitos (expropriação da terra e trabalho) que causavam o “caos”. Como todas as políticas da época, a política habitacional teve o viés tecnocrático, de elaboração em gabinetes sem considerar a realidade. Se por um lado, a cidade “ilegal” era desconsiderada, por outro a cidade legal era regulada pelos interesses das empreiteiras, dentro da lógica dos favorecimentos políticos.

A concepção do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) é a prova cabal da lógica da política habitacional da época. Seguindo a lógica da contradição entre discurso e prática. O discurso era de construir para as classes de baixa renda, buscando a legitimidade do regime. Entre 1964 e 1969,

40% dos recursos estavam nessa linha (Fortes, 2000:45). O financiamento era basicamente movido pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), dentro da lógica de um banco, priorizando o lucro, sendo os débitos corrigidos com base na inflação, tendo o setor público o papel de financiador e a execução ficando a cargo do setor privado. Mesmo as Cohab's que inicialmente se destinavam a quem ganhava entre um e três salários mínimos teve o limite alterado para cinco salários. Até mesmo as outras formas de financiamento que se destinavam à população que possui renda superior a três salários mínimos tiveram os limites ampliados. O setor imobiliário foi quem mais se beneficiou na construção de grandes obras que na maioria foram para as classes médias, esteio do regime militar (Maricato, 2000:162).

Com a extinção do BNH, na década de 80, a situação se agrava porque o financiamento gira em torno de quem ganha dez salários mínimos. O Governo Federal não possui nenhuma política habitacional durável, o que existem são programas de subsídio, com investimentos ínfimos diante do déficit. Já no ano de 1995 uma pesquisa da Fundação João Pinheiro (MG) constatou a existência de um déficit de 5,6 milhões de unidades (sendo 4 milhões nas cidades), considerando populações de rua, moradias improvisadas ou superlotadas, o que pode subdimensionar o problema.

Segundo o representante da Caixa (Seminário, 2001), o Governo Federal tem destinado à habitação os recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União (OGU). Através do FGTS existem três formas: para os estados e municípios, para pessoas físicas por meio da Caixa e o financiamento voltado para empresas de construção civil. Um dos programas de apoio a municípios, estados e projetos se chama Morar Melhor e conta com o financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)² e

² Segundo Beatriz Carneiro, da EMHAPE, o BID tem exigido que os conjuntos habitacionais sejam construídos com uma infra-estrutura que propicie geração de emprego e renda, educação ambiental e

se destina à população com até 3 salários mínimos. Outro Programa é o de Revitalização de Sítios Históricos para Moradia que estão sendo implementados em Curitiba, Salvador e Recife, no qual a Prefeitura indica as famílias. Os mecanismos de financiamento permanecem os mesmos da época do regime militar (décadas de 60 e 70) não considerando que a estrutura de emprego da população se modificou – considerando o processo de “flexibilização”, o que revela a discrepância entre os programas implementados e a realidade.

Em 2001, o governo federal criou o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, a proposta enviada para o Congresso previa o uso de 350 milhões de reais para auxiliar famílias carentes. Contudo tal programa não tinha sido regulamentado até o final do ano de 2001, segundo depoimento do representante da Caixa. O mesmo também declarou que habitação para a população de baixa renda, sobretudo até 3 salários mínimos, os “*subsídios não podem ser por vias normais de financiamento*”, teria que ser uma parceria da CEF com a SEDU (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) e a sociedade civil. Para se ter uma idéia dos investimentos globais do governo federal, em 2002 a previsão do OGU era de 637 bilhões, sendo 58 milhões destinados aos Programas de Habitação, isto significa 0,009% do Orçamento total. Em se tratando de saneamento o percentual foi de 0,014% (Aguiar, Seminário, 2001). Daquilo que foi previsto na ordem de 2 bilhões de 95 a 2000, se manuseou 1 bilhão e 75 milhões (53,34%).

No caso de Pernambuco, com a extinção da COHAB, o governo Jarbas criou a EMHAPE (empresa de habitação com economia mista), em 1999. Posteriormente, instituiu também o Conselho Estadual de Habitação e Fundo Estadual de Habitação (o

educação para o trabalho (profissionalizante), levando em conta aspectos sociais - em Pernambuco tem o caso da urbanização das favelas Sítio Grande e Dancing Days, que estão sendo construído atendendo

MUST e o MTST não fazem parte do Conselho). O principal programa é o Morada Nova que tem trabalhado com recursos do FGTS-CEF (140 milhões), do governo do estado (61 milhões), do governo federal (18 milhões), do OGU (40 milhões) e do BID (22,5 milhões), segundo o presidente da EMHAPE, Marcos Túlio. Os recursos são destinados a núcleos habitacionais, urbanização de favelas (Sítio Grande, Dancing Days, Olinda, Cabo e Paulista), lotes urbanizados (Caruaru), melhorias habitacionais, regularização fundiária, entre outros. Inclui também projetos para a iniciativa privada, dentro do PAR (Programa de Arrendamento Residencial) - espécie de *leasing* efetuado na parceria entre CEF, iniciativa privada e governos. A previsão era de 31000 unidades até o final de 2002 - entre eles está o Conjunto Jaguarana (Paulista) que é fruto da reivindicação do MTST. O mesmo afirmou que o Estado só deveria regular e induzir a iniciativa privada a construir, como faz com os hotéis. O que demonstra a lógica com que pensa o governo em termos de habitação. Carlos Aguiar (2001) ainda aponta os investimentos a partir da previsão orçamentária. Para se ter uma noção geral, o orçamento do governo Jarbas do ano 2000 foi de 5,78 bilhões, destes 0,51% foi destinado à habitação e 0,006 % à regularização fundiária, enquanto a rubrica de comunicação teve 0,72%. No ano seguinte (2001) o investimento em habitação diminuiu para 0,50%, num orçamento de 6 bilhões, enquanto a regularização fundiária teve 0,02% e comunicação teve 1,0 %. Somente no município de Recife (em 2001) contabilizava um déficit de 80 mil unidades, segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura - esse número não inclui os chamados assentamentos subnormais.

Além da importância do orçamento, as leis também cumprem um papel importante na regularização das terras invadidas e sua desapropriação. Embora o

Fórum Nacional de Reforma Urbana³ tenha lutado pela ampliação legal do direito à cidade, as leis permanecem “letra morta”. O histórico das leis que não saíram do papel se inicia com a lei de terras de 1850. Esta lei que proibia a apropriação privada de terras que não fosse pela compra, apesar de inspirada no modelo de pequenas propriedades acabou por favorecer o latifúndio que prevalece até hoje. E em 1916, o Código Civil reedita o que já tinha sido instituído na lei de terras. E as terras devolutas continuam sendo privatizadas, mesmo com diversas leis que protegem o patrimônio público.

Tal prática é explicada em se tratando de uma sociedade em que o patrimonialismo e o coronelismo são práticas recorrentes devido às raízes teológicas do poder (Chauí, 1994). A urbanização brasileira e as populações urbanas não estão à margem dessa cultura política, haja vista as constatações das redes de clientelas da Câmara Municipal de Recife (Rodrigues, 2001). E a questão da terra tem sido crucial para acumulação capitalista no Brasil, por isso as leis só funcionam se forem para favorecer tal acumulação. A história da urbanização segregada de Recife, delineada por Fontes (1986), é um exemplo emblemático (alguns aspectos do processo serão comentados adiante).

Um dos últimos instrumentos legais é o Estatuto da Cidade (aprovado em julho de 2001, com os devidos vetos presidenciais). Trata-se de um conjunto de leis que regula, entre outras coisas, o usocapião baseado na função social da propriedade pública e o usocapião coletivo. Contudo o veto do Presidente Fernando Henrique ataca aspectos problemáticos: retira a gratuidade do registro no cartório (um dos grandes entraves à regularização fundiária para a população de baixa renda); o usocapião só

³ Criado sob a iniciativa da CPT (Comissão Pastoral da Terra)- CNBB, ONG's, movimentos populares.

para ocupações após 1996; estende os direitos de concessão de terras públicas (dado somente aos moradores que realmente residem no local) aos ocupantes regularmente inscritos na gerência do patrimônio da união. Este último pode provocar conflitos entre grileiros (especuladores) que conseguiram regularizar a terra e as pessoas que residem no terreno. Segundo Ricardo Moretti (2001), este Estatuto estava em discussão desde 1982, se não fosse importante não estaria parado esses vinte anos. Os eixos centrais são a obrigação de usar o imóvel, a regularização da posse da propriedade (usucapião urbano e coletivo), a gestão democrática (obrigando o Plano Diretor), a desvinculação entre o direito de propriedade e o direito de construir. Entretanto, como todas as leis no Brasil, é apenas um instrumento que pode facilitar se for utilizado com fins sociais. Depende das administrações municipais ter a ousadia de implementar instrumentos como o IPTU progressivo (para combater a especulação) e, simultaneamente, estimular (incentivos seletivos) a produção de habitação de interesse social (sobretudo em áreas sub-utilizadas e grandes terrenos). Alguns instrumentos como, o IPTU progressivo e a utilização compulsória de imóveis vazios, necessitam, anteriormente da delimitação das áreas e, sobretudo, de uma decisão política de desafio aos grandes proprietários e grande pressão popular. Isto porque tais atitudes desafiam a lógica vigente da defesa da propriedade privada acima de tudo.

A invasão de terras tornou-se estrutural e institucionalizada devido a esse processo de exclusão do mercado imobiliário e falta de política habitacional. Sua dimensão é imensa e na sua maioria não se tratam de invasões organizadas pela esquerda ou pessoas que querem desafiar a lei. No caso do MTST de Recife, trata-se de um misto entre invasões organizadas pelo movimento e espontaneamente pela população inspirada pela ação do mesmo, recorrendo posteriormente às lideranças do

movimento para organizar. Os movimentos usam o termo ocupação para designar uma invasão organizada (definição colocada por uma das lideranças entrevistada).

Tomando por base os números acerca dos loteamentos irregulares temos algo em torno de 20% nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (LABHAB apud Maricato, 2000 :153). Em São Paulo, segundo o IBGE, o percentual é de 30% (2,6 milhões de pessoas) . Em Fortaleza, 28% e Salvador 33% (Souza apud Maricato, 2000: 153). E Recife se destaca contando com 40 % de loteamentos irregulares, segundo o IBGE (apud Maricato, 2000). Considerando esses dados a invasão é mais regra que exceção o que significa que, em termos de quantidade, as moradias ilegais são mais relevantes. Esses números revelam todos os loteamentos ilegais que podem incluir problemas de documentação de propriedade. Juntando o número de favelas a esses números o percentual aumenta. Esses números ainda estão subdimensionados devido à metodologia aplicada. No caso de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro somam cerca de 50 % da população. Segundo o IBGE, o crescimento populacional das favelas no Brasil em 80 era 1,89% em 1991 era de 3,28% (1 milhão de moradias e 4,4 milhões de pessoas no Brasil). Maricato (2000) complementa que no caso do Brasil, a urbanização se caracteriza pela industrialização com baixos salários em relação ao mercado habitacional, com gestões urbanas com investimentos diminutos, legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei.

Estes fatores fizeram com que a população pobre buscasse as alternativas possíveis de ilegalidade e auto-construção. Os locais escolhidos não podiam ser interessantes para o mercado imobiliário senão havia um processo de expulsão (com ou sem conflitos). As beiras de córregos, rios, mangues e morros são os locais preferidos em que pese a conseqüente depredação ambiental, com poluição dos

mananciais, enchentes, entupimentos e os problemas de saúde decorrentes das enchentes, sem falar nas mortes por desmoronamento, entre outros resultados. Recife, por ter inúmeros córregos, canais e morros, tornou-se um lugar propício para as populações de baixa renda se alojarem, acarretando as consequências desastrosas supracitadas. As políticas são feitas a reboque dos acontecimentos⁴. Deixa-se primeiro ocorrer a tragédia para depois remediar aparecendo como salvadores da pátria, confirmando a análise da raízes teológicas do populismo analisadas por Chauí (1994).

Outra contradição na relação entre mercado imobiliário e Poder Público está no direcionamento dos recursos públicos para criação de infra-estrutura beneficiando as imobiliárias e os grandes proprietários. Aberturas de vias favorecendo o transporte individual e o acesso a grandes lojas é lugar comum nas grandes cidades, Maricato cita São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, São Luís, podemos observar também em Recife. Esse direcionamento favorece uma criação simbólica, de áreas que se transformam em lugar de distinção e por isso são mais valorizadas. O poder da representação ideológica é construído pelos empreiteiros, com a ajuda do Estado e da mídia. De tal forma e com tal eficiência que os próprios excluídos assumem o discurso dominante e tomam para si. - se desqualificam enquanto sujeitos de direito e avaliam as obras públicas As obras de fachada são bem avaliadas, é tanto que em 1996, César Maia, Maluf e Jarbas elegeram seus sucessores.

As gestões urbanas imbuídas pelo espírito da construção de obras faraônicas têm servido ao capital imobiliário. Mesmo na construção de conjuntos habitacionais a mão-de-obra da população beneficiada que seria mais barata aos cofres públicos não é utilizada. As empreiteiras são quem mais lucram. As gestões maquam a cidade legal

⁴ Para os desabrigados das chuvas de 2000 foi construído um conjunto habitacional na Macaxeira, em 2001. As vítimas das chuvas de 1997, o conjunto habitacional “Curado V”, em 2000.

com praças bem cuidadas. Os signos da modernidade (shoppings, fast-foods, tecnologias) convivem, aparentemente sem conflito, com pessoas famintas, mendigando, favelas, empreiteiros corruptos e práticas clientelistas tão antigas. Um cenário favorável ao surgimento de mobilizações por moradia, uma entre tantas carências.

3.4 - Recife e a urbanização – um cenário de segregação e mobilizações

O processo de urbanização da cidade do Recife envolve a participação de movimentos sociais, sobretudo na luta pela moradia. Uma das raízes da problemática é a conformação da distribuição espacial da moradia marcada por uma estratificação crescente gerando, a partir de determinado momento, conflitos pela terra. O problema abrange a Região Metropolitana e é fruto de uma história de lutas e conquistas que sempre passou pela dimensão política.

A estratificação se reflete na realidade atual de favelização e conflitos⁵. Desde a sua fundação, Recife (e posteriormente sua Região Metropolitana) já mostra um certo nível de distribuição espacial estratificado. Em 1913, o problema já parecia na avaliação do tipo de construção considerando que, apenas 34% das casas eram construídas em alvenaria (Fontes, 1986:184). Nesta época, a população carente, vivia nos chamados mocambos, os quais ocupavam todo o sítio urbano denotando que ainda não existia o problema da escassez de terras, mas já existia a prática de ocupação de terras. Neste momento, a ocupação das terras se dava, na maioria das vezes, de forma pacífica, tendo como critério a localização próxima aos locais de trabalho, formando aglomerados de mocambos. Outra característica dos mocambos era o pagamento de foro ao “dono” da terra - este aparecia depois da ocupação.

⁶ O número de favelas é estimado em torno de 600 (ETAPAS et alii, 1999).

A partir da década de 50, o Brasil inicia um processo de acelerada industrialização que provoca o êxodo rural e consequente “inchaço” das cidades que hoje são metrópoles. Esse processo, em Recife, é acompanhado de uma *“periferização da população de baixa renda, a substituição clara dos estratos sociais de baixa renda no município núcleo pelas camadas mais favorecidas, e a intensificação da segregação espacial”*(ibid., 213).

Essa periferização se dá devido à cobiça de terras provocada pelo escasseamento de terrenos devido ao aumento populacional. Outro fator determinante da preferência pelo município núcleo é o fato de nele estarem as melhores condições de infra-estrutura urbana, financiadas pelo Estado. Mas o déficit habitacional se inicia e é um reflexo do investimento diferenciado feito pelo chamado Setor Público – favorecendo os estratos sociais mais abastados. Na década de 70, o Recife já era uma das metrópoles brasileiras com maior carência habitacional (ibid). As ocupações de terrenos que antes eram pacíficas, geram conflitos com frequência crescente (Ibid.: 220). Tendo como *“conseqüência é o deslocamento das populações pobres para os morros e municípios periféricos deixando suas áreas para os estratos mais favorecidos”* (Ibid:221).

Como em todas as metrópoles brasileiras, essas populações resolvem o problema da moradia informalmente, causando o rebaixamento das condições de vida das mesmas. O Setor Público, por sua vez, que deveria atuar para favorecer o equilíbrio entre as forças numa sociedade desigual (Dowbor,1998) age no sentido contrário – dotando de equipamentos apenas as áreas habitadas pelas camadas mais favorecidas, é a criação dos “sem-teto”. O investimento em condições de

construtibilidade para os empreendedores possibilita aos que detêm o controle do solo urbano a extração de renda e sobrelucros monopolísticos. O que, em certa medida, é o eixo central da mecânica da segregação espacial (Ibid:253). Além disso, “*a não prioridade na alocação de recursos para as camadas menos favorecidas, impossibilita grande parte das populações urbanas de usufruírem do mercado formal⁶ de habitações*”(ibid., 245). Outro aspecto da habitação informal se refere à permanência – a mesma está vinculada à possibilidade de resistência, exigindo uma organização, capacidade de mobilizar a opinião pública e as oportunidades políticas (ibid:416). Nesse sentido, a existência de um movimento social potencializa essa possibilidade de resistência.

Em Recife, é a partir da década de 70 que acontece a explosão de conflitos pela posse da terra – as ocupações são feitas de forma rápida e coletiva, algumas vezes com o apoio de políticos opositores. O espaço para os moradores de baixa renda torna-se uma conquista a ser defendida. O direito de propriedade é questionado em nome do direito a um lugar para morar. É a época em que se inicia o período de abertura política, em parte, devido às manifestações existentes. As condições de vida cada vez piores nas grandes cidades são a motivação para a organização das populações carentes - auxiliados por lideranças políticas diversas e por organizações da Igreja

⁶ Mercado formal de habitações é uma subdivisão da estrutura habitacional usada por Fontes(1986:236) que divide o processo de construção das habitações em duas “amplas categorias: a) sub-mercado habitacional informal; b) sub-mercado habitacional formal”. O informal é caracterizado por um lado, o acesso à terra é feito ou de forma não institucional (invasão), ou apenas de forma parcialmente institucional (os loteamentos clandestinos, que não atendem aos requisitos urbanísticos). Por outro lado, o processo de produção é pouco integrado ao circuito econômico, ao empregar muitas vezes, material de sucata para a construção das habitações, e a divisão do trabalho no processo de produção é reduzida. Destina-se prioritariamente ao consumo imediato e às pessoas de baixa renda. Diferente do mercado formal que se destina à produção de valor ou é se o destino é o proprietário a mão-de-obra é remunerada e o material de construção tem um bom padrão (ibid:237).

Católica, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base inspiradas pela Teologia da Libertação.

Esses Movimentos Sociais Urbanos surgem da própria dinâmica contraditória do modo de produção capitalista e da capacidade de mobilização de setores populares. Sobretudo da contradição entre o discurso do Estado de Bem-Estar e a prática excludente. A posição do Estado frente aos Movimentos Sociais é de repressão, mas também de tentativa de neutralização via cooptação. Esta posição pode ser corroborada pela prática do prefeito Gustavo Krause (1979-82), permanecendo até hoje.

O fato relevante a ser reiterado é que o mercado habitacional por si não resolve o déficit habitacional, este é um problema político. A intervenção do Estado é decisiva na resolução desta problemática; como também a mobilização das camadas desfavorecidas. Como comprovação da importância problemática em Recife, o *Jornal do Comercio*⁷ mostra que nas votações do Orçamento Participativo, até então⁸, a questão da habitação tem sido apontada como terceira prioridade⁹. Calçamento e saneamento têm sido a primeira e a segunda, nesta ordem, o que ainda comprova a importância do problema habitacional - que abrange os equipamentos necessários ao “bem viver”. Como a maioria dos participantes das plenárias do Orçamento Participativo é a população pobre, percebemos como permanecem as carências ligadas à moradia.

A desigualdade na distribuição da infra-estrutura urbana também foi detectada em pesquisa feita pela sanitarista Maria José Guimarães, concluindo que os bairros considerados de elevada condição de vida são os de classe média e alta. Os indicadores

⁷ JC, 31/05/2001 Caderno Cidades

⁸ O processo ainda está apenas iniciando, mas este é um sinal significativo.

⁹ Significa o terceiro principal problema a ser resolvido e ao qual se devem dirigir os recursos do orçamento municipal.

usados foram: abastecimento d'água, rede de esgoto, coleta de lixo, média de pessoas por dormitório, anos de estudo do chefe da família, sua renda mensal e população analfabeta de 10 a 14 anos¹⁰.

Além disso, numa pesquisa realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 12 capitais no Brasil, o Recife ficou em último lugar em condições de vida. Os indicadores envolvem saúde, educação, renda, esperança de vida e habitação, no período de 1995 a 1999. Os dados do IBGE indicam a concentração de riqueza: numa população de 1,5 milhões de habitantes, a taxa de desemprego foi de 11,7% e o salário médio de R\$ 243,00¹¹.

Junto à importância do problema habitacional, percebemos a influência que têm tido os movimentos populares enquanto sujeitos que provocaram algumas transformações na cidade. Não é à toa que Recife foi a primeira cidade do Brasil que possui um fórum específico com participação popular para decidir sobre a urbanização das favelas – o Fórum do PREZEIS¹². A Lei das Zeis garante que os espaços das populações de baixa renda sejam preservados. Isto mostra que as mobilizações dos movimentos populares têm gerado impactos na distribuição espacial das habitações e nas dotações dos equipamentos necessários para a moradia. No Morro da Conceição,

¹⁰ Essas informações foram retiradas pelo Jornal do Commercio de 28 de março de 2001(Caderno Cidades pag 4).

¹¹ Estes dados foram retirados do Jornal do Commercio de 5 de abril de 2001.

¹² ZEIS – Zona de Interesse Especial. Nem todas as favelas são ZEIS, mas para ser ZEIS tem que ser favela. Os critérios legais que definem uma ZEIS são a ausência de infra-estrutura e serviços urbanos básicos, ameaçada pela instabilidade de uma posse de terra precária. Estima-se a existência de 600 favelas na cidade. Até 1998, foram reconhecidas 65 localidades, cerca de 2545 ha – 11,7% da superfície do município. Deste universo apenas 31 iniciaram o processo de urbanização e legalização através da instalação da chamada COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização). O processo de reconhecimento formal de uma área passa por uma mobilização política de seus moradores. Caso isso não haja se torna difícil que aconteça. Os dados são de Rangel e Rocha(1997), Costa e Botler (1995) e Araújo(1994) apud ETAPAS et alii (1999).

por exemplo, foi o Movimento Terras de Ninguém que possibilitou, entre outras coisas, a implantação da infra-estrutura¹³.

A década de 90 traz as inovações no papel do Estado, delineadas anteriormente, e na mobilização popular, exigindo, assim, um novo debruçar sobre esses movimentos urbanos. Isso nos desperta para a percepção da interferência dos contextos nos processos de sociabilidade e na estruturação da identidade dos movimentos. Podemos perceber que os movimentos sociais são atores que não passam despercebidos no cenário da cidade, sempre atuando como uma espécie de termômetro dos problemas sociais, contribuindo para novas formas de sociabilidade. Suas reivindicações, suas formas de lutas estão vinculadas à estruturação e história da cidade provocando transformações na mesma.

¹³ Jornal do Commercio de 28 de março de 2001(Caderno Cidades pag 4)

Capítulo 4

“Ocupar, resistir e construir”: uma identidade em movimento

Retomando o problema de pesquisa inicial vamos delinear nossa análise do MTST buscando responder às perguntas como e por que surgiu o MTST. Alguns aspectos são desdobrados destas perguntas iniciais:

- Por que o movimento surgiu? Quais os processos organizativos que ele desenvolve? Qual o seu projeto político? Quais as motivações dos indivíduos para entrar (e permanecer) nele?

Essas são as perguntas principais que norteiam nossa discussão sobre o processo de formação da identidade coletiva do movimento em questão. Apesar de não considerar que a condição social de classe determine a identidade do movimento em questão, existe um peso desta a partir da experiência e na construção de orientações coletivas, pois é dentro de uma realidade concreta e de um contexto que vão se criando as formas de reconhecimento. Consideramos que, no caso do MTST, percebemos que a condição social das pessoas envolvidas, como pertencentes às camadas populares, é o fator preponderante para explicar a natureza da reivindicação. O discurso construído em torno da “necessidade de um teto” estrutura as concepções e rumos do movimento, bem como o reconhecimento coletivo como “sem-teto”. Essa estruturação interage com a criação e concepção que os sujeitos constroem da sua situação, a partir das possibilidades de mudança – traduzida como “esperança”. Além disso, as reivindicações se dão a partir de um processo de re-criação de projetos e identidades pré-concebidas – uma recriação das identidades e projetos, fruto das interações com o MST e o PT.

Desta forma, se as contradições do sistema capitalista, delineadas anteriormente, produzem a carência habitacional e condicionam também o processo de construção da identidade coletiva, o fator preponderante para a mobilização é a auto-reflexão empreendida pelos atores diante da situação. Desta forma, vamos tentar perceber como os atores definem suas metas e como percebem essa realidade, e como tais metas são traduzidas também nas formas de ação. Metas, concepções e estratégias de ação se consolidam na luta política, ou seja, na interação com outros atores – agências do Estado e os possíveis aliados e opositores do movimento.

Priorizaremos o discurso das lideranças considerando-as como atores relevantes na estruturação de determinadas relações e concepções. Neste sentido, as lideranças possuem um papel catalisador, dedicando-se ao movimento, a partir de motivações individuais que se traduzem em projetos coletivos, mobilizando recursos para atrair e manter os membros. Não significa afirmar que os outros participantes sejam uma “massa amorfa”, é uma opção metodológica. Ressaltando, inclusive, que as concepções e ações reveladas pelo discurso das lideranças são também influenciadas e não só influenciam o grupo. O reconhecimento coletivo das orientações é condição essencial para a existência do movimento. Inclusive a lealdade às causas é uma experiência potencialmente transformadora nos valores culturais e pode engendrar transformações no ambiente externo a que se dirigem às reivindicações. Para perceber a profundidade dessas mudanças seria necessária uma observação mais sistemática e por um período de tempo maior. No entanto, vamos remontar os aspectos intencionais dos atores, em termos de suas motivações, os seus objetivos e estratégias de ação. E, compreendendo que o movimento surge de uma realidade anterior às mobilizações

aparentes, vamos remontar o contexto político em que surgiu o MTST e suas implicações para o mesmo.

4.1 Raízes históricas e identitárias do MTST

Além da influência do problema estrutural da falta de habitação, temos, em Recife, um cenário onde as mudanças passam pela mobilização popular. A história da cidade, delineada sinteticamente no capítulo anterior, tem mostrado uma espécie de tradição de luta dos movimentos populares que incutem nessas populações, de certa forma, uma expectativa de que a mobilização poderá sair vitoriosa. Essa história tem sido um fator de estímulo a novas mobilizações. Observamos esse fator no discurso das lideranças dos bairros do Ibura e Campo Grande, que já haviam ocupado outras áreas obtendo sucesso - como exemplo, a construção do Conjunto 27 de Novembro. *“Na época em 1987... foi no dia que a gente ocupou.(...) Aí eu tomei gosto na partida aí iniciei outras ocupações”*

Como o déficit habitacional permanece, o cenário continua propício ao surgimento de movimentos que lutem por “um teto” e por melhores condições de vida. Ele revela também a importância da habitação para as populações pobres - não apenas da casa em si, mas como bem habilitador para sua cidadania e qualidade de vida. Vale ressaltar que não existe uma linearidade e a relação é sempre permeada por conflitos.

Outro aspecto importante, em Recife, refere-se à eleição de João Paulo, em 2000, como fator de impulso às ocupações, já que o mesmo tornou-se muito conhecido na defesa de uma ocupação (Sítio Grande). No ano de sua posse ocorreram várias ocupações - das comunidades e do movimento. Como frisa uma liderança:

“A gente vinha a muito tempo fazendo, querendo entrar, mas aí tinha, o povo tinha medo (...) Como a gente acha que o nosso prefeito é o prefeito popular, que é o prefeito, como posso dizer, das ocupações, por nós como, já como deputado já sentia essas manifestações, já defendia o povo desses

direitos. Então o povo tá com essa confiança que o prefeito é o prefeito popular, o prefeito pobre que vai dá moradia ao povo, porque ele apoia muitos movimentos, muitas ocupações, como a gente tem aqui no Ibura, ocupação que tem, leva o nome dele, e Minha Deusa I, Minha Deusa II, no UR-6, aonde ele também entrou travando luta aqui na Imbiribeira”

Os movimentos existentes, antes do MUST (Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto), têm se organizado apenas nos seus bairros, articulando-se pela Central de Movimentos Populares, Fórum de Reforma Urbana ou Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Não vamos fazer uma “genealogia” dos movimentos por habitação, mas considerando as afirmações de Onildo (ex-liderança do Movimento Popular, assessor da PCR), este tipo de movimento, por moradia, surge como uma especialização do movimento popular. Segundo ele, em meados dos anos 80 existia o Movimento em Defesa dos Favelados (MDF), uma Federação das associações de bairro, que lutava por moradia e urbanização. Ele avalia que, no final da década de 80, teve início uma espécie de “fragmentação da luta” em movimentos específicos: Movimento da Criança e do Adolescente, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, movimento por saneamento, saúde, entre outros. Estando as lideranças das associações de moradores envolvidas nas reivindicações por melhorias nos bairros, surge um movimento específico pela moradia, o MUST. O intuito do movimento é *“ocupar prédios públicos e áreas vazias e travar o embate com o Estado frente à questão habitacional”*(liderança do MUST). Assim a luta pela moradia se dá de forma desprendida do bairro, como acontecia antes, articulando várias “ocupações” e não mais invasões, no termo utilizado pelo MST, no sentido de re-apropriação de uma terra que é de todos, propondo mudanças no código cultural do caráter intocável da propriedade privada.

O MUST surge de uma conjuntura política e de uma forma diferenciada de reivindicação pela terra na qual um movimento articula todas as ocupações, neste aspecto será seguido pelo MTST. É uma forma que, na luta pela terra, tem o exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). Diante de uma nova forma de ação é importante caracterizar o novo perfil dessas ocupações.

Vamos remontar à conjuntura anterior ao surgimento do movimento para entender melhor o desenvolvimento dos fatos. Temos que, em maio de 1997, Stédile (liderança do MST) incita a ocupação de terrenos baldios que só servem à especulação imobiliária, nas palavras dele (apud Maricato, 2000:153). Logo depois surgem diversas ocupações em São Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, em Campinas. Naquele instante, o presidente Fernando Henrique quis processar Stédile por baderna. No tratamento com os Movimentos Sociais a lei prevalece e estes são colocados como transgressores e baderneiros, cabendo ao Estado reestabelecer a ordem pelos mecanismos de repressão. Segundo James, liderança do MST consultada, a idéia da necessidade de um movimento urbano surge de um debate dentro da coordenação nacional do movimento e tem início em Campinas-SP, na tentativa de articular um movimento nacional com esse nome: MTST. De fato, encontramos em duas edições do Jornal do Commercio (16.05.98 e 02.02.99) notícias de ocupações conjuntas do MST e do MTST de Campinas.

Tanto a frase de Stédile, quanto essa relação com o Estado vão ser bases fundamentais no processo de formação da identidade do MTST. Apesar de não ser citada pelos entrevistados, a afirmação é emblemática revelando uma das bases fundamentais do discurso partilhado pelo movimento. Esse discurso é apropriado pelas lideranças no momento de convocatória. A idéia é ocupar os terrenos abandonados que

estão servindo para atos de violência e especulação imobiliária enquanto existe “*tanta gente sem teto*” - esse núcleo é recorrente no discurso dos entrevistados, lideranças e base. Além disso, a relação de coação por parte do Estado também é freqüente (as reintegrações violentas) e, se torna um elo na relação entre situação de conflito que aumenta a coesão.

Em 1999, o MST, junto com outros movimentos, realiza uma série de ocupações a prédios públicos. Em 11 de novembro de 1999, em Recife, depois de uma passeata do Fórum por Terra, Trabalho e Cidadania, congregando diversos movimentos (MST, MUST, sindicais, estudantil), partidos de esquerda e segmentos progressistas das igrejas anglicana e católica, ocupam um prédio abandonado do INSS¹, como estava previamente planejado. O fato repercute nos principais jornais e telejornais do país, sendo considerado inédito em Recife. Inicialmente, a ocupação fica sendo reconhecida pela imprensa como sendo realizada pela CUT, com a coordenação do MUST. Neste momento, o MUST – congregando os partidos de oposição, mas com hegemonia do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) -, é a referência em relação luta pela moradia, tendo feito algumas ocupações na Região Metropolitana. O conjunto das lideranças que estavam à frente das ocupações participavam do MUST, movimento popular e igreja anglicana, mas acabam aparecendo na imprensa e para o Governo do Estado como MUST – fato observado nos documentos fornecidos pela EMHAPE.

Exatamente um mês depois (11.12.1999), cerca de 450 famílias, ocupam um terreno da Compesa no Engenho Maranguape (Paulista). A mesma foi organizada pela comunidade com uma liderança local ligado ao PT e ao movimento popular :

¹ Instituto Nacional de Seguridade Social

“uma imensidão de terra e as pessoas lá, precisando de casa, morando agregado...nos chamaram pra ocupar. Tentaram duas vezes e não conseguiram. Quando me chamaram eu disse: aqui a gente vai conseguir ganhar esse caso”

Sendo o MUST o movimento que congregava a luta pela moradia foi logo estabelecida a articulação entre esta ocupação e o movimento. Depois disso ocorreram diversas ocupações seguidas. Mas a ocupação do Engenho Maranguape tem uma importância especial porque vai se tornar uma das referências do MTST.

A reintegração de posse do terreno da Compesa, em 23 de dezembro de 1999, é a raiz de uma referência do embate com a polícia seguida pela resistência – havendo uma (re)ocupação do terreno. Além disso, uma jornalista saiu ferida pela polícia e este fato teve repercussão negativa na imprensa, colocando adjetivos como “pancadaria” e “violência” por parte dos policiais. Provocando assim, um recuo do governo do estado, caracterizado pelos integrantes como uma “vitória do movimento”. Em 28.12.1999 o JC cita a reunião do MUST com o governo, *“depois da retirada violenta pela Polícia Militar (PM) na semana passada”*.

O Jornal do Commercio de 24.12.99 coloca o fato e a resposta do governador:

“A agressão da Polícia Militar durante a retirada dos sem-teto no terreno pertencente à Compesa não se limitou apenas aos que ocupavam o local. A jornalista Mônica Crisóstomo, do Diário de Pernambuco, foi agredida a cassetete por um dos soldados do Batalhão de Choque, no momento em que tentava proteger uma criança. O governador Jarbas Vasconcelos emitiu nota oficial, no final da tarde de ontem, lamentando o fato. O governador determinou que a Secretaria de Defesa Social abra sindicância para apurar o que aconteceu, identificar e punir os responsáveis”.

No dia seguinte, o próprio Jornal do Commercio (25.12.99) divulga nota do secretário José Arlindo Soares (Desenvolvimento Social) numa tentativa de reverter a

visão negativa: *"O Governo Jarbas tem se pautado sempre pelo diálogo e pela negociação com os sem-teto"*, afirma.

Dias depois (28.12.99), inicia-se o processo de negociação com o governo do estado para a construção das casas reivindicadas pelo movimento. Neste momento, começa a se delinear o arco de alianças dos sem-teto, revelando objetivos e estratégias:

"Na reunião de hoje, estarão presentes engenheiros e advogados dos Sem-Teto, os deputados estaduais João Paulo (PT) e Paulo Rubem (PT) e representantes do movimento. Como reforço para a reunião, os advogados do Must entregaram, ontem, relatório sobre a expulsão à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)".

Alguns aspectos dessa fase inicial vão ser incorporados, posteriormente, como traços peculiares ao MTST. Primeiro a relação com os parlamentares do PT, Paulo Rubem e João Paulo, essa relação se estabelece porque assessores desses políticos também são lideranças do movimento popular e depois do MTST.

Nesse início também aparece a relação necessária com os advogados, sobretudo Maria José que se torna advogada do MTST, aderindo à causa do movimento sem cobrar honorários. Outro aspecto é a estratégia das passeatas para forçar negociações que vão se tornar práticas recorrentes.

As vitórias obtidas junto ao Poder Judiciário e Governo do Estado vão refletir positivamente no estímulo a outras ocupações. A abertura de negociação com o governo do Estado, junto com a reintegração do INSS negada pelo juiz, eram impulsos iniciais, reforçando o vislumbramento de possibilidades que se criavam com as ocupações. As repercussões dessas ações estão para além do alcance de nossa pesquisa. Percebemos que provocaram a auto-confiança dos atores envolvidos no processo. Nesse período, realizaram-se várias ocupações, sobretudo em Olinda e Paulista, sempre noticiadas pelos jornais (conferidas nos jornais do período).

E por último, uma feição enraizada que é a utilização de músicas de protesto, durante as passeatas, que dão também o tom da unidade e da força: *“Com faixas e cartazes, foram até a sede da Secretaria de Planejamento, no Recife Antigo, onde cantaram várias músicas de protesto”*.(JC, 29/12/1999)

Desde o início, a hegemonia no MUST é de militantes do PSTU e já na ocupação do INSS começam a surgir problemas e disputas internas. Como se tratava de uma ocupação feita pelo Fórum supracitado, poucas entidades permaneceram no local, dentre elas o representante da Igreja Anglicana e representantes do movimento popular, ligados ao PT. As lideranças que não pertenciam ao MUST não se sentiam identificadas com o projeto do MUST, como nos declararam em entrevista. Começou um processo de articulação entre os militantes do PT – integrantes do movimento popular e o reverendo, criando-se um subgrupo (que muitas vezes era identificado pela imprensa como sendo membros do MUST). Inclusive essas lideranças petistas estavam articulando outras lideranças do movimento popular para participarem das ocupações: *“Ele me chamou para participar da ocupação do INSS”*. E articulando dentro da ocupação do INSS um grupo de novas lideranças, entre os ocupantes.

Em janeiro de 2000, os desentendimentos políticos entre líderes do PT e do PSTU, agudizaram-se. Segundo as lideranças do PT, o estopim foi o PSTU ter marcado um encontro do MUST sem convidá-los. A contra-estratégia do grupo “petista” que se insurgia foi se dividir: uma parte foi para o encontro do MUST para manifestar a dissidência e a outra parte foi para a fazenda Normandia (Centro de Formação do MST) para fundar o novo movimento: o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Esse é o momento de nascimento, no qual se funda a identidade do movimento, com suas alianças claras com o PT e o MST.

Voltando do encontro, os líderes, do recém-nascido MTST, foram às ocupações, expondo a situação para os moradores, mostrando suas propostas, orientações e as contradições do discurso dos líderes do PSTU. Nesse momento se dá o reconhecimento coletivo de orientações comuns a partir do discurso colocado por essas lideranças nas ocupações, colocando-se como oposto ao MUST. Mostrando, como postula a Teoria da Mobilização de Recursos, a existência de uma competição entre os movimentos pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades.

Ficaram do lado do MTST a ocupação do Engenho Maranguape, uma parte das famílias do prédio e a ocupação de Jardim Fragoso. Nesse momento houve a decisão do novo grupo deixar o prédio do INSS e ocupar um terreno na Torre, criando um fato político para reforçar a divisão – isto ocorreu no dia 28 de janeiro. No JC de 12 de fevereiro de 2000, aparece que nesta ocupação estariam cerca de 400 famílias.

A sedimentação da identidade do MTST tem suas bases nesse conflito que aparece sob a forma de dissenso nos processos decisórios. Mas tem como pano de fundo a luta pela hegemonia na luta por moradia. O peso dessa diferenciação é tão forte que dois dos líderes não se reconhecem como participantes do MUST, afirmando que apenas estavam no Fórum que ocupou o prédio, mas representando outras entidades (Igreja Anglicana e Movimento Popular) – mesmo aparecendo seus nomes na imprensa como lideranças do MUST. As lideranças que fundaram o MTST, quando entrevistadas, afirmam que estavam sendo alijadas dos processos de decisão. Porém, segundo, uma das entrevistadas que participou do processo, mas não era liderança na época, o racha se configura como um problema político entre PT (MTST) e PSTU(MUST), além do que ela chama de existência de “*pessoas individualistas, que sobreponham interesses individuais aos interesses coletivos*”.

Mas as lideranças da coordenação estadual do MTST colocam que esse não foi o motivo principal, existindo, na verdade, uma diferença de concepção em termos de práticas e formas de tomar decisão, e que as lideranças do PSTU estavam excluindo esse grupo que depois formou a coordenação.

Além disso, outro aspecto ressaltado é o projeto político do MUST ter uma visão puramente eleitoreira, segundo liderança do MTST. Segundo eles, o PSTU estava querendo usar o movimento para fins puramente eleitorais. A contradição de se afirmar que o outro tem um projeto de usar o movimento para fins de eleição, entretanto, dois dos líderes do MTST se candidataram em eleições - Sérgio Capoeira candidato a vereador em Paulista, em 2000 e Marco Cosmo, candidato a deputado estadual, em 2002, ambos pelo PT. A análise feita por eles é que *“os movimentos se perdem quando as lideranças visam muito o eleitoral do que a construção do movimento em si(...).”* E o MTST não faria isso com intuito apenas eleitoral, ele segue, de certa forma o MST:

“O MST, por exemplo, não tem a preocupação de está pegando seus militantes e está imitando esse troço eleitoral, é uma instância política que devemos influenciar, instância desgastada e não vai implementar o Projeto para o Brasil, falo de socialismo”.

Posteriormente, num Seminário da Prefeitura de Recife (gestão petista), em 2001, pudemos confrontar os discurso do MUST e do MTST e perceber as relações que ambos estabelecem com os partidos. Nesse sentido, a ligação entre o MTST e o Partido dos Trabalhadores é uma das raízes que se consolida, mas também é uma das feições que o diferencia do MUST.

Quando analisamos o discurso dos objetivos, táticas principais e concepção de moradia do MUST e MTST são similares, sobretudo no questionamento ao sistema

capitalista excludente. E no uso do “método das ocupações” enquanto não se resolve o problema, para *“chamar a atenção da opinião pública e chamar à responsabilidade dos setores envolvidos”*. A diferença é que o MTST elogia a prefeitura: *“quero reconhecer de público que a prefeitura teve iniciativas, esforço e decisão política”*, mesmo considerando que não foram ainda chamados para discutir nenhum projeto habitacional, mas acreditando numa *“relação de respeito, amizade e confiança”*, resguardando a *“autonomia política do movimento”* - isto é, críticas, embates e ocupações. Bem como, coloca a questão da moradia *“como espaço de organização coletiva, integração e construção da cidadania”*, dando oportunidade para *“formação de laços de solidariedade e identidade na produção da habitação e de seu entorno”*.

O questionamento de Pantaleão (MUST) vai no sentido do conceito de “cidadania”, a questão mais correta seria *“o conflito entre os trabalhadores, a pobreza, os excluídos, com os organismos de repressão da burguesia com o Estado”*. A proposta diferenciada colocada pelo MUST é questionar a propriedade privada *“o pilar do sistema capitalista”*, expulsando *“o FMI, derrotando FHC e Jarbas”* – jargão utilizado pelo PSTU.

Melucci vai tratar a questão de uma forma transversal a partir das formas de organização e da diferença entre o discurso para fora, de unidade e as concepções internas - já que, para ele, o movimento não é um bloco homogêneo. Desta forma, esse dissenso em torno de estratégias de ação e exercício do poder (ou padrões de liderança) revela mais claramente as disputas por projetos e por recursos.

Depois desse processo de reconhecimento e construção da identidade interna sobrevém o reconhecimento externo que consolida ainda mais o movimento. No início

ainda não é reconhecido pelos jornais, só partir do dia 24 de fevereiro aparece a sigla, mesmo depois dessa data ainda aparece sendo chamado de MUST, inclusive na ocupação de Jardim Fragoso, em 01 de fevereiro de 2000. Nas atas de reunião com a EMHAPE a sigla (MTST) já aparece em 02 de fevereiro de 2000. Controvertidamente, o JC de 04 de março de 2000 noticia a ocupação do casarão da Torre como o fato de fundação do MTST, a dissidência. Naquele momento aparece o discurso do “racha”: a conotação eleitoreira atribuída aos integrantes do PSTU. Aparece o discurso que será re-traduzido da convocação de Stedile à ocupação:

“O povo está consciente de que tem direito à moradia e não vamos deixar o local sem lutar”, afirmou o reverendo Marcos Cosmos, um dos líderes do Must. “Este terreno estava servindo para ‘desova’ de cadáveres, tentativas de estupro e assaltos. Agora, ele terá uma destinação social”, completou. JC de 30.01.2000

Este discurso será o referencial para a convocação do movimento, sendo recorrente entre lideranças e sua base. Essa será a raiz do discurso para motivar as pessoas que coaduna com sua necessidade de um teto. Ao mesmo tempo motiva e justifica o fato de se ocupar terrenos.

As razões da nossa escolha do MTST em detrimento do MUST passam pela observação da atuação do movimento, pelo número de pessoas mobilizadas (em outubro de 2001, eram 3058 famílias morando nas 8 ocupações). Acreditamos que o MTST tem tido espaço junto ao poder público, tem empreendido algumas mobilizações buscando gerar impacto na mídia local e, desta forma, se consolidando na luta pela moradia, o que não tira o mérito do MUST enquanto ator importante. O MTST possui algumas características peculiares que nos chamaram a atenção. Por exemplo, a existência de vários acampamentos em lugares distintos e simultâneos; o apoio do MST e do PT; as formas de mobilização e organização.

O MTST tem se destacado na luta pela moradia, provavelmente nesse mês (outubro de 2002) deve ser entregue o primeiro Conjunto Habitacional fruto de negociações com o governo do Estado. Numa época marcada pela visibilidade das ocupações de terras do MST, a questão da ocupação, como forma de pressão, vem à tona novamente. Uma das lideranças do MTST apontou que a discussão sobre a necessidade da luta urbana surgiu no seio do movimento de Consulta Popular que avaliava que *“o campo estava mais avançado que a cidade, na cidade o trabalho era mais eleitoral e fragmentado”*, não existia um movimento forte para a construção do que eles chamavam Projeto para o Brasil: *“falo de socialismo”*. Percebe-se que existiu uma intencionalidade nessa estratégia gerada pela relação com o MST através do movimento de Consulta Popular, na sua proposição de mobilizar os excluídos de uma forma geral na luta por um novo Brasil (o chamado Projeto Para o Brasil). A existência de lideranças dispostas a pôr em prática o “Projeto” é fundamental no processo de emergência do movimento. Existe uma interação dinâmica entre os fatores estruturais do déficit habitacional e a existência de líderes com histórias pessoais e relações sociais que possibilitam condições para a organização e mobilização de pessoas.

No caso do MTST, os líderes foram surgindo a partir da ocupação do INSS e do Engenho Maranguape e do conflito partidário colocado frente ao MUST. A ligação com o PT serve de identificação comum inicial. A adesão das demais pessoas, por sua vez, se deu a partir do reconhecimento da situação de carência habitacional, pela identificação com as orientações propostas por aquele conjunto de líderes e a visualização das possibilidades de mudança, através da ocupação dos terrenos vazios. No caso de Recife, o peso favorável da tradição de lutas por moradia que obtiveram sucesso, atua como mais um fator de impulso a essa organização.

Vale ressaltar que as conseqüências de suas ações estão para além do que planejam os indivíduos envolvidos. Por exemplo, a ocupação do INSS chegou a ter mais de 250 famílias que, como Dona Severina, “viram pela televisão a ocupação” e criaram a expectativa de ter a casa. Em julho de 2001, o movimento realizou duas ocupações planejadas: Campo Grande e Fundão. Quase simultaneamente, ocorreram duas ocupações organizadas por lideranças locais, em que as lideranças do movimento foram chamadas:

“vendo o desenvolvimento do reverendo Marcos, conhecendo a luta do movimento na ocupação da Av. Guararapes e participei vendo o Coliseu, ele fazendo aquele trabalho que ele tem em Paulista, vendo o trabalho dele pela televisão(...) quando ocupei procurei saber como encontrar com ele”

“depois da invasão de Cícero Barros deu aquela vontade de ter uma casa. (...) Meu objetivo era pegar a minha parte. Marcelo que é petista, conhecia o movimento, ligou para o reverendo Marco e daí teve as informações, daí veio a idéia de se ter uma comissão.”

É uma novidade na luta pela moradia o fato de ser chamado para coordenar outras ocupações. Além disso, também se envolvem com outras lutas que envolvem a questão da moradia, articulações pontuais e temporárias. Um delas foi o caso dos desabrigados das chuvas que estavam alojados em galpões nas antigas fábricas da Macaxeira e do macarrão Santo Antônio. O movimento acompanhou as negociações com a prefeitura, inclusive passando pela transição de Roberto Magalhães para João Paulo. Nesse espaço político existia uma disputa com lideranças populares ligadas ao PFL - segundo informantes do próprio movimento.

Em fevereiro de 2001, visitamos essas áreas, mas quando iniciamos nossa pesquisa de campo (outubro) o movimento já não estabelecia contato com os moradores do Conjunto Habitacional. Na época da visita pudemos perceber que a

aquelas pessoas consideravam a coordenação do movimento como sendo uma fonte de ajuda e orientação. As lideranças do MTST sugeriram que eles criassem uma coordenação em cada local para ir negociar com a Prefeitura, dando inclusive orientações de como eles deveriam reclamar por seus direitos: *“quem tem que gritar até baixar o nível é quem mora. Se não atender a gente vai fazer uma passeata”* (orientação da liderança do MTST à liderança de um dos galpões).

Em setembro de 2001, as lideranças dos Sem-Teto também se articulavam com comunidades e famílias que lutavam pela posse da terra em Abreu e Lima. Ali o conflito era com o INCRA pela posse da terra, o movimento foi chamado devido à relação pessoal com um dos seus membros. Como também em Maranguape I havia uma comunidade que lutava pela posse da terra. Em dois assentamentos em Jaboatão (Campo do Flamengo e Marcos Freire) também havia ameaça de desapropriação. No Curado I e V algumas famílias estavam sendo articuladas, mas já estavam nas casas. As localidades de Guabiraba (Recife), Caruaru, Petrolândia e Garanhuns também foram citadas como existindo ocupações, mas mantinham pouco contato com a coordenação. As ocupações no interior do estado eram coordenadas diretamente pelo MST e uma ex-integrante do MTST. Todos esses assentamentos e ocupações foram preteridos por não estarem dentro das preocupações principais da coordenação estadual do movimento. Eram articulações que “chamavam o movimento” nos momentos de conflitos e negociações. Mas não tinham uma articulação sistemática, não podendo assim ser analisada a questão da identificação e o sentimento do grupo. Esse tipo de articulação se dá também como um diferencial entre o MTST e os outros movimentos de moradia em Recife.

A novidade é que o MTST se tornou um referencial nos conflitos pela terra, conhecido através das notícias da imprensa. As lideranças afirmam que quando ocorrem ocupações os jornalistas telefonam para saber se existe alguma relação com o movimento. Reiterando o argumento, Beatriz Carneiro, da EMHAFE, afirma que *“era como se eles tivessem um cadastro dos Sem-Teto porque nas negociações com a EMHAFE eles fechavam o compromisso com o número e não com as pessoas”*. A impressão dela é que eles estão *“gerenciando a demanda por casas”*, o grupo falando em nome dos sem-teto. Como se pudessem estar re-allocando pessoas para resolver o problema de habitação. Isto nos indica que não existe uma estruturação identitária nos moldes que propõe Melucci, porque as lideranças vão conduzindo o processo de negociação e a definição dos rumos do movimento.

As várias ocupações formam um só movimento, sem as fragmentações por bairro que havia anteriormente. Considerando também que nas ocupações existe um refluxo de pessoas que saem, na visão dos líderes, *“não agüentam a situação e acham melhor pagar aluguel ou ir para casa de parentes”*. Ou mesmo pessoas que se instalam depois do ato da ocupação, através da compra de barracos, como declara uma das coordenadoras.

Nessa teia de articulações as pessoas se reconhecem partilhando o mesmo problema da falta de moradia e assim, vai se tecendo o movimento dos sem-teto – as tais redes submersas citadas por Melucci. Suas concepções e estratégias surgem, inicialmente, de motivações individuais, a partir de uma realidade concreta comum de carência. Estas articulam-se entre si, pelas relações pessoais preexistentes entre esses indivíduos, formando assim um grupo que pertence a uma mesma condição social, construindo orientações partilhadas. Vamos fazer uma tentativa de explicitar essa teia

chamada MTST analisando cada uma das dimensões de sua identidade que além da auto-definição e coesão, passa pela definição do projeto político e interações, Fortalecendo-se ou enfraquecendo-se nos conflitos externos e internos. Tendo em vista que essa realidade é altamente dinâmica e múltipla.

4.2 *As dimensões da identidade coletiva*

Tendo realizado entrevistas com as lideranças e um questionário amostral com a população residente na ocupação, percebemos algumas características da conformação da identidade do movimento a partir das concepções destas, as práticas organizativas e articuladas com suas motivações. O que vamos delinear é um retrato aproximado desse grupo que se auto-denomina : Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Não se trata de um grupo homogêneo, tanto que inclusive o grupo entrevistado como sendo o MTST se bifurcou em dois que, por enquanto, mantêm o mesmo nome.

Vale uma ressalva que essa dissidência não será analisada por nós, porque se deu quando estávamos na fase final da realização das entrevistas - apenas uma delas foi realizada depois do conflito. Os questionários foram aplicados bem no início da discussão então conseguimos ainda observar alguns discursos em assembleias e conversas informais. Apontaremos uma breve discussão. Porém, mesmo estando o MTST sendo liderado por militantes do PT o problema de padrões de liderança e concepções de movimento vai reaparecer, com outros matizes na segunda dissidência, em 2001. Isso reafirma nossas hipóteses (Melucci) de que os processos organizativos e padrões de lideranças conformam essa identidade coletiva do movimento, existindo a briga interna por recursos. Podemos apontar algumas pistas sugeridas pela observação dos discursos. Antes da dissidência já havia uma discussão interna:

“E entre os coordenadores também a união porque, às vezes, há individualidade entre cada um quando vem saber das coisas já fez e você tem que aplaudir ou então criticar, mas depois”.

Segundo o discurso de um grupo de líderes, em carta aberta à imprensa, o reverendo Marco teria sido expulso numa reunião em 30 de novembro de 2001. O conflito se dá, em termos de concepção de movimento em suas estratégias de ação. A carta diz:

“O MTST tem como base de sustentação a discussão coletiva, as decisões partilhadas e o encaminhamento de propostas de forma corajosa e responsável por isso não compactuamos com projetos pessoais que ferem os interesses dos sem-teto e com a utilização de pessoas para a autopromoção política”.

Este grupo que escreveu a carta ainda colocava como justificava o fato do expulso estar agindo por conta própria, sem partilhar com a coordenação a tomada de decisão, ferindo a orientação do movimento. Uma das diretrizes tiradas é que não haveria mais ocupações enquanto não tivessem as pessoas de pelo menos uma ocupação nas casas. Pelo sofrimento que passavam as pessoas que não podiam ficar abandonadas e não se podia estar ocupando sem acompanhamento. O reverendo articulou um segundo com boa parte das ocupações já que ele era o líder mais reconhecido entre as pessoas. Apontando que a decisão teria sido tomada à revelia das coordenações locais e que não se podia parar de ocupar porque se *“não existe mais ocupações é porque não existe mais sem-teto”*. Nesse conflito existem diversas contradições entre discurso e prática que servem de base para um estudo futuro. O personalismo aparece com toda força:

“O movimento tem alguém que dá a linha política e não é o jurídico que vai decidir o que tem que fazer. São pessoas que não tem expressão dentro do movimento e não ficaram com nenhuma base. Eu não tenho culpa se aqui em PE eu seja a referência. O movimento continua forte, fazendo suas ocupações. Eles têm interesse eleitoral e não pagavam o preço que deveria pagar: o da construção efetiva do movimento”

4.2.1 *Identidade como reconhecimento: entrecruzando o pessoal e coletivo*

Isto posto, vamos à análise dos motivos que levam os indivíduos a se mobilizarem pelo teto. A mesma é condicionada pela estrutura habitacional analisada anteriormente; um déficit que atinge, sobretudo, as populações de menor renda. Essa hipótese é reforçada quando analisamos os dados quantitativos da população residente nas ocupações – no seu perfil em relação à renda, emprego, densidade habitacional e trajetória urbana.

Antes de irmos diretamente a esses dados vamos traçar algumas considerações sobre a população questionada. Em termos de escolaridade, a maioria (61,5%) afirma ter primeiro grau incompleto, e a minoria 8% (3 pessoas) declara ter terminado o terceiro grau. Tendo 15% declarado-se analfabetos e sabendo apenas ler e escrever. A idade média é de 32 anos. Dentre os entrevistados, 67,2% são mulheres, este viés se deu, em parte, devido a uma maior abertura das mulheres em serem questionadas.

Existe também uma relação com os afazeres domésticos, quanto à atividade profissional, entre os entrevistados, 22,3% afirmou não trabalhar porque tem que cuidar da casa. Dos entrevistados, 1,7% afirmou que não trabalha porque não quer e 21,8% por problemas de saúde ou aposentadoria e 38,9% se declaram procurando emprego. Estas respostas dariam para se analisar a questão de gênero e desemprego.

O percentual que se disse desempregado é de 57,8%, mas essa resposta é subjetiva, na medida em que percebemos que, dos que se diziam trabalhando, 27,2% afirmaram que faziam biscate. E outros se diziam “não trabalhando” também faziam biscate. Dos que estavam trabalhando, apenas 23,1% possui carteira assinada. Este último dado está em consonância com a estrutura de emprego analisada no capítulo anterior, onde a maioria dos trabalhadores no país não possui carteira assinada. Mas o

dado pode ser influenciado pela questão de gênero (maioria de mulheres) e porque, grande parte da aplicação dos questionários realizou-se em dias de semana, nos quais a população que trabalha, normalmente, não se encontra em casa.

O dado mais revelador da condição social é a renda, entre as respostas válidas, 75,2% declara que ganha menos de um salário mínimo. Existindo entre estes, famílias que declaram viver de doações e de esmola. Entre os demais 21,3% estão na faixa de um a dois salários; 3,2% entre dois e cinco salários; existindo uma pessoa (0,3%) que declarou ganhar entre 5 e 10 salários. A média é de quatro pessoas por unidade habitacional, sendo o mínimo de uma e o máximo de doze. A maioria das pessoas (61,6%) declarou-se casadas; 4,8% viúvas e 33,6% solteiras.

Percebemos também uma dimensão da auto-reflexividade quando 49,5% afirmam terem tomado a decisão de ocupar, enquanto 11% partilhou a decisão com o/a esposa(o). Os demais se declaram influenciados por familiares.

No sentido da auto-reflexividade, a análise da motivação individual é a variável mais importante na reflexão do envolvimento e permanência na ação coletiva. A análise tem em vista nossa hipótese (tomada de Melucci) que não basta existir a necessidade para gerar mobilização, os indivíduos precisam reconhecer suas necessidades e o desejo de mudança. Percebemos que a falta de recursos financeiros é a base do reconhecimento das pessoas envolvidas que se percebem nessa situação comum. O que poderia ser um fator de desestímulo é, para essas pessoas, um fator de identificação, mediado pelo recrutamento.

As motivações citadas pelas pessoas giram em torno da necessidade, por não ter dinheiro para pagar aluguel, por não querer morar mais na casa de parentes, ou porque a casa que morava caiu ou inundava sempre que chovia. Separação e

desemprego também aparecem entre os motivos pessoais. Alguns vêm a ocupação como a sua casa depois do casamento e não ter para onde ir. Apenas uma pessoa citou como motivação “*enfrentar a luta pela casa*”.

Nesse sentido, estar morando na ocupação, a despeito das dificuldades, tem um valor positivo de mudança de vida, já que apenas 6% declaram que antes da ocupação moravam em casa própria. A maioria absoluta (64,7%) morava em casa de parentes: 21,7% na casa da mãe; 7,4% do pai; e 35,6% de parentes em geral. Ouvimos alguns relatos de pessoas que, anteriormente, dividiam uma mesma casa com as famílias dos irmãos.

Entre os entrevistados, 18% declarou que, em algum momento da vida teve casa, sendo que 5% eram barracos e o restante casa de alvenaria. Dentre estes, observamos que a perda se deu porque a casa caiu, por venda ou por separação. O que nos leva a concluir que a motivação é fortemente impulsionada pela possibilidade de “ter um lugar” e a ocupação já é o lugar – mesmo que a “casa” não venha. Essa concepção positiva está presente quando perguntados se percebem mudanças na sua vida depois da ocupação, quando 19,2%, responde que está livre do aluguel; e 20,6%, afirma que “agora tem um teto”.

Cumpramos ressaltar que mudanças também nos códigos ético-políticos são percebidas: 3,2% afirmam estarem mais solidários; 10,2% percebem-se com mais coragem para mudar; 9,6% citam aprendizado em cursos e experiência; 3,7% afirmam que começaram a ver a realidade dos sem-teto; 0,6% passaram a acreditar no MTST. Os demais (2,3%) falam de coisas negativas ocorridas com a ocupação – o desemprego e o desgaste físico e psicológico.

Os líderes frisam que *“não é que a gente consegue convencer eles já estão convencidos. Eles têm necessidade”*. E completa com uma frase que resume o sentimento da maioria: *“tem gente que diz: ó se hoje eu conseguir um emprego, se hoje voltar a pagar aluguel, só o tempo que eu passei aqui já valeu a pena. Então o fato de ta ali sem ta preocupado em morar na casa dos parentes , pra eles é muito bom”*. Então, é a condição de “sem-teto” a matriz geradora da identidade e coesão.

Essa motivação, percebida a partir das trajetórias de socialização política das lideranças, possui distintas influências, com outras mediações. A coordenação estadual, na sua maioria absoluta, é formada por lideranças ligadas aos movimentos religiosos com base na teologia da libertação. Nos protestantes, o MEP (Movimento Evangélico Progressista) e, no lado Católico, a ACO (Ação Católica Operária) e movimento de moradia impulsionado por Dom Hélder. Não existe a mediação das igrejas, em si, comum aos movimentos populares das décadas de 70 e 80 (Doimo, 1993:95). Essas lideranças têm suas raízes nessas igrejas e levam consigo os valores concebidos pela Teologia da Libertação como motivação inicial de sua militância, embora se identifiquem como militantes petistas. O valor de perceber “Deus no meio do povo pobre”, considerando o método ver-julgar-agir, impeliu esses militantes para a ação junto ao movimento popular. No caso da ACO (Doimo, 1993:127) existiu uma orientação para “assumir o movimento popular”, num primeiro momento. Pois era a participação política que daria a “medida da fé”, sabendo que o que “cai do céu é chuva, benção de Deus, o resto vai ser com luta, organização”. O que surge também dessa relação entre militantes, com trajetórias ligadas a igrejas, é uma questão de uma mediação pela fé colocada como impulso para dar força ao movimento. Esse traço vem desde a fundação do movimento com celebrações ecumênicas no prédio do INSS e na

Torre (JC, 30.01.2000). Tenta estabelecer uma mística em torno da motivação, persistência, e para distender os conflitos. Percebemos, através de conversas informais, que havia orações nos momentos de tensão. Sobretudo antes da ocupação para criar o clima de confiança e esperança. Ou quando, em assembléias, precisavam discutir assuntos polêmicos - essa prática é mais frisada pelo reverendo.

Aparecem líderes novos, sem experiências anteriores, surgidos durante os processos das ocupações, na sua maioria com as mesmas motivações delineadas pelos demais participantes: ter um teto. É o caso de Lurdes, Rose, Augusto. São pessoas que se oferecem para participar das coordenações ou são indicadas pelas lideranças estaduais. Como também existem líderes que já fizeram outras ocupações vitoriosas, ligadas ao movimento popular (sobretudo no Ibura), e vão se incorporando ao movimento, como Elza, Mauricéia.

A construção do “reconhecimento coletivo” das motivações e orientações comuns, incluindo lideranças e base, se inicia no processo de recrutamento, a partir das redes de relações pessoais e do discurso utilizado. O processo vai tomando forma na luta política.

Reforçando esse argumento, temos que, parte das lideranças afirma que as pessoas (inclusive elas) ocupam porque não têm para onde ir, nem como pagar aluguel. Essa “necessidade”, em interação com o discurso utilizado no processo de recrutamento, faz com que as pessoas criem seus motivos para o envolvimento nas ocupações. A possibilidade de ganhos é um dos critérios para o envolvimento. Estes passam pela re-significação da ocupação, no discurso de recrutamento.

O principal discurso é o confronto entre a existência de muitos terrenos vazios e a necessidade daquelas pessoas. Terrenos que são utilizados para fins pouco sociais

que poderiam servir de moradia: *“Veja quantos terrenos vazios tem. A pessoa compra deixa lá, Ta servindo pra quê ? Pra estupro, desova, marginalização”*. Esse argumento é recorrente entre as lideranças e os outros moradores. No discurso de convencimento também é colocada a questão da falta de política habitacional que serve como constatação que se “não ocupar não consegue nada”. A re-significação passa pela “ocupação” dos espaços, não mais como invasão, diante da visível desigualdade. O critério não é a violação da propriedade privada, mas o atendimento a uma necessidade urgente. Uma possibilidade de ter uma casa, já que não se consegue pelas vias institucionais. Assim vai se criando o vínculo entre aquelas pessoas que reivindicam o teto através do MTST, com o viés da racionalidade instrumental.

A outra base do argumento está na experiência que o movimento possui das ocupações existentes, sendo resgatados os ganhos como fator de incentivo. Com a ressalva das dificuldades: *“não é chegar, entrar e ganhar. E às vezes o processo é desgastante, violento, não é sonho. O risco é esse a gente vai, mas não sabe se ganha”*, reiterando que o movimento *“ não vende ilusões”*.

Outro aspecto do recrutamento é a organização, como acontece, como são mobilizados os recursos. Na sua maioria, os recursos financeiros são obtidos a partir de doações dos próprios ocupantes e/ou da rede de articulações estabelecidas (políticos do PT e PCdoB², sindicatos e algumas igrejas). Não aparecem ONG's assessorando como é comum ao movimento popular (Doimo, 1993)

O principal fator é a forma como as pessoas são mobilizadas. Essas redes de recrutamento surgem das relações interpessoais, interpelando interesses diferentes e

² Sobretudo os deputados Paulo Rubem e Fernando Ferro do PT e Nelson Pereira (PCdoB). Essa ligação com o PCdoB é mais direcionada ao deputado Nelson e se origina quando ele ainda era do PT e devido a sua ligação com o MST. Mas os coordenadores do movimento ou não possuem filiação ou são filiados ao PT. A partir de uma nova conjuntura de candidatura de Marco Cosmo (ex-assessor de Nelson) pelo PT essa aliança pode se romper.

cruzando interesses pessoais e coletivos. As redes interpessoais abrem-se para mobilizar recursos nos momentos de ocupação, com o intuito de criar novas adesões. O peso das redes de relações pessoais se mostra quando 77,4% dos entrevistados declaram que soube da ocupação através de vizinhos (22,9%), parentes (28,8%) e amigos (25,7%). Uma minoria (0,8%) afirma que alguma liderança do bairro convocou para a ocupação. Existem ainda pessoas chamadas pelo o MTST (5,6%). A novidade está no fato que 1,7% declaram que souberam pela imprensa. Existe um dado interessante que as pessoas que souberam por outras vias somam 14,4%, destas a maioria declara que viu a invasão e resolveu se incorporar. Este pode ser um indicativo de pessoas que se incorporaram depois à ocupação, através de iniciativa e motivação pessoal.

Outro dado que revela a forma de recrutamento está no fato de 39,6% declararem ter morado anteriormente nos bairros do Ibura, Jordão e Lagoa Encantada. Sendo que na amostra 70,1% são moradores de ocupações no Ibura. Este dado vai se relacionar com as redes de recrutamento que passam por mobilizações nos locais da ocupação.

Mas nem sempre o movimento toma a frente do processo de ocupação e recrutamento. Identificamos dois tipos de ocupação, as realizadas pelo movimento e as ocorridas espontaneamente em que a população convoca o movimento depois para “organizar”. Em ambos os casos estão presentes as relações pessoais e a mobilização nas proximidades do local da ocupação, apontados anteriormente.

No caso do recrutamento realizado pelo movimento, existe o apoio de lideranças políticas (associação de moradores) ou mesmo religiosas. Essas lideranças, junto com a coordenação estadual, estabelecem redes de relações pessoais. É a partir

desse contato pessoal, entre conhecidos, que vão se formando os grupos. Articulando as pessoas marcam-se as reuniões para se fazer o chamado “trabalho de base”, discutindo os temas acima assinalados (o déficit, a necessidade de luta). As lideranças afirmam que o processo de convencimento é fácil porque a necessidade é grande. *“Na primeira reunião 50 pessoas aí na segunda já tem mais e vão aumentando. Eles mesmo vão. Passa pro outro, olha ali tem uma reunião dos seto...”*

É importante frisar que Rio Doce e Campo Grande são os bairros em que moram duas das lideranças, para demonstrar como a rede de relações pessoais tem um peso significativo. Por outro lado, existe também o movimento de fora para dentro: *“as famílias nos procura, dizendo que tem uma determinada área, conta o problema, a necessidade, aí marca a reunião”*. Por exemplo, no caso de Rio Doce, existir uma conjugação dos dois fatores: *“seu Arnaldo viu a necessidade e como ele já tem uma história de militância, aí chamou nós pra ocupar, né, chamou Marcos, ele já tinha um bom relacionamento com Marcos”*. Existe também um levantamento sigiloso do terreno a ser ocupado. Por questões de segurança só a coordenação sabe onde será até a hora da ocupação em si.

No caso do recrutamento espontâneo, percebemos a influência do exemplo, passado pela mídia ou por outras ocupações :

“...vendo o trabalho dele pela televisão(...) quando ocupei procurei saber como encontrar com ele”

“depois da invasão de Cícero Barros deu aquela vontade de ter uma casa. Eu tava na Lagoa da Conquista vê se conseguia um terreno e muvi alguém dizer: “vamos para o terreno da base. Passei na casa de Lula Bigode, a gente vai invadir o sítio. Vai encarar ? Começou a chegar gente. Meu objetivo era pegar a minha parte”

A análise se confirma quando, em relação a sua trajetória urbana, constatamos que 52,3%, dos entrevistados nasceram em Recife – onde existe a maioria das ocupações. Sendo 7,6% o percentual que nasceu em alguma das cidades da Região Metropolitana, perfazendo um total de 59,9% oriundos da RMR. Os demais são migrantes, na maioria do interior do estado (31,6%), mas também de outras cidades do Nordeste (5,6%) e de outras regiões (2,8%)³.

Em relação especificamente à ocupação de Paulista, Beatriz Pinheiro, da EMHAPE, traz à tona um aspecto importante:

“ficou claro também que nem todos estavam ali por convocação das lideranças, o discurso dos que não eram de Paulista era que um parente tinha avisado, não tinha sido a liderança do movimento, a gente achava que era coisa organizada com dia marcado, mas foi uma coisa de formiguinha, tinha muitos parentes, a mãe em um barraco, o filho em outro”.

A resposta se dilui mais quando perguntados sobre quem organizou a ocupação, 34,2% dos que responderam, identifica o Movimento como organizador da ocupação e 25,4% indicam o nome de uma liderança como organizadora e 20,3% não sabe. Este dado se complica quando temos que 70,1% da população entrevistada, mora nas ocupações que não foram organizadas pelo movimento (Lagoa da Conquista, Terra Nossa e Ex-Caic). No entanto, reforça mais ainda o argumento do reconhecimento coletivo do movimento, apontando sinais de surgimento de lideranças carismáticas – identificadas pelo nome.

Com base nas motivações, recrutamento e percepção de mudanças na vida pessoal, concluímos, então, que a ocupação representa também a nova comunidade, onde se (re)criam as relações de vizinhança, solidariedade e laços de família, a partir

³ Estes dados também revelam a diminuição de migrantes nas periferias, porque as grandes correntes de migração ocorreram em décadas passadas (40/50). A maior parte dos que não nasceram em Recife veio antes do ano de 1990 (22,6%). Encontramos em uma das ocupações famílias que vieram do

da condição comum de “sem-teto”. Essas redes são “relações-suporte às estratégias de sobrevivência” (Kowarick apud Doimo, 1993). Sua face “consensual-solidarística”, formada com pessoas dispostas à reivindicação direta do bem demandado (teto). E, paradoxalmente, questionam o caráter excludente do Estado capitalista, mas dele querem o lado provedor (ibid). A solidariedade criada no MTST transcende a luta pelo teto, estando presente, também, na organização e na ajuda mútua pela sobrevivência, com bases também em ligações religiosas.

Um traço que ressalta a perspectiva comunitária e religiosa é o fato de que, em várias ocupações, existem templos de igrejas protestantes não ligadas às lideranças, organizadas pelos moradores, depois que a ocupação está mais consolidada, dentro do sentido de uma comunidade. Inclusive a ocupação do Ex-Caic possui dois templos de denominações protestantes diferentes. Na ocupação do Nobre, os cultos ocorrem a céu aberto, com ajuda de um amplificador de som. Isto não significa que essas igrejas apóiam o movimento, apenas congregam suas comunidades no seu novo (e temporário) local de moradia: *“alguns líderes evangélicos não apóiam a ocupação, mas mesmo assim querem fazer igreja lá”*.

Confirmamos assim, nossa hipótese que a existência dos recursos é condição necessária, mas não é suficiente para gerar a mobilização. Os indivíduos precisam reconhecer que partilham certas orientações (necessidades e desejos) comuns e sob essas bases decidir agir juntos. Essa orientação comum se dá pelo reconhecimento mútuo da condição de “sem-teto” e do desejo de mudança de vida, seja, por estarem morando na ocupação (sua nova comunidade), seja pela possibilidade de conseguir uma casa, num Conjunto Habitacional. Essas perspectivas comuns são unificadas no

interior do estado exclusivamente para a ocupação, informados por seus familiares, vislumbrando a

momento do recrutamento e decisão de ocupar, mesmo coexistindo diferentes trajetórias e motivações.

O sentimento de pertencimento ao movimento também é revelado quando 90,1% das pessoas entrevistadas se consideram integrantes. A partir de uma análise qualitativa do questionário, sobre esse tema, percebemos que os indivíduos que não se sentiam parte colocavam que o Movimento era formado pelas coordenações (comissão local e estadual). Entre os que se sentiam integrantes do movimento, existia o discurso com ares de obviedade “se estou aqui faço parte do movimento”. E a idéia de que o “MTST só existe devido às pessoas que acompanham”.

4.2.2 Identidade enquanto projeto político: concepções e lutas

Melucci postula que o movimento construir uma unidade em torno da interação com o ambiente externo, em termos de reivindicações e concepções. É com base nesse discurso que se constrói a solidariedade, definindo conjuntamente os objetivos, os opositores, aliados e estratégias. Os indivíduos vão produzindo, na interação, uma visão da realidade que se afina nos pontos principais dando-lhe o sentido da união, mesmo que dentro existam divergências. Sobretudo os líderes estruturam um discurso muito mais preocupado em mostrar a unidade, já que a mesma é um dos fundamentos para a existência do movimento. Essa unidade é continuamente reconstruída com bases na definição do Projeto Político comum e interações, bem como na definição dos padrões de liderança e estratégias.

Para entender o que eles concebem por projeto político precisamos fazer referência às raízes históricas do movimento, nas quais se delineiam as alianças políticas com o MST e o PT. As alianças estão dentro da concepção do seu projeto

possibilidade de obter uma casa na ocupação e um emprego na “cidade”.

político e atuam como estratégias identitárias que revelam o direcionamento da ação do movimento. São também redes de solidariedade que se formam e se desfazem, de acordo com a conjuntura – ocupações, reintegrações, privações e passeatas. Os atores em potencial para a ativação das redes têm sido os advogados, sindicatos, parlamentares, e o MST. Essas redes se fecham para as decisões internas, reafirmando critérios de participação consensuais e solidarísticos (Doimo, 1993)

A aliança com o MST também pode ser avaliada como uma estratégia identitária peculiar ao MTST, diferente da tradição dos movimentos populares de Recife que se auto-referenciavam e mantinham uma articulação com os partidos – não queremos com isso afirmar que o MTST não possui a auto-referência, mas que possui também essa outra referência.

A principal palavra de ordem do movimento é: “ocupar, resistir e construir”. Ou como disse bem originalmente uma coordenadora: “lutar, tomar conta e fazer as casas”. Bem próxima da palavra de ordem do MST: ocupar, resistir e produzir. Outra semelhança com o MST é a bandeira usada pelo MTST (em anexo). Segundo a definição de uma das coordenadoras: *“o vermelho significa o sangue, o preto é o luto a das pessoas que já tomaram na luta, o branco é a paz. Aí não tem o M, o M é o telhado e o TST são os moradores”*. Nos termos de Chauí (1994), uma bandeira com um “significado politizado”. Traduz a identidade do movimento na sua identificação com o MST e com os movimentos de esquerda. O vermelho como sangue, também está presente na bandeira do MST, bem como a representação de trabalhadores e seu objeto de luta - que remonta as bandeiras dos partidos de esquerda .

Essa relação com o MST é concebida como um traço de identidade com as vitórias e a luta do mesmo e como uma estratégia de unir a luta da cidade e do campo,

por reforma agrária e urbana, como coloca uma liderança: “o Brasil perfeito: reforma agrária, reforma urbana, emprego, saúde, teto, educação...”. Nessa direção, um dos moradores define que : “sem-teto e sem-terra é um só, visa o mesmo objetivo” e “eles (o MST) passa muita determinação pra gente”. Uma fonte de inspiração e referência constante.

A proximidade, num primeiro momento, se dá pelas relações pessoais entre as lideranças do PT, do movimento popular e da igreja anglicana, com o MST, depois se firma sob bases mais propriamente políticas. Não por acaso o encontro de fundação do MTST aconteceu no Centro de Treinamento do MST, em Caruaru, mais uma vez comprovando a estreita relação entre ambos. E depois a relação se estabelece entre eles, na luta política - em atos públicos, na abertura aos Sem-teto nos cursos de formação política e nos encontros do MST (por exemplo, o que antes era o Encontro dos Sem-Terrinha agora é o Encontro dos Sem-terrinha e Sem-tetinho). O MST oferece seus espaços de formação como forma de inculcar também seu projeto político para que se torne único, essa é a meta desde o princípio A gente “*faz curso, o MST é quem dá esse curso, para os militantes do MTST*”, na prática, “*eles organiza e nos convida*”. Inclusive uma liderança aponta uma dificuldade, no aspecto da resistência maior dos trabalhadores rurais:

“existe um curso de formação do MST, de 2 meses, só que ninguém pode sair de lá...a gente mandou dois rapazes , no início ficaram empolgado, mas quando eles viram que a alimentação não é a mesma que tem em casa, estudo de manhã, de tarde e noite, as brigadas para fazer os serviços, eles não agüentaram, eles não tem a mesma força que o MST

Existe uma representação da luta conjunta de ambos: “um luta por terra e o outro por casa”. E “quando a gente faz uma ocupação a gente tem sempre o apoio deles”, o apoio se dá pela presença de militantes no momento da ocupação,

e se deu em alguns momentos pela doação de alimentos, nas primeiras ocupações. Nessa direção existe uma reciprocidade entre ambos: “nos dá força pra ele, eles dá força pra nós”. A força de um lado, é apoio do MTST aos Sem-terra nas passeatas na cidade.

Está claro que existem muitas diferenças entre os dois movimentos, em termos de projetos, padrões de organização e liderança, concepções de formação. É importante salientar que o MST já tem uma história de lutas e uma articulação nacional com estratégias e projeto político bem definidos o que permite uma maior organização e uma identidade mais consolidada. O MTST vai se formando a partir desse referencial, mas ainda está no seu início. No caso dos sem-teto também não existe a produção como referência comum e como mais um elo na consolidação da solidariedade e do projeto. E para dificultar mais ainda a terra ocupada nem sempre é o terreno em que se constroem as casas.

As próprias lideranças dos “sem-teto” avaliam que : “falta mais organização” e que “tem que fazer muita coisa ainda”. Numa reunião entre as coordenações se avaliava a possibilidade da criação de um estatuto e regimento que seria fruto de um encontro com representantes de todas as ocupações – tendo por base o do MST. Algumas propostas surgidas de se aumentar a coordenação, a rede de relações (incluindo a universidade) e criar grupos temáticos - que são formas de organização adotadas pelo MST - também ainda estão no devir.

A relação entre eles é de uma aliança que foi concebida pela relação entre as lideranças, com fins políticos. Aliança que se refaz na luta política. Existe um respeito mútuo à autonomia de cada um..

No outro pólo de alianças está o PT. Uma relação mais pautada pelos gabinetes de deputados, é tanto que o apoio de Nelson Pereira permaneceu, mesmo ele tendo migrado para o PCdoB – também pelas ligações entre este e o MST. Não é a direção do partido que dá contribuições, mas os parlamentares: “O PT chegar e dar, nunca. Os gabinetes dão”. E na hora de dar contribuições tanto parlamentares do PT, quanto do PCdoB são procurados.

Quase todos os membros da Coordenação Estadual são filiados ao PT e estavam trabalhando para os gabinetes de Paulo Rubem (PT), Fernando Ferro (PT) e Nelson Pereira. Inclusive dois deles foram incorporados ao quadro de gabinetes depois da emergência do MTST. Criando a figura do militante liberado para tratar de articular o mandato com os movimentos populares, numa relação que se refaz a cada interação, sobretudo nas eleições. Momento de certo refluxo das ações visíveis do movimento porque todos estão empenhados na campanha do partido (seja a sua, seja a do deputado). A relação oscila entre a subordinação do movimento aos interesses do partido e uma aliança com fins de apoio ao projeto do movimento. Por exemplo, o deputado Paulo Rubem usou seu mandato para fazer uma audiência pública, contando com a presença da liderança do movimento (seu assessor) e as diferentes esferas do Poder Público (Prefeituras, Governo do Estado, e Ministério Público) e o sindicato dos construtores. O movimento apoiado pelos parlamentares nas horas de conflito, é considerado parte da base eleitoral dos mesmos, “para continuar a apoiar a luta”. Por exemplo, nas reintegrações de posse e depois para retirar as lideranças da prisão; também estão presentes em algumas negociações importantes com as diversas esferas do governo. A compreensão predominante é de que “a gente precisa do parlamentar, e o parlamentar precisa da gente, mas ele não vai opinar dentro do movimento, mas

antes o movimento vai opinar no mandato dele”. Não vamos aprofundar a relação entre o PT e os movimentos sociais, mas ressaltar como essa relação também está na raiz da formação da identidade do MTST.

Existe uma divergência na visão da relação com esses gabinetes, uma visão minoritária: *“tem uma visão eleitoreira, mas não vestem a camisa”* e outra parcela acredita que *“eles não pedem nada, pelo menos esses três, Nelson, Paulo, Fernando, também se pedir se pedir a gente não faz o movimento da gente é autonomo, né. A gente não tem partido, tem simpatizantes do PT”*. Curiosamente, esse mesmo discurso de não ter ligação partidária é reproduzido por lideranças mais à direita.

A busca da autonomia e não dependência dos parlamentares é um ideal almejado - aí entra a autonomia financeira também, para poder serem liberados pelo movimento para trabalhar. E existem alguns que colocam que não trabalham diretamente com a política partidária: *“eu trabalho com o povo”*, mesmo reconhecendo que esses deputados apóiam o movimento. Apenas dois dos entrevistados não citam a relação com o PT, colocando o movimento como totalmente autônomo, esses entrevistados não têm experiência anterior de movimentos ou ocupações e não vêem com bons olhos a ligação com algum partido político.

Esse conflito entre a autonomia do movimento e a relação com o PT vai se destrinchando na relação com as Prefeitura de Recife, Olinda e Paulista. Esta relação é mais comentada e discutida pelos membros da coordenação estadual que estabelecem esse diálogo ou enfretamento de forma mais contínua. O MTST não consegue estabelecer um diálogo com a Prefeitura de Paulista : *“até porque eles não tratam o movimento, eles não vê o movimento como um movimento de avanço, mas a gente tamo partindo pra cima”*. Em relação à Prefeitura de Olinda (PCdoB) a avaliação é

mais cautelosa (afinal está dentro do campo de alianças): *“ela diz que ficou um débito muito grande e não tem áreas para construção. Até se a gente quisesse ocupar é ruim”*. Apesar de um líder fazer um exame mais crítico: *“acho que a Secretaria de Habitação de Luciana não funciona...só recebe a gente quando a gente ocupa e cria aquela tensão toda, mas não há um elo de ligação que possa dar uma solução mais rápida”*.

Em relação à Recife, depois que o PT assume a prefeitura um dos líderes vai trabalhar na Secretaria de Orçamento Participativo, fazendo parte de uma comissão que negocia com as lideranças do movimento, tornando-se uma referência para o diálogo. Diálogo que nem sempre é amistoso. Apesar de ser a *“única prefeitura que o movimento é aceito com carinho”*, afirmam João Paulo *“anda fazendo umas besteirinhas”*. O movimento não poupa críticas à atuação da prefeitura de realizar reintegrações violentas e afirma que *“na pior das hipóteses deveria ter exonerado os causadores daquele fato em Guabiraba, por exemplo”*. E compreende que *“nas de direita, a gente vai pra cima, nas de esquerda também, mas tem o respeito político, com boa negociação”*. Mas nem sempre a negociação é tão boa para os sem-teto – tendo ocorrido mais de uma reintegração. É uma relação com contradições, avanços e recuos.

O movimento reivindica junto ao Poder Público, que neste momento está nas mãos de um dos seus principais aliados. Percebemos que esse fator parece funcionar como estímulo às ocupações, já que no ano da posse de João Paulo, o movimento organizou três ocupações. A prefeitura tem incorporado as ocupações como áreas de conflito que demandam moradia, dentro do planejamento global da secretaria de

planejamento, incluindo a construção de casas e distribuição de auxílio-aluguel (discurso de Luciana Azevedo, secretária-adjunta de Planejamento, Seminário 2001)

Entre as opiniões colhidas dos moradores sobre a relação com o PT, existe uma idéia de reciprocidade: *“eles ajuda a gente, a gente ajuda eles”* porque é reconhecido por alguns como o partido que *“pensa pelos pobres”*. Ou de um apoio : *“ajudam quando a gente precisa”*.

Em meio a essas articulações, também estão na rede de relações os sindicatos (por conta também da referência ao PT) e algumas igrejas. A relação com diversas igrejas está mais no nível da filantropia: *“as igrejas chegam pra distribuir alimentos, roupa”*. Mas também existe uma relação com a Igreja Católica que propõe um projeto mais concreto: *“O pessoal da Ilha de Malta já pediram que nós fizéssemos os projeto pra entregar pra eles. São padres.”* Essa relação se dá pela proximidade de um dos coordenadores com o MTC (Movimento de Trabalhadores Cristãos) - ligado à Igreja Católica. O MTC é o nome dado ao movimento que era conhecido como ACO, citado anteriormente, que tem suas raízes ligadas à Teologia da Libertação. E ainda existe a relação com a Igreja Anglicana referenciada pelo reverendo, que envolve apoio e doações também.

Pela definição dos aliados e trajetórias vamos traçando as redes de relação, que ora aparecem, ora estão submersas e que fazem parte também desse processo de formação da identidade do movimento. Essas referências articuladas com os objetivos, compreensão das suas lutas e relações com o Poder Público vão mostrar os caminhos traçados e seus matizes.

Na pergunta se referindo às causas da emergência do MTST, percebemos distinções na percepção do ambiente em que a ação ocorre. Algumas das lideranças

colocam que o movimento surge “*porque o governo do Estado não possui projeto de habitação*”. Então o movimento viria “*abrir a mente do governo para fazer uma política habitacional*”. Ou ainda surge porque “*a burguesia não olha para o povo pobre*”, mas também porque há uma diferença de classes (esse posicionamento não está inserido no debate do socialismo, mas na percepção de que existe uma ligação entre a má distribuição de renda e a falta de habitação). Mas adiante a mesma pessoa vai declarar que o movimento surge da necessidade que brota do povo buscando ajuda, “*o líder engrena essa necessidade do povo*” e a “*união do povo faz a coisa continuar*”. É esse grupo que busca “*fazer valer o direito dos excluídos, daqueles que não sabem seus direitos*”, forçando uma mudança na política habitacional.

Uma percepção generalizada entre as lideranças e os moradores é que existe “*muitos terrenos e tantas famílias na rua aí precisando*” - um discurso que se repete é que esses terrenos “abandonados” são vistos como sem utilidade, servindo para desova de cadáveres, estupro, roubos quando poderiam servir à moradia de uma grande população sem-teto. Um dos entrevistados usa o termo jurídico : “terrenos sem função social” para resumir a concepção.

O movimento também é colocado como surgido da sensibilização de alguém com a situação dos sem-teto, com um sentido do movimento que vem para ajudar as pessoas que não têm casa - poderíamos dizer que essa concepção esta próxima da idéia de messianismo apontada por Chauí (1994). Vale ressaltar que essa idéia de messias está presente na resposta que os moradores dão à pergunta: quem organizou a ocupação, o percentual de respostas que citam o nome das lideranças é de 25,4%.

Mas o objetivo do movimento é resumido por um dos entrevistados: “o carro chefe é a moradia”, este é o ponto central que unifica o discurso para fora. A

constatação do déficit habitacional e a luta pela moradia como uma necessidade para se pressionar o “governo” são os principais conteúdos do discurso do movimento - tanto para recrutar pessoas quanto para se mostrar à opinião pública.

Internamente, porém, aparecem duas concepções de Projeto que não se opõem, mas se diferenciam, num continuum que está muito relacionado com as experiências pessoais e interações das lideranças, partindo de uma visão mais totalizante até a luta mais específica.

Num extremo estão os que possuem uma percepção que a luta pelo teto é uma forma de trabalhar em busca do socialismo: “*o teto é uma bandeira para trabalhar politicamente rumo ao socialismo*”. As lideranças entendem que essa não é uma percepção compartilhada por todos, mas vão tentando disseminar a discussão nos momentos de reunião.

“A pergunta é: e depois da casa ? essa é uma pergunta que eu sempre boto dentro do movimento, nas ocupações e assembléias, nos encontros, nas palestras, eu mesmo percebo, não sei se é a mesma percepção dos outros companheiros(...) as pessoas que depois do movimento tem a garantia da casa, elas começam a se afastar da luta geral, e aí uma preocupação que tem que formar novas pessoas”.

Numa posição considerada, intermediária, está o discurso que o movimento tem que “*passar um pouco da experiência do que é mudar a questão social. Conseguir um teto, que é um dos objetivos, e também esclarecer a população, fortalecer também nossa ideologia política de esquerda*”. Lutar por uma casa, depois pelo partido porque “*se eles ajudam a gente, a gente tem que ajudar eles*”, dentro da concepção de reciprocidade na relação com o PT. Isso fica mais claro quando um deles afirma: “*Todos juntos a gente consegue mudar a sociedade. Pra melhor, né, todo mundo com emprego, até a gente um trabalhador chegar no poder, não sei se será do*

movimento ou de outro movimento”. Dentro de uma concepção que : *“não trabalha só em construir a casa...também em trazer cidadania(...) mais espírito de luta”*.

No outro extremo está o discurso da luta pelo teto, estritamente, como revela um coordenador local: *“botar o pessoal em moradia própria”*. Aqui se dá o debate entre os objetivos dos líderes e aqueles do “povo”. Doimo (1993:167) conclui que a noção de povo é re-elaborada pelos movimentos populares, contrapondo-se à visão tradicional dos profissionais da política. Em termos de códigos ético-políticos, o discurso se traduz pela idéia de cidadania, *“com forte carga integrativa e, no mais das vezes, corporativa”*. A noção de cidadania aparece em ambos os grupos, resgatando a moradia enquanto direito – na esfera do consumo.

Nessa linha mais instrumental, no “grupo extremo” há quem cite apenas a obtenção do teto em si (8 entre os 17 entrevistados das coordenações locais). Mas há também os que ampliam o discurso (parte da coordenação estadual e 9 entre os 17 das coordenações locais), permeado por uma idéia de habitação sendo compreendida dentro de uma concepção de reforma urbana que abrange condições de vida e habitabilidade - educação, lazer, emprego, saneamento. Não um teto qualquer, mas uma “moradia digna”. Como diz uma líder: *“a gente luta pelo, por uma vida melhor, né. Por escola, por educação, por moradia”*. Como complementa outra: *“teto, saúde, escola, trabalho(...) Aqui já tem planta com creche, quadra de vôlei, centro de atividades, área para canteiro de flores e verduras para vender”*. Nesse grupo, que é a maioria, fala-se na Reforma Urbana, em termos de uma mudança na política habitacional do governo. Um deles por ter tido mais contato com outros movimentos se refere ao Estatuto da Cidade. Por outro lado, um destes entrevistados tem aversão

aos políticos, dentre eles é o que tem menor experiência com outros movimentos ou ocupações, ele chega a afirmar que *“política não existe, o político só vem quando querem votos”*.

Existe um relativo consenso que o objetivo do movimento é aumentar em termos numéricos, mas com metas definidas: *“crescer para ser conhecido no mundo para o governador vê que a gente não tá para brincar”*. Assemelha-se à concepção de Lojikine (1981) de aumentar o volume da base social para ter mais força no embate com sistema. Essa idéia de crescimento coexiste com a defesa de dar uma parada, para se organizar e depois continuar as ocupações.

Na maioria está presente essa necessidade de luta depois de conseguir a casa – vista sob dois ângulos distintos. O primeiro parte da idéia da mudança social em direção ao socialismo, a luta pela habitação só se esgota quando não existirem mais sem-teto (novas ocupações). Dentro dessa perspectiva,

“o movimento se capacita para o confronto com a burguesia, nós vamos para o confronto com as elites e aí nossa preparação é no sentido de que a qualquer momento a gente pode criar novos focos de luta, porque a luta é muito dinâmica”.

O segundo porque existe uma necessidade da luta específica pelas condições de vida no futuro conjunto habitacional (que é a perspectiva almejada), através da associação de moradores. *“Temos um plano de cada um formar seu núcleo, e seguir sua comunidade, formando sua associação...pra quando sairmos pras casas continuar a luta lá”*

Nessas distinções que vão se construindo, existe também o discurso sobre os opositores. Para Gohn (1997), os adversários são os sujeitos que detém o poder sobre o bem demandado, não necessariamente antagônicos. E as relações são perpassadas pela negociação, barganha, troca. No caso do MTST, vale acrescentar que essa relação

também se dá pelo enfrentamento com a polícia. E pela competição por recursos, com o MUST e MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia).

O curioso é que dos dezessete, sete não vislumbraram opositores, nem inimigos, seguindo o que Kowarick (apud Doimo, 1993) chama de lógica consensual-solidarística, em pessoas dispostas à ação direta. Para quem defende o projeto socialista o opositor claro é a classe dominante ou elite, que aparece em outros discursos não tão socialistas. Este discurso é permeado pela noção de desigualdade social: *“essa questão política é diferente em relação aos mais pobres e mais ricos, tem uma diferenciação de classes”*. A burguesia que se incomoda com favelas, ocupações, que tem terrenos para especulação. Terrenos que não tinham utilidade ou *“tanta terra que a gente vê aí devoluta sem nenhum fim social. Mas quando a gente ocupa, eles são grandes opositores”*. Esse discurso das terras ociosas é repassado nas assembleias e sobretudo na convocação à organização. Os coordenadores locais e moradores reconstróem e repetem esse discurso.

Entra também o papel do governo como opositor na medida em que *“tá omissos em relação à população de baixa renda”* e *“não tem um projeto de habitação”*. O governo é apontado como opositor por oito entre os 17 coordenadores locais e pela coordenação estadual. Governo de uma forma geral, mas em alguns casos (3) o governo do estado e a polícia, e em outros o governo federal (2) - nesse caso junto com a política neoliberal e o FMI. Neste sentido, fica a ambigüidade entre adversários e aliados e os governos de esquerda, as relações são contraditórias – de diálogo e de confrontos. Como já delineamos na relação com o PT.

O PFL também é citado como representante de uma *“direita reacionária”*. Também a CEF é um opositor na medida em que as ocupações são *“um prejuízo”*,

atrapalham seus projetos habitacionais (Lurdes). Uma parte da sociedade que critica o movimento também está no rol. Mas não podemos afirmar que exista uma linearidade entre a visão de opositores e a visão do projeto político do movimento.

O inimigo mais visível, o batalhão de choque, é citado apenas por uma das entrevistadas. Mas muito comentado entre os moradores. A concepção traduzida por um grito de guerra: “Queremos teto e pão, polícia é pra ladrão.” Se a luta é concebida como justa como se explicar a represália da polícia ? Então “dá revolta”. Essa relação com a polícia pode ser analisada como oposição, mas também no sentido de um conflito que gera mais coesão.

*“A gente vive num país muito injusto, essa justiça só serve para punir os pobres, os que não têm defesa (...) Em Tabajara eu só fui detido e agredido moralmente, em Conceição entramos no Caburão na porrada. Acho que a gente tem uma polícia despreparada para o confronto de idéias, eles perdem totalmente o controle, a gente dói, agredido moral e fisicamente. É muito traumático. **Eles são capazes de ir pra frente da delegacia pra soltar a gente, a gentes somos a referência deles, nesse sentido a gente se une muito**”.*

*“que revolta, revolta...me dá mais vontade de ocupar e ganhar, dá mais vontade ainda (...) se confia mais no movimento, o povo vê que na hora do cassete a coordenação todinha bota a cara, né, pra que um companheiro venha levar tapa a gente apanha primeiro, a gente não deixa ninguém tocar no povo, só toca no povo mesmo depois que prende a gente. **Uns reconhece aí se junta com a gente pra lutar**, e outros muitos corre vão embora, mas os que corre é aqueles que tem casa própria, que tão aventurando, né...só fica mesmo quem precisa e o que precisa tem mais força pra lutar”*

O processo de resistência na relação com a polícia vem a reforçar a hipótese de Melucci utilizada por nós de que o conflito reforça a solidariedade e garante a identidade. Nesse conflito a posição estratégica da imprensa é fundamental. Aqui ela se torna um aliado contra a pancadaria e a morte.

O Judiciário também é visto como inimigo, na medida em que “não está sob o poder da classe trabalhadora”, mesmo considerando as mudanças.

“Porque antigamente vinha a reintegração de posse e a gente não sabia, o pepino estourava. Hoje em dia quando a gente ocupa o Juiz nos convida pra conversar e pra poder mandar a reintegração de posse”.

A idéia de opositores está perpassada por pessoas/instituições que disputam os mesmos recursos, no conflito interno entre os movimentos pela moradia. Assim, também o MUST e o MNLM são opositores porque *“tamos avançando. Nós tínhamos poucas ocupações, agora temos 20 e poucas ocupações, pessoas já assentadas, acompanhamos outras áreas de risco, tudo isso a gente trabalha, eles não têm coragem de fazer isso”.*

Esse traço identitário é interessante como o movimento vai construindo uma auto-imagem muito positiva. Às vezes com dados aumentados em relação à realidade - apresentaram 9 ocupações na RMR, 3 no interior e 7 articulações com assentados, que chegava a 19, mas a maioria coloca que o movimento possui mais de 20 ocupações. Percebemos como um traço que mostra que o movimento quer demonstrar força. Além disso, se vê com poder de barganha em relação ao Poder Público, a despeito das reintegrações de posse. Resgatando sempre que o movimento surge de uma vitória no judiciário (prédio do INSS) e de uma reintegração violenta com repercussões negativas para o governo do estado que vão marcar a sua história enquanto traço de construção de uma auto-imagem positiva. Positiva porque, depois disso, o Movimento é chamado antes de haver as reintegrações para negociações com juízes. E ainda, porque o governo do estado depois do incidente inicia as negociações para as construções das casas que devem sair no final deste ano.

*“As 450 famílias do Movimento Urbano dos Sem Teto (Must) acampadas no terreno da Compesa, no Engenho Maranguape, em Paulista, **ganharam o direito de ficar na área por, no mínimo, mais 20 dias.** O anúncio foi feito ontem por representantes do Governo do Estado durante uma reunião com líderes do movimento, na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Durante esse período, o*

Governo deverá realizar vistoria na área invadida e em outros terrenos pertencentes ao Estado para conceder o direito de uso do terreno aos sem-teto. (JC, 29/12/1999) (...)

Com essa visão positiva do movimento, as lideranças colocam que o movimento vem para conscientizar – o povo sem-teto, a sociedade em geral e o governo, em particular. Neste ponto, também se coloca a relação entre lideranças e “povo”. As lideranças vão iluminar a mente de sua “base”. Inserem-se também nessa questão os direitos, o direito à cidadania, como direito à habitação, como direito constitucional com o objetivo de “mostrar que o Brasil é um país democrático, hoje em dia é só de boca”. Aqui uma análise de que essa população “mobilizada” percebe a contradição existente no país entre discurso e prática. E querem fazer os seus direitos acontecerem porque perceberam que mesmo *“se trabalhar 200 anos não consegue ter uma casa”*. A percepção de que não existe a adequação entre salário e o preço da moradia.

A proposta colocada pelas lideranças vai no sentido de uma *“mudança política mesmo”*, através da política habitacional e de *“conscientizar o governo e a população”* unido a outros movimentos populares, como exige a globalização (concepção fortalecida depois da participação Congresso Latino Americano dos Movimentos por Moradia). Partindo de uma idéia: *“o político só faz alguma coisa pelo povo quando o povo vai às ruas”*, daí a necessidade de *“conscientizar ele e a sociedade”*. Tornando pública a realidade dos sem-teto, a *“cidade ilegal”* sai do anonimato. Porque segundo a visão dentro do movimento *“a luta é justa”*, existe uma necessidade, mas não é fácil, exige perseverança (a idéia da resistência) . Mas eles próprios se perguntam : como é que o pobre vai se organizar se não tem emprego. Mas *“o povo”*, refletido nas opiniões dos questionários vêem que a participação do movimento mudou sua vida, não só em

termos utilitaristas (livre do aluguel), mas também se tornou mais solidário e passou a ter mais coragem para lutar e consciência da realidade dos sem-teto

A diferenciação na visão de Projeto se dá pela diferente percepção que os atores possuem do ambiente da ação e das relações sociais. Esta, por sua vez é influenciada pela sua experiência (intelectual e prática política). Nas entrelinhas está a afirmação de que a experiência dá a chave do conhecimento. A experiência dá o tom da verdade, da autoridade (autoria) e fornece elementos para construir a concepção. As pessoas que fazem um discurso mais elaborado sobre as leis, o déficit e a política habitacional ou que fazem referência ao neoliberalismo (tem maior participação em outros movimentos, no Congresso Internacional ou do MST). As que fazem referência ao socialismo tem uma trajetória política ligada ao MEP, ao MST. Os que falam de ideologia de esquerda estão muito envolvidos na militância política no PT e partidos de esquerda. É essa diferenciada trajetória que vai trazendo os discursos e a percepção das metas e do ambiente da ação de forma um tanto quanto distinta. Nesse caleidoscópio existe a luta pela moradia como ponto central e elo de ligação entre as partes. Junto a esse elo está a percepção da carência habitacional e da necessidade do conflito como forma de denunciar e mudar a situação.

No arcabouço dessa luta pela moradia os sem-teto têm uma orientação comum: *“A orientação que a gente passa é a resistência”* Essa é a tradução do pensamento geral do movimento que já está na principal palavra de ordem: ocupar, resistir e construir. Que também está presente nas palavras de ordem, nos cantos e nas orações: *“Uau, uau, uau, se vier vai levar pau”* e *“Daqui não saio, daqui ninguém me tira, aonde é que eu vou morar. Se derruba meu barraco é de lascar, e ainda mais com sete*

filhos onde é que vou morar (...) Existindo uma preocupação com a participação de todos: *A gente faz questão que as pessoas cantem*”.

Também nesse sentido a palavra de ordem mais usada é: *“MTST está luta é pra valer”*. Nesse aspecto, concepções políticas se confundem com estratégias de ação. O que articula o projeto político com as estratégias é esse reconhecimento da legitimidade da luta e da necessidade da resistência - daí se delineia o discurso de recrutamento e permanência, de reconhecimento mútuo e coesão. Exclusão e resistência são categorias levantadas por Gohn (1997) e Scherer-Warren (1984) como características dos movimentos populares na América Latina.

4.2.3 Identidade enquanto estratégias interativas: ocupar, resistir e construir

A identidade a partir da dimensão da ação vai se delineando como mecanismo de orientação, para dar direção e forma à ação futura (Mische,1997:7) - no sentido de selecionar as formas de mobilização, segundo os projetos emergentes e as interações (na relação com o Estado, com a polícia, com o judiciário), selecionar as formas de resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação - por onde vai, como age. Embora os rumos estejam estruturados pela condição social e as instituições sociais e políticas, existe uma margem para a criatividade, bem como experimentação de projetos e identidades pré-concebidas (MST e PT) (ibid). Desta forma: a idéia central de ocupar, resistir e construir resume e articula metas e estratégias.

A *“Ocupação não é a única saída, mas é a esperança”*. Desta forma a ocupação sendo a principal estratégia é posta também a partir da concepção de *“esperança para quem não tem condições, estão nas ruas, na casa de parentes, chateadas e têm muitas razões, motivos para ficar amigo do movimento”*. Na visão dos seus integrantes *“quem ganha um salário mínimo pode trabalhar 200 anos e não*

compra uma casa". É interessante como essa percepção da "Esperança" permeia também o discurso dos moradores com a percepção de mudanças na sua vida trazidas pelo movimento. Mesmo vivendo sem condições de infra-estrutura básica, as pessoas preferem estar no que elas denominam como seu (como analisamos na motivação). A forma de mobilizar os recursos para a ocupação já foi referenciada.

Como já vimos, existem dois tipos de ocupação: as ocupações organizadas pelo movimento e as ocupações organizadas pela população local (vide referência no recrutamento). Dentre as ocupações estudadas, as realizadas pelo movimento foram: Casarão da Iputinga, Rio Doce, Fundão e Campo Grande. As ocupações locais foram: Nobre, ex-Caic, Lagoa da Conquista e Terra Nossa. Dentre estas, o Casarão da Iputinga teve um processo diferenciado porque é a ocupação fruto dos remanescentes do prédio do INSS, contando com não mais que 40 famílias. A ocupação de Rio Doce, na época das entrevistas congregava remanescentes da ocupação de Jardim Frágoso. Vale resgatar também, que o movimento organizou várias ocupações durante esse período de existência entre janeiro de 2000 e outubro de 2001. As que sofreram reintegração de posse antes do início da pesquisa, estão excluídas e numa delas, na do Coliseu (no Residencial Boa Viagem) os moradores estão recebendo um auxílio-aluguel da Prefeitura, enquanto aguardam as casas.

O aparecimento de ocupações que chamam o movimento para organizar vai se revelando ao longo da trajetória do movimento, reforçado pelas vitórias e pela cobertura da imprensa. A imprensa aparece como potencializadora da existência de novas ocupações, na medida em que as divulga, o que também é uma estratégia do movimento, inclusive condicionada pelos objetivos de conscientização analisados

(conscientizar a sociedade, de uma forma geral, e as pessoas sem-teto e o Estado, particularmente):

“cada ocupação que a gente faz é televisionada(...) então o povo passou a ter mais credibilidade, mais consciência de que o povo em si ele merece respeito, ele tem que lutar, porque se ele não lutar ele não vai ganhar nada.”
“Sempre que a gente vai fazer uma ocupação a gente avisa a imprensa”

Essa divulgação estratégica se torna importante como forma de expor para a sociedade e o governo os objetivos e forma de ação do movimento, envolvidos pelas motivações individuais:

“toda sociedade toma conhecimento e vê a maneira que a gente se organiza certo, não só aqueles ocupantes daquela área, mas pra mostrar para o governo que a gente tá querendo ajudar. (...) dando nossa contribuição ao país; pra melhoria de vida dessas pessoas.” *“é o único jeito da gente mostrar pra o povo o objetivo da gente.”*

Entretanto, a imprensa também é analisada como sendo instrumento da classe dominante, que divulga apenas os momentos de violência em detrimento do trabalho do movimento:

“temos interesse que seja divulgado o trabalho. Inclusive a imprensa burguesa só dá visibilidade no ato que a gente ocupa, eles nos chama de invasores, e eu disse outro dia que os invasores são os holandeses e os portugueses. Então dificilmente a imprensa mostra o dia-a-dia da nossa ocupação(...) só interessa quando é confronto, caminhada, pau com a policia, quando morre, é preso”.

Assim, vão aparecendo as novas “ocupações” espontâneas. Em parte, fruto dessa organização, divulgada pelos meios de comunicação, refletindo o argumento anterior de conseqüências não planejadas da ação. Além disso, o argumento para a existência de tantas ocupações é a “grande necessidade do povo” e que “as pessoas vinham instaurando a necessidade de ocupar, foram chamando e a gente foi acompanhando. E aí o povo vai obtendo vitórias e aí vai refletindo”.

Mas o sentimento geral passa pela idéia de que :*“Toda vez que a gente ocupa eu sonho que aquilo seja realizado.”* A resistência vem justamente dessa esperança.

Esperança que interage com momentos de conflito: *“resistência de predadores, bandidos, vizinhos e o preconceito, resistência da chuva, do sol, lixo, da polícia”*. Essa resistência construída após o confronto, sobretudo com a polícia cria também o sentido de coesão e solidariedade que é a fonte da permanência.

A resistência tem suas origens na ocupação do Engenho Maranguape onde boa parte das famílias resistiu e reocupou o terreno depois da reintegração violenta. A resistência também aparece como a forma de obter os ganhos: *“têm os fujão, mas na sua grande maioria o pessoal entende que na persistência é que ganha, é que conquista”*. Nesse contexto, a resistência se apresenta como a forma de representação da solidariedade e coesão. Representação esta que tem origem nas primeiras ocupações e vai sendo continuamente re-construída nos momentos de interação – com maior ou menor grau de conflito.

JC 25.12.1999 “A reocupação aconteceu no final da tarde da última quinta-feira (23), poucas horas depois do término de um tumultuado conflito envolvendo sem-teto e cerca de 250 policiais militares. Até a manhã de hoje, a previsão dos líderes do movimento é de que cerca de cem barracos estejam reerguidos.

Os exemplos dessa orientação de resistência estão nas diversas relações com governos, polícia e judiciário. Sobretudo a relação com o Governo do Estado é vista como uma queda de braço: *“só ganha na luta”*. Mas uma queda de braço que o governo tem cedido ao movimento, depois de tantas agressões: *“hoje tem um certo respeito, não tinha projeto de habitação a gente tá forçando a construir...movimento junto com o povo”*. O grito de guerra pode traduzir como o governo é focalizado: *“Ô Jarbas, seu jabuti, ande depressa que os sem-teto vem aí.”*

Outro fator importante nessa resistência é a interação com o Poder Judiciário. Desde o primeiro momento em que o juiz deu ganho de causa aos sem-teto no prédio do INSS criou-se um clima de possibilidades nessa relação com o Judiciário. Assim, a

atividade dos advogados, sobretudo da advogada Maria José, potencializou a resistência – sobretudo na elaboração de táticas na relação com o poder judiciário.

Alguns líderes defendem que nem todo o poder judiciário “*está a serviço da elite*”.

JC 25.12.1999 “Na próxima segunda-feira, a advogada do Must, Maria José do Amaral, vai entrar com ações na Justiça contra o Estado por danos morais e materiais, crimes de tortura e preconceito, além de abuso de poder por parte do oficial de Justiça Antônio José Rodrigues da Silva. O Must acusa o oficial de ter incitado os PMs a retirarem os sem-teto à força”.

A relação com o judiciário aponta ganhos, mas não sem a mediação de estratégias de mobilização e negociação, como forma de pressão. Na prática, alguns pedidos de reintegrações chegam com antecedência e outros não. Quando é marcada alguma audiência os moradores de uma ocupação eles vão, em passeata, para tentar pressionar e sensibilizar o juiz: “*Senhor juiz, tamos chegando, libere a terra e tenha um bom final de ano.*” Essas audiências algumas vezes envolvem também prefeitura e governo do estado na tentativa de uma negociação para construção das casas. Sobretudo nos casos das ocupações do Ibura que a Prefeitura mostrou interesse em comprar o terreno.

Mas, é na relação com a polícia que confirmamos a hipótese de que a relação de conflito reforça a solidariedade e garante a identidade. Por ser a interação mais violenta, de certa forma, determina quem resiste à luta. “*Alguns ficam mais estimulados, outros não, abandonam a luta*”. E quem resiste é quem precisa porque “*os que mais corre é aqueles que tem casa própria*”.

Nessa interação a imprensa é uma aliada em potencial quando intimida a violência policial: “*ela tem tido um papel importante, porque muitas desgraças não aconteceram com a gente porque ela tem intimidado*”.

Dentro da trilogia do movimento, o “Construir” é traduzido como: “*o processo de negociação até partimos para cima dos governantes pra fazer com que a coisa*

aconteça”. Essa relação, bem como a relação com as prefeituras, que estão no mesmo lugar de poder, é pautada por estratégias submersas e públicas. O movimento procura marcar reuniões de negociação, mas nem sempre elas acontecem ou mesmo não decidem a contento. Não funcionando esta tática, dá-se o confronto: (“*todo relacionamento do movimento, seja com governo do estado, seja com prefeitura não é boa não. A gente só ganha qualquer coisa quando a gente ameaça ele e bota o povo na rua.*”) Essas interações com prefeituras e governo sofrem influência da relação com o PT e partidos de esquerda – em termos de apoio dos deputados mediando negociações e relação de diálogo e conflitos com as Prefeituras de Olinda e Recife, como analisado anteriormente. Nesse aspecto, projeto e estratégias se imbricam na construção da identidade do movimento – dividido entre a relação com o partido e a sua autonomia política. Tentando se espelhar no MST:

“O grande comandante Che dizia que na luta você tem o momento para recuar, dá um passo atrás para dois na frente. Então a organização que não tem sua estratégia e suas táticas, não vai chegar a lugar nenhum, certo ?um momento você tem que flexibilizar...os companheiros do MST tem experiência própria.

Outra concepção direcionadora das ações do movimento é a concepção de democracia, Em relação aos governos tem uma raiz no discurso de participação:

“eu acho que a decisão, né...vendo a forma de participação do pessoal. O governo eles são muito ditadores, não participam, não cria, só esmagam, não escutam ninguém.(...) Eu acho que isso seria muito importante, acho que melhoraria o emprego, o salário, com educação e saúde. Se esses cara escutassem, aí seria muito mais participativo, o povo seria mais feliz”

Coerente com esse discurso o movimento traçou como meta eleger delegados ao Orçamento Participativo, colocando a questão da habitação.

A participação é baseada na matriz organizativa tendo por princípio a democracia direta, cristalizadas nas assembleias, código ético-político fruto da

influência que o movimento popular toma da Igreja Católica, segundo Doimo (1993: 145). Essas orientações que pregam uma maior participação encontram um maior eco na população, sobretudo quando aliadas a discursos e táticas eloqüentes e contagiantes que focalizam o problema de moradia que as pessoas estão vivenciando. As práticas de assembléia por serem fruto de valores propalados pela esquerda européia, tornaram-se “paradigmáticas” – “patamar comum para a convivência militante, ainda que raramente ocorra alguém a questioná-la mais a fundo”(ibid: 146). Dependendo da condução, podem se prestar à manipulação e legitimação de líderes carismáticos. A esse respeito não podemos afirmar concretamente porque não observamos as assembléias sistematicamente. O que percebemos é que existe uma referência centrada na liderança local. Em cada ocupação uma ou mais pessoas são as referências por terem iniciado o processo da ocupação ou se tornado membros da coordenação local. A outra referência vai sendo criada em torno do movimento vai se centrando na figura de Marco Cosmo por ele sempre falar à imprensa, como uma forma estratégica de “criar” essa referência. Essa é uma raiz com bases no personalismo que vai ter conseqüências na identidade do movimento. Neste aspecto, o movimento não foge a regra dos movimentos populares, sobretudo de Recife.

Com base em tais práticas vai se construindo o processo de reconhecimento, motivação e permanência das pessoas na “luta pela moradia”, como disse um dos entrevistados : “uma luta justa”.

Essa concepção de participação molda os padrões organizativos e os processos de tomada de decisões. Desde o início, na diferenciação com o MUST é citado que ele *“é um grupo fechado, não se cria novas lideranças. Nossa coordenação é mais aberta. Por isso que nós trabalhamos junto com o MST e temos sempre cursos de formação*

para coordenadores.” A estrutura é formada por uma coordenação estadual com 5 representantes e comissões ou coordenações locais, com número variável de integrantes, entre três e seis. É importante observar que não existe uma articulação nacional entre os “movimentos dos sem-teto” – mesmo o movimento tendo participado de um encontro latino-americano de movimentos pela moradia. Considerando também que existem outros MTST’s pelo Brasil afora – com certeza no Rio de Janeiro e Campinas. O movimento não tem sede própria e utiliza o escritório dos deputados para realizar reuniões e articulações. A obtenção de uma sede, bem como o estatuto e outros materiais que melhorem a organização aparecem nas entrevistas como desejo almejado.

A existência das comissões locais torna possível a articulação entre as diversas ocupações. Essa é a primeira providência depois de realizada as ocupações, mesmo naquelas que não foram realizadas pelo movimento. Existem duas formas básicas de ingresso nessas coordenações ou comissões locais. A primeira, pela indicação da coordenação estadual, a partir de observação de comportamento nas reuniões e estabelecimento de relação de confiança entre ambos. A segunda forma é as pessoas se colocarem à disposição pela vontade de fazer parte da coordenação – isto é mais comum entre as mulheres, tendo três exemplos, entre os dezessete entrevistados. Em ambas as hipóteses, é necessária a aprovação da assembléia, como forma de legitimar, quando isso não acontece surgem conflitos internos.

A diferenciação entre a Coordenação Estadual e as locais se dá a partir da concepção de que *“a coordenação estadual pensa a linha política em sintonia com as coordenações locais. Ela articula com a Prefeitura, Judiciário, marcando reunião, pensa o macro. Tanto tem importância o coordenador local quanto o estadual”* e as

coordenações locais são autônomas para “*resolver questões do dia-a-dia daquela ocupação*”. E as lideranças locais são acionadas quando existe uma ocupação, reintegração ou mesmo uma passeata em outro local.

Uma contradição posta é que “*a coordenação local não tem noção de tudo. Só quando participa de reunião. Eles sempre faz questão que diga como é que tá, se tem alguém doente, se(...) repudia a alguém que crie problema ou solidariedade a alguém. Algum sindicalista que nos ajuda (...) leva tudo isso em conta*”.

Na tentativa de minimizar esse problema existiam reuniões entre coordenações a estadual e as locais, todas semanas, num local, dia e hora fixos. Onde havia troca de informações, definições de estratégias e ações, tomadas de decisão em conjunto, bem como discussões sobre conflitos locais e brigas internas na tentativa de dirimi-los. Junto a isso, existia a visita dos coordenadores estaduais às ocupações e o repasse de informações nas assembléias:

“quando a gente tem assembléia. Ai a gente (Coordenação Estadual) vai e repassa tudo que tá havendo nas outras ocupações. No caso, a Coordenação Estadual que repassa porque tem noção de tudo”.

As assembléias são os palcos para esse repasse de informações e tomadas de decisão conjuntamente. Sua frequência varia de acordo com a existência de fatos novos e necessidades de mobilizações. Para ocorrerem as assembléias, em geral, existe uma articulação e organização prévias, muitas vezes com a ajuda da Coordenação Estadual. Algumas vezes, estas são momentos de divulgação de informações ou de ratificar e legitimar uma decisão da coordenação. A coordenação estadual é chamada também para dirimir conflitos internos, isto era feito em reuniões específicas procurando ir para a assembléia com o discurso afiado – mas nem sempre isso era

possível. Por exemplo, no momento da cisão as assembléias e reuniões eram palcos de acusações mútuas.

Podemos perceber que, tanto no processo de ocupação, quanto de resistência, não aparece a necessidade de recursos financeiros como fonte central para o surgimento do movimento, mas de lideranças dispostas e a união das pessoas – e, principalmente, o reconhecimento coletivo dessa necessidade e da possibilidade da mudança. *“Mas o povo quando quer vão lá se reúne e faz, o movimento funciona mais com a força do povo.”* E as lideranças aparecem como articuladoras que tentam gerar um princípio de coesão pelo discurso, pelo questionamento e pela forma como as temáticas são inseridas nos debates procurando difundir suas concepções.

Os recursos financeiros aparecem como a busca de forma de auto-sustentação, tendo como referência o MST, como forma de dar mais autonomia ao movimento, sobretudo em relação aos gabinetes dos deputados. Ou como forma de obtenção de instrumentos para melhorar a articulação, como vídeos, fotos para repassar as informações entre as ocupações e registrar a história do movimento. Algumas lideranças falam de dinheiro para custeio do seu deslocamento que poderia potencializar ainda mais a organização e participação delas nos eventos, reuniões. Também aparece uma concepção de recursos que poderiam vir do governo: *“é que o governo viesse dá uma atenção às nossas crianças, porque tem criança que perde ano (...) não só o governo estadual, mas o municipal”*. O que existe como forma de resolver o problema é a realização de cotas e bingos entre os próprios moradores que custeiam ônibus ou passagens para as manifestações. Como também doações articuladas pela rede de relações institucionais : partidos (PT e PCdoB), sindicatos, igrejas, sobretudo.

Mas também vemos que algumas lideranças (minorias) colocam o problema da existência de pessoas que já possuem casas, na ocupação. Tentam filtrar pelo recadastramento constante e deixam esse filtro, em última instância, pelo cadastro do IPTU da Prefeitura. Na preocupação em recadastrar constantemente essas pessoas e um dos critérios é a permanência na ocupação - estar morando. Na nossa parca observação percebemos alguns casos isolados de pessoas que permaneciam cadastradas mesmo sem estar morando - casos de problemas na família que faziam se mudarem temporariamente ou mesmo relações estreitas com as lideranças (uma espécie de clientela?). Para os líderes, aquelas pessoas que não estão lá, possuem casas de parentes ou amigos, ou até preferem pagar aluguéis porque cansaram de sofrer ali ou porque têm medo da violência existente. As que permanecem seriam as que não têm realmente para onde ir.

Os dados do questionário apontam que 18,6% tiveram ou têm casa, 77,4% nunca tiveram, sendo 4% o percentual dos que não responderam. É evidente que esse dado pode ser enviesado pela mentira e também porque os que possuem casa poderiam não estar na ocupação durante as entrevistas. Como nossa amostra foi relativamente grande em relação ao tamanho da população cadastrada pelo movimento (354 famílias de um universo de 3058) então, os números mostram que essa possibilidade existe, mas pode ser minimizada. O que podemos afirmar é que as pessoas que de fato moram nas ocupações passam por tamanhas privações que um “grande especulador” não passaria.

O cadastramento dos moradores define quem vai obter as casas. Na medida em que é controlado pelas lideranças também estabelece uma relação de poder e controle social. Regulando e acabando por ser um incentivo à participação nas passeatas e

assembléias. O discurso das lideranças vai no sentido de convencer as pessoas da importância da participação na luta pela casa. Vimos que o percentual das pessoas que dizem ter participado de alguma reunião ou passeata é de 93,8%. Mas a participação em assembléias é bem maior, 87,6%, em contrapartida com 54,4% nas passeatas, sendo 4% se diz ter participado de todas. Considerando que a ocupação do Casarão não tem feito mobilizações e ela representa 1,4% da nossa amostra, 2,3% afirmaram que não existiam atividades em grupo na ocupação. Percebemos que as pessoas apontam como motivos para participar nas assembléias a necessidade e vontade de obter informações sobre as negociações e o andamento da construção das casas – sua preocupação inicial. A busca de informações pode ser analisada como uma forma de estar atento ao bem demandado (utilitarismo) ou como um meio de estar mais próximo das decisões do movimento, sentir-se parte. Aparece a idéia da assembléia como palco para “conversar o que vai fazer” e “saber coisas de outros lugares” porque “na realidade é um movimento, aí a gente fica sabendo coisas daqui e de outros lugares”.

A cada reunião com o Poder Público ou novidade faz-se uma assembléia para fazer o repasse. Algumas famílias têm a preocupação de mandar alguma representante da casa para saber as informações diretamente: “eu prefiro ouvir do líder, não a conversa dos outros”. Como também a participação nos eventos anima porque “a líder diz coisa que anima, dá esperança”. Uma parcela se sente na obrigação de participar de assembléias e passeatas, seja porque “*estamos aqui temos que participar*” ou ainda “*porque a direção disse que tem que participar... prova de que está interessado*”.

Em relação às passeatas, especificamente, existe a compreensão de que ela é uma forma de pressão: “*se ficar parado o governo não faz nada*”. Uma forma de luta para se conseguir as casas. Que vai tomando um significado mais político quando eles

percebem o governo e os ricos como inimigos. Ou mais imediato quando só percebem a polícia como opositor. Então a passeata se faz para *“os homi saber que a gente que a gente precisa”* na perspectiva de quem *“tem que tentar”*. A casa é o ideal perseguido por todos ali e a participação está inserida nessa *“luta para conseguir minha casa”*. Tendo 92,% declarado saber da existência das passeatas, 59,5% declaram ter participado delas. Um bom número em tempos de crises de mobilização dos movimentos. Precisáramos de um debruçar maior para perceber as nuances dessa participação.

E os motivos que as fazem permanecem ali se desdobram na necessidade, esperança e perseverança. A necessidade também é vista como falta de opções e proveito da situação: *“aqui não pago água, luz e aluguel, sobra dinheiro pra outras coisas”*. A idéia de cidadania aparece como objetivo do movimento, na *“luta pelos direitos de cada pessoa”* porque é a partir do movimento que *“as pessoas toma coragem pra lutar. Lutar por casa, educação, escola e saúde”*. Mudança definida por 10,2% das pessoas questionadas. Entre a percepção de mudança existe quem afirme ter aprendido coisas novas (9,6%) e 3,7% declaram que começaram a ver a realidade.

Dentro da formação dessa identidade outro aspecto que também relaciona concepções e ação é o aprendizado. Divide-se em duas perspectivas: a formação na ação e o apoio do MST.

“A formação que a gente tem é em assembléia mesmo”

“ Por isso que nós trabalhamos junto com o MST e temos sempre cursos de formação para coordenadores.”

Os gritos de guerra também aparecem como uma tática para incutir as idéias de políticas de forma simples e compreensível:

“Eles entendem muito bem porque é a realidade que ele vê aí. E aí a gente fala da política nacional, estadual e municipal. A gente fala dessa guerra

ai do Oriente Médio, George Bush tá fazendo aí com o pessoal(...) o povo do Oriente já vem sofrendo muito.

Mesmo não tendo presenciado nenhum curso específico para formação política organizado pelo MTST. A preocupação com uma melhoria nesse aspecto é mais uma preocupação latente, no sentido de reforçar os ideais do projeto político (entre elas as ligações com o PT) nas suas diferentes dimensões.

“fizemos uma auto-crítica quanto a organização, nossa luta não pode cair na perspectiva de conseguir a casa pela casa, se nós canalizarmos nossa energia para o que a gente pensa que é a construção desse novo Brasil, que é o socialismo (...) não adianta lutar, lutar e depois de uma vitória perguntar por povo quem os oprime e os sem-teto não souberem de nada. E quando você vê os sem-teto votando em Inocêncio, Marco Maciel você vê que a coisa ainda não está bastante avançada.” (Marco)

A discussão está presente nos projetos para um futuro próximo. Entretanto, na prática, a formação política se caracteriza mais pela inserção das pessoas nas atividades cotidianas - reuniões, assembléias, passeatas, ocupações. Inclusive se fala que o programa viria do “conjunto da luta”: *“O movimento quer dar uma parada para se organizar, mas o povo vai lá pedindo ajuda e o movimento não pode dar as costas”*. Parece com a idéia de “formação na ação” postulado pela linha da Teologia da Libertação. Reconhecendo-se como um movimento novo que ainda tem muita coisa para ser aperfeiçoada. Fica a pergunta para uma pesquisa posterior: para onde vai o movimento ? ou os movimentos ? Como bem coloca Santos: *“e depois da casa ?”*

Outro fator a ser analisado, mas que não é generalizado é o caso da ocupação do Casarão da Iputinga. Ali se reflete bem a fusão de projetos pessoais e coletivos. É a primeira ocupação – remanescente do INSS – e até hoje não se tem uma perspectiva exata de quando vão fazer as casas. A ocupação encontra-se quase afastada das ações do movimento – reuniões, passeatas, negociações -, em parte pelo afastamento das

lideranças locais por motivos pessoais que não foram revelados e pela possibilidade de construção das casas pelo Tribunal.

Outro exemplo dessa fusão está na particularidade de articulações que se estabelecem em cada ocupação. Por exemplo, no Nobre, a partir de relações pessoais existe uma articulação com ONG's que fazem um trabalho de parceria em atividades com as mulheres. Como consequência da organização dos moradores existe grupo de dança e de teatro, distribuição de cestas básicas, curso primeiro emprego, carteira de motorista – estes três últimos frutos da pressão junto à Secretária de Planejamento do Estado. Na Lagoa da Conquista existem articulações com a Coordenadoria da Mulher (Prefeitura de Recife) devido à trajetória da líder que teve início no movimento de mulheres. E ainda, a tentativa de organização de uma creche na ocupação.

Percebemos que, de uma forma geral, não existe um projeto formalizado, e as concepções vão se construindo no processo das ocupações e conflitos. Como diz uma liderança: *“a gente segue o movimento(...) nós não temos um programa porque vem do conjunto da luta. (...) O povo precisando de moradia, um teto, sem nenhum projeto, nada, as pessoas procurando o movimento, a cada dia que passa mais e mais”*. A intencionalidade das ocupações é clara. Existe também uma preocupação com uma construção mais consistente que é atropelada pela dinâmica das ocupações e talvez uma intencionalidade (submersa) de não se ter mesmo. Ou talvez, uma não compreensão que seja necessário por isso não é estabelecido como prioridade. Aqui já são conjecturas nossas porque o discurso das lideranças revela uma preocupação com a organicidade, que não corresponde à atitude de fato.

Ao mesmo tempo, um dos princípios de coesão é baseado na delegação à liderança e uma espécie de confiança e de dependência (seria a chamada democracia

delegativa), que pode explicar fluxos e refluxos do movimento. As lideranças pela própria experiência e compreensão mais ampla do projeto político ajuda o grupo a pensar e fazer seu caminho. Quando as lideranças questionam práticas e colocam temas para o debate vão inserindo a sua concepção de projeto com o objetivo de torná-lo hegemônico. Conseqüentemente, as relações acabam passando muito mais pela mediação pessoal das lideranças com a comunidade.

Além disso, aparece a idéia de conflitos internos se sobrepondo à solidariedade: *“a falta de união do próprio povo sem a coordenação, o respeito, muitas vezes não respeitam, certo. E entre os coordenadores também a união porque as vezes há individualidade entre cada um quando vem saber das coisas já fez e você tem que aplaudir ou então criticar, mas depois. Acho que tudo tem que ter muita união, consciência de tudo que vai fazer”*. Esse talvez seja um dos maiores problemas políticos apontados, desde o início: os interesses individuais em detrimento da construção coletiva do movimento. Aparece como questão fundamental nos dois processos de cisão. Nesse sentido, se revela a importância da fusão de projetos pessoais e coletivos (identificação), dentro de uma realidade concreta, concretizada na elaboração de padrões de liderança e concepções de movimento. Isso reafirma nossas hipóteses (Melucci) de que os processos organizativos, projeto político e motivações conformam essa identidade coletiva do movimento.

Considerações finais

Ao final de uma pesquisa sobre movimentos sociais, acreditamos que paira sobre o ar, um certo nominalismo, quando percebemos que o conceito não abarca a realidade, colocado como justificativa para a não adequação dos nossos modelos a uma realidade tão diversa. As múltiplas interações empreendidas pelo movimento vão criando temas que, por si, já seriam objetos de capítulos inteiros. No caso do MTST, as interações com o Estado, com os partidos, com as igrejas, com o judiciário e a polícia nos trazem temáticas relativas à democracia, aos direitos, à repressão, à idéia de sociedade civil, entre outras. Inclusive questões pendentes como a questão de gênero na ação coletiva. Ou ainda, como os outros atores percebem o movimento? E qual o alcance das mudanças empreendidas pelo movimento, no sistema político e nos “códigos ético-culturais”, como diria Doimo. E uma análise mais detalhada do personalismo, ou da relação com os governos de esquerda. Qual será o discurso do movimento em relação ao novo governo federal ? E como será a vida nas novas casas ? A luta continua ?

Todavia como nossa tarefa é sistematizar nossa limitada experiência de pesquisa, vamos delinear alguns pontos, com base nas hipóteses estabelecidas inicialmente.

O ponto de partida é perceber que a causa última do surgimento de um movimento por moradia é o déficit habitacional. Essa carência, no Brasil, é mediada pela atuação contraditória do Estado capitalista direcionando as políticas urbanas para interesses da reprodução do capital(acumulação) , em detrimento da reprodução da força de trabalho. O Estado desenvolvimentista, que se coloca como regulador, num

primeiro momento, não chega a resolver o problema da moradia das camadas populares. No atual contexto de “desengajamento” do Estado no investimento e controle de políticas sociais, aumenta a segregação e a problemática habitacional.

O processo de urbanização no Brasil se caracteriza pelos baixos salários em relação à mercadoria habitação, gestões urbanas com reduzidos investimentos e aplicações arbitrárias das leis. No caso brasileiro, do qual Recife não é exceção, o processo de criação da cidade "ilegal" (das periferias e invasões), sendo fruto da combinação contraditória de princípios liberais com interesses em manter a exclusão social e política em sociedades hierarquizadas, como postula, apropriadamente Francisco Oliveira. A concepção neoliberal tem o apoio das elites brasileiras que exercem seu poder a partir de práticas patrimonialistas e clientelistas. Nas políticas federais e estaduais não vemos a priorização da questão da moradia, em termos de políticas e orçamento, mesmo diante de uma crescente demanda. Alguns programas pontuais que não consideram a realidade atual de informalidade no mundo do trabalho, ou programas emergenciais (nos casos de catástrofes). Em Recife, a carência habitacional aparece como terceira prioridade do Orçamento Participativo de 2001.

O processo de urbanização não se dá sem oposição e “resistência”. Os movimentos por moradia são atores importantes no cenário urbano. Essa realidade em Recife tem suas peculiaridades. Cidade dos “sobrados e mocambos”, marcada por uma urbanização segregada e invasões urbanas - uma das estratégias de sobrevivência das camadas populares. As populações pobres sendo “empurradas” para as periferias e terrenos não interessantes ao capital imobiliário. E empreendendo mobilizações que têm propiciado transformações políticas e, no espaço urbano – re-construído pelos movimentos na interação com o Estado. Processos conflituosos em que as

mobilizações criam um cenário onde se vislumbra a possibilidade de moradia, através da invasão.

As novas mobilizações dos anos 90 trazem a articulação de diversas invasões ou ocupações (para usar o termo do movimento) congregadas por um mesmo movimento. Inicialmente, o MUST coordena as ocupações. Mas depois da ocupação do prédio do INSS, em novembro de 1999, criam-se as condições para a emergência de um novo ator - o MTST. Um “novo” movimento social, em pleno século XXI, com reivindicações tão antigas, do início do século passado – sinal da modernização excludente brasileira

O movimento surge, prioritariamente, de um processo de formação de uma identidade coletiva, erguida sobre os pilares da solidariedade interna: a estrutura organizacional, as lideranças múltiplas e necessidades partilhadas. O discurso estruturado que revela como o movimento concebe o ambiente da ação reforça que há a necessidade de moradia diante de "tantos terrenos vazios", tendo em vista a falta de políticas habitacionais. Tal situação agregada ao valor do salário mínimo que não possibilita o acesso ao bem demandado, junto a um crescente desemprego e impossibilidade de pagar aluguel, impelem as pessoas a "Ocupar, Resistir e Construir". Essa palavra de ordem traduz a identidade em termos de estratégias e objetivos do MTST. Revela ainda suas ligações estreitas com o MST, seu referencial. Essa relação é percebida por nós como uma das novidades do MTST. Uma aliança entre “camponeses e operários” na luta pelo socialismo? Essa compreensão está presente no discurso de algumas lideranças e, provavelmente nas intenções do MST de organizar lutas urbanas e movimento dos sem-teto por todo o país. Entretanto, tendo assumido o pressuposto da heterogeneidade interna do movimento, percebemos também objetivos relacionados com a ligação partidária com o Partido dos Trabalhadores – uma ligação contraditória,

sobretudo depois que este assumiu a prefeitura de Recife. Sendo a “necessidade” a motivação das camadas populares para a ação coletiva, os objetivos e orientações comuns passam pela reivindicação do teto a despeito das diferenças internas. Se ocupar, para alguns, é a esperança do socialismo, para outros é a esperança de ter uma casa.

O processo de ocupação requer a mobilização de recursos que passam por redes submersas de relações interpessoais, com maior peso, e redes de relações com partidos de esquerda (sobretudo o PT), sindicatos, igrejas e o MST. A participação se dá quando, no recrutamento, as pessoas estabelecem seus critérios de avaliação, criando um entrecruzamento de expectativas individuais e coletivas, a partir das necessidades comuns, construindo a identidade de “sem-teto”. As pessoas percebem a carência e vislumbram a possibilidade de mudança através da ocupação, da luta e da resistência. Um processo que traz sofrimentos, mas o fato de estar morando no que “é meu” (mesmo na ocupação) refaz seu sentido de pertencimento a uma comunidade. Revelando assim o paradoxo da ação desses movimentos, com valores integrativos-solidarísticos, prontos para atuação direta, ao mesmo tempo, questionando o modelo excludente de Estado, como aponta, apropriadamente, Kowarick. Esse processo de reconhecimento, em que a motivação individual de ter uma casa se entrecruza com as motivações e orientações coletivas, é fundamental para o empreendimento da ação coletiva. No caso do MTST, um processo que demanda resistência, sobretudo nas interações violentas com a polícia e com o judiciário. Mas também, no processo de negociação e mobilização em relação ao Estado – mesmo ao “estado petista”. Essas interações vão conformando as concepções sobre o ambiente da ação e as metas a serem estabelecidas, bem como aliados e adversários. Na definição dos adversários também aparece a disputa por recursos com outros movimentos de moradia, na qual o

MTST se percebe como vitorioso. Essas vitórias são mudanças percebidas nas atitudes de alguns juízes em não conceder a reintegração de posse sem antes conversar com as partes interessadas – movimento e proprietário. Algumas vezes também a prefeitura do Recife, como interessada em comprar o terreno ocupado.

As lideranças afirmam que os ganhos só são obtidos por meio de pressão. E pressão significa grandes mobilizações. Quanto maior o volume, maior a força dos movimentos. Por isso que, entre os objetivos comuns está o crescimento. As formas de se mobilizar envolvem grandes caminhadas em direção ao Fórum, ao Governo do Estado e às Prefeituras, matizadas por cantos e gritos de guerra que animam e dão o tom da reivindicação. Identidade e estratégia se entrecruzam na idéia da resistência traduzida pela música “*daqui não saio, daqui ninguém me tira*”, na percepção de que se não houver o movimento “*aonde é que eu vou morar*”.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. Cultura Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte, Ed UFMG, 2000.
- ARANTES, Otilia et ali(org). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes, 2000.
- BABBIE, E.R. The practice of Social Research. Wadsworth Publishing Co., Inc, Belmont, CA, 1979.
- BORJA, Jordi. Movimientos Sociales Urbanos. Buenos Aires (Argentina), ed Nueva Visión, 1975.
- CASTELLS, Manuel. The City and the Grassroots: a crosscultural theory of urban social movements. Berkeley, California. University of California Press, 1983, XXI - 450 p (California Series in Urban Development, 2).
- CHAUÍ, Marilena. “As raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados” In: Dagnino, Evelina (org.). Anos 90: Sociedade e Política no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- “10 Anos do PREZEIS – Uma Política Inovadora de Urbanização no Recife”. Recife, 1999, ETAPAS, Centro Josué de Castro e FASE.
- DOIMO, Ana Maria. “Movimento Popular no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político”. São Paulo, mimeo, 1993 (tese de doutoramento em Ciência Política)
- DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, Vozes, 1998.
- FERREIRA, Rosilda Arruda. A Pesquisa Científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos. Recife: ed Universitária da UFPE, 1998.
- FOWERAKER, Joe. Theorizing Social Movements. London, Pluto Press, 1995.
- FONTES, Breno A S M. Políticas de Planejamento Urbano e Segregação Espacial: o Município do Recife na década 1970-80. Recife, UFPE, 1986.
- . Redes de Solidariedade e Movimentos Reivindicativos Urbanos: estudo de caso da Associação de Moradores do Córrego do Jenipapo – Recife-PE, UFPE, s/d.
- FORTES, Maria do Carmo. Participação e Habitabilidade em Moradias Verticalizadas: uma avaliação do Programa de Desenvolvimento Comunitário - PRODEC, nos Conjuntos Residenciais Pinheiro, Petit Village e Enseada. Recife, Dissertação de

- Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2000.
- FORTI, Reginaldo. Marxismo e Urbanismo Capitalista. São Paulo. Ed Lech, 1979.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: ed Loyola, 1997.
- GÓMEZ, José María. “Globalização da política – Mitos, realidade e dilemas” In: Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis, Vozes, 2000.
- HUGHES, J. A. Sociological Analysis: Methods of Discovery, Nelson, Middlessex, GB, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.
- LOJIKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981. (original Paris,1977)
- MARICATO, Hermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias” in Arantes, Otilia et ali(org). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.Petrópolis (RJ), Vozes, 2000.
- MELUCCI, Alberto. Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society. Great Britain, Anchor Press, 1989.
- MISCHE, Ann. “De Estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. São Paulo, 1997 (mimeo).
- NASCIMENTO, Janaína. “Paradigmas dos Movimentos Sociais: entre um olhar estratégico e um olhar identitário”. Recife, mimeo, 1999 (dissertação de Mestrado em Sociologia – PPGS - UFPE).
- OLIVEIRA, Francisco. “À sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina” In: BÓRON, Atílio... (et al). Pós-neoliberalismo II: que Estado pra que democracia? Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
- PERRY, Anderson. “Balanço do neoliberalismo” In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, Seminário Municipal, 8 a 11 de Outubro de 2001 Recife, PE. Prefeitura da Cidade do Recife, URB. (apresentações gravadas pessoalmente de Ricardo Moretti, Cleber Lago, Carlos Aguiar e Luciana Azevedo)
- RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores Peres, J A (et al.). Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

- RODRIGUES, Cibele Maria Lima. “Um olhar sobre a produção dos movimentos sociais no Brasil nas décadas de 80 e 90”. Recife, 1999, mono. (Trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais - UFPE)
- SEOANE, José y TADEI, Emílio. “Protesta social, ajuste y democracia: la encrucijada latinoamericana” In: OBSERVATORIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA, jun 2001, Argentina, CLACSO.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica, Florianópolis, EdUFSC, 1984.
- SILVA, L A M da e RIBEIRO, A C T. “Paradigma e Movimento Social: por onde andam nossas idéias ?” IN: CIENCIAS SOCIAIS HOJE, 1985, São Paulo, Cortez. (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia) – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
- TOURAINE, Alain. “An Introduction to Study of Social Movements” in: SOCIAL RESEARCH, vol. 52, n 4 (Winter 1985).
- “Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento” entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. In: NOVOS ESTUDOS CEBRAP, N 40, Novembro 1994 pp152-166

ANEXOS

HISTÓRICO DE CADA OCUPAÇÃO

NOME DA OCUPAÇÃO: _____ CÓDIGO: ____

LOCAL: _____

NÚMERO DE FAMÍLIAS: _____

COORDENAÇÃO: _____

DATA DA OCUPAÇÃO: _____

RESUMO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO (houve reocupação, quais os impactos):

FATOS MARCANTES:

DATA	FATO

ATIVIDADES EM GRUPO	Motivos PARA TOMAR DECISÕES

NEGOCIAÇÕES

(o que já foi negociado, o que foi feito, o que não foi feito)

QUESTIONÁRIO

Nº _____

A PERFIL

1 - Ocupação : _____ Código: _____ (data da ocupação)

Nome: _____ Data: ____/____/____

2 - Sexo:

1 () Feminino 2 () Masculino

3 - Idade: _____

4 - Estado Civil :

1 () Casado(a) 2 () Solteiro(a) 3 () Viúvo(a)

5 - Quem Sr.(a) considera que chefia sua família:

1 () Marido 2 () Esposa 3 () Sogra 4 () Sogro 5 () Genro 6 () Nora 7 () Eu 8. () Outro: _____

6 - Quantas pessoas moram na sua casa : _____

7 - Estudou até que série Escolaridade:

1 () Analfabeto

2 () ler/escrever

3 () Primeiro Grau Incompleto

4 () Primeiro Grau Completo

5. () segundo grau incompleto

6. () segundo grau completo

7. () terceiro grau

8 - Sr.(a) está trabalhando (se não pule para 8.3) ?

1 () Sim 2 () Não

8.1 Qual a situação do seu emprego ?

1 () Carteira assinada 2 () Conta própria/presta serviços 3 () Não se aplica

8.2 - Trabalha em que atividade ?

1. () Emprego Doméstico

2. () Trabalha em construção

3. () Faz biscate

4. () Comércio

5. () Outro: _____

6. 99 () não se aplica

8.3 - **Se não, por que ?**

1. () problema de saúde

2. () aposentado/pensionista

3. () não quero

4. () tem que cuidar da casa

5. () não encontrei

6. () por causa da invasão

7. () Outro: _____

8.4 - Há quanto tempo não trabalha ?

1. () Nunca trabalhei

2. () 1 a 6 meses

3. () 6 a 12 meses

4. () mais de um ano

99. () Não se Aplica

9. Renda familiar (apurado do mês na casa)

- 1 () Até um salário mínimo (180)
2 () De um a dois salários mínimos (180 a 360)
3 () De dois a cinco salários mínimos (360 a 900)
4 () De cinco a dez salários mínimos (900 a 1800)

Trajetória de experiência urbana

- 10 Nasceu onde : 1. () Recife 2. () Cidade da Região Metropolitana
3. () Cidade do Estado de PE 4. () Cidade do Nordeste
5. () Outra: _____

10.1 - Se não nasceu em Recife: Veio quando para Recife : _____ (ano)
Por que ?

11. Onde morava antes de vir para cá ?(Cidade/Bairro) _____

12 De quem era a casa:

- 1.() Alugada
2.() Do pai
3.() Da Mãe
4.() Própria
5.() Outra: _____

13 Já teve casa própria? 1. () Sim 2. () Não

Se Sim, onde: _____

Que tipo: 1.() palafita 2.() barraco 3.() alvenaria

Por que não tem mais (aquela moradia) ?

EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO

15 - Como Sr.(a) soube desta ocupação ?

1. () Vizinhos
2. () Amigos
3. () Parentes
4. () Imprensa
5. () Liderança do Bairro
6. () Diretor da Associação
7. () Liderança do MTST
8. () Outro: _____

16 - Que motivos levaram Sr.(a) a vir ocupar este terreno ?

17 - Quem tomou a decisão ?

18 - Quem organizou esta ocupação ?

1. () O MTST 2.() vizinhos 3 () a associação de moradores
4. () não sei 5. () nós mesmos 6. () Outro: _____

19 Há quanto tempo Sr.(a) está aqui (nesta ocupação)?

() Menos de seis meses 2. () Seis meses a um ano 3. () De um a dois anos

20 Nesta ocupação existem atividades em grupo (se **não** pule o quadro)? 1 () Sim 2 () Não

Se respondeu sim, perguntar:

Quais atividades ?
1.() abaixo-assinado 2.() reunião 3.() mutirão 4.() passeata 5.()outra: _____
Sr.(a) já participou de alguma delas (se **não** pule a próxima pergunta) ?
1() Sim 2() Não
Se respondeu sim, quais ?
1.() abaixo-assinado 2.() reunião 3.() mutirão 4.todas 5.() outra: _____
Por que ?

Se não, por que ?

21 -Sr.(a) acha importante participar ? 1() Sim 2()Não 3 () Não sei
Por que ?

22 Já participou de outra ocupação(se não pule a próxima) ? () Sim () Não
Se sim, quem organizou a outra ocupação ?

1. () O MTST 2.() vizinhos 3 () a associação de moradores 99()NA
4. () não sei 5. () nós mesmos 6. () Outro: _____

23. Sr.(a) se considera um(a) integrante do MTST? (se não pule as 2 próximas)
1 () Sim 2() Não

24.1 Se sim, que atividade Sr.(a) desenvolve dentro do movimento ? _____

24.2 Se não, por que ?

25 – A participação nessa ocupação mudou alguma coisa na sua vida ?

26 Sr.(a) acha que o número de pessoas que não tem casa é:

1. () pequeno 2. () muito grande 3.() grande 4.() regular 5.() não sei

27. Por que será que existem pessoas sem casa/sem-teto ?

28 Já participou de alguma outra atividade organizada pelo MTST ? 1() Sim 2 () Não

- Se sim, qual(quais) ? 1.() passeata 2.() abaixo-assinado 3.() reunião 4.() mutirão
5.() Outra: _____ 99 () NA

29 Quais são os objetivos do MTST ?

30 Na sua opinião, quem são inimigos dos sem-teto ?

31 Por que ?

32 Na sua opinião, existe alguma coisa que o MTST deveria fazer que não faz?

33 Já participou de algum outro movimento ? 1() Sim 2 () Não

Se sim, qual ? _____

Que atividades Sr.(a) desenvolvia ?

34 Sr.(a) conhece alguém de outra ocupação ? 1() Sim 2() Não

35 Já participaram de atividades políticas juntas ? 1 () Sim 2 () Não

36 Existem reuniões para discutirem os problemas comuns ? 1() Sim 2() Não

37 Sr.(a) participa ? 1() Sim 2() Não

38 Sr.(a) sabe do que acontece nas outras ocupações ? 1() Sim 2() Não

39 Como ? _____

40 Sr.(a) acha que existe alguma ligação deste movimento com outros movimentos ?

1() Sim 2() Não 3 () Não sei

Se sim, com qual(is) movimento(s) ? _____

Se sim, o que Sr.(a) acha da relação com esse(s) movimento(s) ?

Movimento	Opinião
1	
2	
3	

41 Sr.(a) acha que existe alguma ligação do movimento com algum partido ?

1.() sim 2.() não 3.() Não sei

Se sim, quais ? _____

E o que Sr.(a) acha que essa ligação ?

Partido	Opinião
1	
2	
3	

42 Na sua opinião, o que é preciso para uma pessoa viver bem ?

43 Na sua opinião, como seria um mundo perfeito ?

44 Então o que deveria mudar para termos um mundo melhor ?

45 Sr.(a) gostaria de falar algo que não foi perguntado ou deixar alguma mensagem ?

Roteiro das ENTREVISTAS (com lideranças, locais e estaduais)

TRAJETÓRIA POLÍTICA

1. Quando você iniciou sua militância ? (processo, motivações)
Como você entrou no Movimento ? Que atividades você desenvolve no movimento ?
Quais foram as suas motivações iniciais para se tornar uma liderança ? E hoje, o que faz permanecer (motivos) ?
2. Hoje, além do movimento em que mais você participa? Desde quando ?
3. A participação neste movimento mudou alguma coisa na sua vida ? Na sua visão das coisas?
Concepção de mundo ? visão de mundo (concepções políticas....)

VISÃO DO MOVIMENTO

1. Na sua opinião, por que surgiu um movimento dos sem-teto ?
2. Como foi o processo de surgimento deste movimento ?(processo, passos, atores que influenciaram e seus papéis) Por que se separou do MUST ? O que diferencia ?
3. Quais são as bandeiras de luta ?(reivindicações) Quais os objetivos deste movimento (pretensões)?
4. Como o movimento vê a questão da luta pela moradia ? Seguem algum programa de Reforma Urbana ?
5. Por que vocês usam essa estratégia de ocupações ?
6. Quais são os planos do movimento para o futuro ? O movimento tem planos para a sociedade como um todo ?
7. Você acredita que esse movimento pode gerar algum tipo de mudança (nas pessoas e na sociedade) ? Qual ? Por que ?
8. Na sua opinião, quais as causas porque existem tantos “sem-teto” ?

RELAÇÃO COM GOVERNO

1. Na sua opinião, quem são seus opositores ?
Como se dão as negociações com seus opositores ?
2. Qual sua opinião sobre o governo do Estado ? Como se dá a relação com o governo do Estado ? Existe confronto direto ? existem negociações ? quais suas reivindicações principais(e as propostas objetivas) ? Como você avalia a relação ? Quais os ganhos ? E as perdas ? Quais os avanços e recuos, por parte de quem ? Qual a postura do governo frente ao movimento ?
O governo está garantindo cesta básicas (é em dinheiro ou alimentos, em que ocupações)?
O movimento participa do conselho estadual de habitação ? Quais os objetivos ? Existe alguma garantia ? Que tipo ?
3. Qual sua opinião sobre as prefeituras que o movimento se relaciona ? Como se dá a relação em cada uma ? (avaliando cada prefeitura) Como vocês apresentam as propostas ?
Vocês traçaram alguma estratégia para interferir no Orçamento Participativo de Recife ? Se sim, quais(qual a avaliação) ? Se não, por que ?
4. E como avaliam a relação com a justiça ? (ganhos e perdas). Por que mobilizar para uma audiência, por exemplo, tem resultados ?

CONFLITO e COESÃO

5. Você já participou de algum confronto direto com a polícia ? O que sentiu (mais estímulo ou desestímulo)?
6. Um confronto desses pode gerar perdas ? E ganhos ? (observar se aumenta a coesão) Depois de um confronto você acha que o movimento sai enfraquecido ou fortalecido ?Depois do conflito qual foi a reação das pessoas (entre si)? (mais união, mais separação, dispersão)
7. Na sua opinião, o que mantém as pessoas unidas ?o que você acha que faz com que as pessoas permaneçam ?

ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÕES DO MOVIMENTO

1. Quantas ocupações têm hoje (nome e data) ?
2. Como o movimento se organiza ? como são distribuídas as atividades ? pode dar um exemplo. Como se dá a relação com a base ? Qual é o acompanhamento da coordenação geral aos ocupações ? Existe algum tipo de centralização ? Por que ?
3. Possui sede ? Estatuto ? Quais os planos para sede e estatuto ? Como se mantém ?
4. Como se dá uma ocupação ? quais os critérios para a escolha dos terrenos ? quais os passos ? o que necessita ? como são recrutadas as pessoas (exemplo) ? existe algum tipo de pré-seleção (critérios quais ? que argumentos vocês utilizam para convencer as pessoas a fazerem uma ocupação ? Qual a informação dada antes das ocupações ?
5. Existem orações ? qual o significado ?
6. O que é mais importante para uma ocupação ? A existência de recursos é suficiente ? Existem organizações disponíveis para ajudar (igrejas, partidos, deputados, ong's, pastorais) ? existem algum recurso disponível (informação, dinheiro, transporte...)?
7. Vocês têm interesse em tornar suas mobilizações visíveis pela imprensa ? que tipo de interesse (ajuda ou atrapalha) ? O que vocês fazem para tornar uma mobilização visível ?
8. Vocês têm articulações com outros movimentos ? quais ? como se dá (quando, com que fins, por que) ?
 - O que vocês têm em comum com o MST ?
9. Qual a articulação com os partidos ? Como se dá essa relação com os parlamentares ? Em que medida ajuda ? E em que medida atrapalha ? O que você acha que a sua participação no movimento pode beneficiar o partido ? Como ?
10. Como surgiu essa idéia de ocupar vários terrenos ao mesmo tempo ? Por que ? Como vocês avaliam essa decisão (boa, ruim, e em que sentido) ? tem algum significado especial ?
 - Sabendo que a principal estratégia é a ocupação de terrenos, como entraram os desabrigados das chuvas no movimento e qual a relação estabelecida já que não se tratou de uma ocupação ? E hoje como é a relação ?
11. Depois do ato da ocupação vocês oferecem alguma formação ?
Como é que vocês fazem para as pessoas não dispersarem e irem embora da ocupação ?
(discursos, ações...)
12. Como é que funcionam as ocupações (ou esta ocupação)? Quais as atividades desenvolvidas?
 - Dentro de cada ocupação existem regras, restrições ? Existem regras comuns a todos os ocupações ? exemplos...
 - Quais são as atividades gerais com todos os ocupações ? Todos são convocados ? Por que ?
 - Existe uma ligação entre os ocupações ? Como é a comunicação ? Como chegam as informações para os ocupações ?
 - Com que finalidades são as reuniões/assembleias com pessoas dos diversos ocupações ?
 - Quais os critérios para participação das pessoas nas reuniões ?
13. Existe alguma coisa que você sente falta no movimento (que poderia mudar ou melhorar)?
14. Você gostaria de falar alguma coisa importante que não foi perguntada ou deixar alguma mensagem ?
15. Como seria o mundo dos seus sonhos

GRÁFICOS

